



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA DE LOURDES SANTOS PINTO NERI

**RACISMO E CORPO-TERRITÓRIO NEGRO:
ESCREVIVÊNCIAS DE PROFESSORES DE BIOLOGIA**

Feira de Santana - BA

2023

MARIA DE LOURDES SANTOS PINTO NERI

**RACISMO E CORPO-TERRITÓRIO NEGRO:
ESCREVIVÊNCIAS DE PROFESSORES DE BIOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre em Educação na área de concentração Educação, Sociedade e Culturas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Alexandre Freixo

Feira de Santana -BA

2023

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

N364r Neri, Maria de Lourdes Santos Pinto
Racismo e corpo-território negro: escrituras de professores de biologia
/ Maria de Lourdes Santos Pinto Neri. – 2023.
110f. : il.

Orientadora: Alessandra Alexandre Freixo
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Corpo-território negro. 2. Escrituras. 3. Educação antirracista.
4. Racismo. 5. Racismo científico. I. Freixo, Alessandra Alexandre, orient.
II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 371.13:323.12

Rejane Maria Rosa Ribeiro CRB-5/695



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/1986
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.271 de 14/12/2004
Recredenciada pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA DE LOURDES SANTOS PINTO NERI

“RACISMO E CORPO-TERRITÓRIO NEGRO: ESCRIVIVÊNCIAS DE PROFESSORES DE BIOLOGIA.” Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Culturas, diversidade e linguagens, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 30 de agosto de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALESSANDRA ALEXANDRE FREIXO
Data: 06/09/2023 08:35:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Alessandra Alexandre Freixo
Orientador/a – UEFS

Documento assinado digitalmente
gov.br KÁTIA CRISTINA NORÕES
Data: 06/09/2023 10:33:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Kátia Cristina Norões
Primeiro/a Examinador/a - UFS

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO OLIVEIRA MIRANDA
Data: 08/09/2023 08:05:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Eduardo Oliveira Miranda
Segundo/a Examinador/a -UEFS

RESULTADO: Aprovado

Dedico este trabalho aos meus ancestrais e as mulheres da família Pinto que inspiram o meu caminhar, em especial a minha mãe Maria dos Humildes Santos Pinto e minha avó Maria de Lourdes Santos Pinto (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Hoje eu só vim agradecer por tudo que Deus me fez
Quem me conhece sabe o que vivi e o que passei
O tanto que ralei pra chegar até aqui
E cheguei, cheguei

Lembro de vários veneno
Eu, ainda menor, nunca sonhei pequeno
A minha coroa me criou sozinha
Levantando sempre no raiar do dia, bem cedo

Sempre aprendi com ela
A ser grata pelo que ainda vem
Hoje tu só vê os close, nunca viu meus corre
Mas pra quem confia em Deus, o sonho nunca morre, é, é

Fé pra quem é forte, fé pra quem é foda
Fé pra quem não foge a luta
Fé pra quem não perde o foco...

Início meus agradecimentos, com a música Fé da cantora Iza (2022). Iza é para mim símbolo de representatividade por ser uma mulher, negra e brasileira, assim como eu. Ela traz em sua canção a importância da Fé para resistirmos às batalhas diárias. Vivemos em uma sociedade que está longe de viver uma democracia racial e social, mas hoje podemos desfrutar de uma realidade muito diferentemente dos nossos ancestrais. Em meio aos desafios que encontrei durante o período em que cursei o mestrado, desistir não era uma opção, pois ocupar espaços que historicamente foram negados ao meu povo, ultrapassa os limites de uma conquista pessoal.

A canção de Iza me remete a trajetória do mestrado, que não cabe aqui romantizar, não foi fácil, mas cheguei até aqui! E o que seria de mim se não fosse a minha Fé? Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força suficiente para enfrentar todos os percalços e por ter colocado pessoas queridas em meu caminho, que me ofereceram o suporte que precisava para concluir essa etapa com êxito.

Ao longo da construção dessa dissertação, cada pessoa presente em minha vida me ajudava à sua maneira, algumas de maneira direta, outras de maneira indireta. Agradeço a minha orientadora Alessandra Freixo, que foi minha professora na graduação e sempre foi uma inspiração como pessoa e profissional, por ser dedicada, acolhedora, amiga e parceira. Alessandra embarcou comigo para trilhar os caminhos da pesquisa na pós-graduação e juntas enfrentamos todos os “perrengues”. Obrigada pelo colo, pela escuta, por me alertar que

precisava ser mais cuidadosa comigo, pelo incentivo e pelos puxões de orelha! Sem você, Alessandra, e todo o seu comprometimento e paciência, esse trabalho não estaria aqui. Obrigada por não soltar minha mão!

Agradeço a toda minha família Pinto, minha base, meu suporte! Os de longe e os de perto, pela compreensão da ausência, pelo constante incentivo e por vibrarem a cada conquista NOSSA. Em especial, a minha mãe Maria dos Humildes, as minhas tias, aos meus tios, primas e primos que sempre estão na torcida em tudo que decido fazer. Ao meu tio, pai, padrinho Daniel Pintto, por todo incentivo e por ser inspiração! Por todos os nossos os diálogos sobre a labuta que é estudar e viver. Por todas as discussões que me oportunizou participar e que foram inspiradoras. Aos familiares que não estão presentes em corpo mais que acredito que vibram pelas minhas conquistas em outro plano, em especial aos meus avós Daniel Pinto (*in memoriam*) e Maria de Lourdes (*In memoriam*).

Agradeço a Mauricio, por todo amor e suporte emocional que foram necessários durante esse percurso. Por me amparar nos momentos difíceis, em que precisava lidar com as angústias que esse trajeto gerou. Por todos os livros emprestados (risos) e por todos os momentos em que me mostrou que eu seria capaz!

As minhas amigas, agradeço por toda parceria, por tanto carinho e incentivo. Principalmente a aquelas que se faziam presentes de alguma forma, em especial as minhas irmãs de coração Diane e Isabele.

Ao grupo de pesquisa Carta-Imagem por me permitir ter os primeiros contatos com a Cartografia, pelos ricos debates em tempos de pandemia do COVID-19. Por me afetarem mesmo de modo remoto e por me incentivarem (mesmo que indiretamente) a pensar em possibilidades de embarcar na pós-graduação!

Ao Programa de Pós Graduação em Educação, pelo empenho na construção constante do programa, que mesmo em um período pandêmico não hesitou em fornecer alternativas para manter as atividades do curso com qualidade. Em especial aos professores que fizeram parte da minha trajetória na turma 2021, pelos quais nutro grande admiração.

Aos meus colegas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEFS, que aceitaram participar da pesquisa e que protagonizaram e abrilhantaram este estudo me permitindo conhecer as suas histórias e as suas percepções. As experiências que

compartilhamos me proporcionaram reconhecer a importância de desenvolver essa pesquisa no mestrado. Levarei os afetos e as contribuições dessa pesquisa em minha memória e em meu coração! Obrigada!

“Escrever é um ato de descolonização no qual, quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o”, ao reiventar a si mesma/o nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada.”

(KILOMBA, 2019, p.28).

RESUMO

Esta pesquisa emergiu das minhas experiências enquanto discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEFS. As inquietações provocadas após o primeiro contato com relatos de casos de racismo científico, durante uma aula na graduação, me fizeram pensar em como poderia contribuir enquanto docente da educação básica com a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Associado a esse processo de formação docente também estava passando por um desenvolvimento da minha negritude. Na pós-graduação tive oportunidade de embarcar nos estudos que se inserem no campo da ERER através da pesquisa no mestrado. A presente pesquisa teve por objetivo cartografar as escrevivências do corpo-território negro e docente de Biologia, bem como as tensões provocadas pela temática do racismo científico, a fim de traçar caminhos para uma educação antirracista. A pesquisa se insere no campo da ERER e tem como suporte metodológico a associação da cartografia com as escrevivências. Para a construção dessa pesquisa cartográfica, 10 colegas egressos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, autodeclarados negros e docentes da educação básica, participaram juntamente comigo do processo de produção de dados. A etapa intervencionista da pesquisa se caracterizou em encontros que foram realizados na plataforma *Google Meet*, chamados de Encontros Cartográficos, onde socializamos e discutimos as nossas escrevivências em torno do corpo-território negro, do racismo em suas diversas faces, do racismo científico e da educação antirracista na educação básica. Os diários de bordo também foram utilizados como instrumento de registro das nossas escrevivências. A partir da análise de dados foi possível mapear como somos atravessados em diferentes situações cotidianas e quais os caminhos possíveis para efetivar uma educação antirracista na educação básica. Para nós pessoas negras, ouvir os relatos de racismo científico que marcaram a história da ciência é tão doloroso quanto assisti aos casos de racismo que são divulgados na mídia atualmente. Ao relacionarmos o debate racial com a prática docente, foi possível traçar caminhos possíveis para uma educação antirracista.

Palavras-chave: Corpo-Território Negro, Escrevivências, Educação Antirracista, Racismo, Racismo Científico.

ABSTRACT

This research emerged from my experiences as a student on the Biological Sciences Degree course at UEFS. The concerns provoked after my first contact with reports of cases of scientific racism, during an undergraduate class, made me think about how I could contribute as a basic education teacher with the Education of Ethnic-Racial Relations (ERER). Associated with this teacher training process, I was also experiencing a development of my blackness. In postgraduate studies, I had the opportunity to embark on studies that fall within the field of ERER through research in my master's degree. The present research aimed to map the writings of the black body-territory and Biology teachers, as well as the tensions caused by the theme of scientific racism, in order to outline paths for anti-racist education. The research is part of the field of ERER and its methodological support is the association of cartography with writing. To construct this cartographic research, 10 colleagues, graduates of the Biological Sciences Degree course, self-declared black and basic education teachers, participated together with me in the data production process. The interventionist stage of the research was characterized by meetings that were held on the Google Meet platform, called Cartographic Meetings, where we socialized and discussed our writings around the black body-territory, racism in its various faces, scientific racism and education anti-racism in basic education. The logbooks were also used as an instrument for recording our writing. From data analysis it was possible to map how we are faced in different everyday situations and what are the possible ways to implement anti-racist education in basic education. For us black people, hearing reports of scientific racism that marked the history of science is as painful as watching the cases of racism that are reported in the media today. By relating the racial debate with teaching practice, it was possible to outline possible paths for anti-racist education.

Keywords: Black Body-Territory, Writings, Anti-racist Education, Racism, Scientific Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – <i>Charge</i> Racismo Reverso Por Benett.....	59
FIGURA 2 – Uma colagem sobre os movimentos visuais no <i>Instagram!</i>	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

DCN Diretrizes Curriculares Nacionais

ERER Educação das Relações Étnico-raciais

FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIAPN+ Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

PIBEX Programa Institucional de Bolsa Extensão

PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – PERCURSOS DA CARTOGRAFIA ESCRIVENTE	20
1.1. Mapeando os participantes da pesquisa	23
1.2. Mapeando as subjetividades negras	26
1.3. Delineando o encontro com nossos corpos-territórios	30
1.4. Participantes da pesquisa	32
CAPÍTULO II – ESCRIVENDO COM O CORPO-TERRITÓRIO NEGRO	34
2.1. “Foi colocado na cabeça do povo negro, que o povo negro não presta.”	37
2.2. “A roupa mais importante vai ser sempre a cor da nossa pele!”	41
2.3. “Cresci sendo chamada de morena e de amarela, nunca ninguém me chamou de negra!”	44
CAPÍTULO III - ESCRIVENDO COM AS DIVERSAS FACES DO RACISMO	51
3.1. “É difícil falar sobre racismo!”	53
3.2. “Ser mulher já é ser minoria, ser negra também e quando você junta às duas coisas, você está em uma situação bem delicada.”	60
3.3. “Diante da sociedade a palavra de quem pesa mais?”	63
3.4. “É importante discutir isso no ensino superior para que isso seja refletido na base.”	66
CAPÍTULO IV – ESCRIVENDO COM O RACISMO CIENTÍFICO E A BIOLOGIA	69
4.1. Acessando “um” outro lado da história	71
4.2. “Por muito tempo quem se fazia ciência eram pessoas brancas que utilizaram os argumentos biológicos para justificar o racismo!”	74
4.3. “A ciência arrasou a vida de várias pessoas...”	80
4.4. “O racismo científico pode não ser o pivô principal, mas dar créditos e potencializar o discurso das práticas racistas.”	84
CAPÍTULO V – ESCRIVENDO POSSIBILIDADES DE UMA DOCÊNCIA EM BIOLOGIA PAUTADA EM UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	88
5.1. “O que a gente vai fazer é colocar pequenas sementinhas ali, e esperar que a maioria vingue!”	89
5.2. “É um trabalho que precisa ser contínuo.”	93
5.3. “A nossa negritude não pode ser só associada às violências diárias, às microagressões. Existe a cultura, existem os nossos hábitos, existe a nossa comunidade...”	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	108

INTRODUÇÃO

“Minha escrevivência vem dessa pele - memória - história passada presente e futura que existe em mim. Vem de uma teimosia, quase insana, de uma insistência que nos marca e que não nos deixa perecer, apesar de. Pois entre a dor, a dor e a dor, é ali que reside a esperança.”
(Conceição Evaristo, 2020a)

Início a minha escrita com a epígrafe de Conceição Evaristo¹, que representa o que me impulsionou a pesquisar: memórias, experiências, reflexões, emoções, presenças, ausências e um desejo enorme de contribuir com a pauta que se insere nas relações étnico-raciais a partir da educação. Trago a partir das minhas escrevivências, termo cunhado por Conceição Evaristo, como as experiências² que tive durante o período em que cursei Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) atravessaram o meu corpo-território (Miranda, 2014) negro e como a partir das minhas escrevivências e de outros professores negros, podemos pensar em caminhos para uma docência em Biologia³ pautada em uma educação antirracista.

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana (Evaristo, 2020a, p.30).

Diante do exposto, a minha escrita parte das memórias de um período que antecede o ingresso na pós-graduação. Após o término do ensino médio, em 2014, quando prestei o vestibular da UEFS para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, alguns motivos me levaram à escolha do curso, dentre eles as experiências positivas que tive na Educação Básica com as disciplinas escolares Ciências e Biologia, que abordavam temas como fisiologia e

¹ Maria da Conceição Evaristo de Brito é Doutora em Letras (Literatura Comparada) - UFF Universidade Federal Fluminense (2011). Mestre em Letras - PUC Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996). Graduada em Letras - Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). Atua nas áreas de Literatura e Educação, com ênfase, em gênero e etnia. Assessora e consultora em assuntos afro-brasileiros para pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Poetisa, romancista e ensaísta. Parte de sua produção poética aparece em Cadernos Negros, publicação do Grupo Quilombo hoje, de São Paulo. Autora dos romances "Ponciá Vicêncio" e "Becos da memória"; Antologia poética "Poemas da recordação e outros movimentos" e Antologia de Contos "Insubmissas lágrimas de mulheres". O romance "Ponciá Vicêncio" tem sido indicado como obra de leitura em vestibulares de universidades brasileiras. Em 2007, foi traduzido para a língua inglesa e está em processo de tradução para a língua francesa.

² O termo experiência, nesta dissertação, dialoga com a noção de experiência em Larrosa (2002).

³ Aqui irei utilizar os termos Ciências Biológicas para me referir ao campo acadêmico e Biologia para fazer referência ao campo disciplinar escolar.

anatomia humana com os quais eu me identificava. Durante o meu percurso na graduação, as vivências que tive em diferentes espaços formativos, suscitaram em inquietações que me proporcionaram um olhar mais empático as questões relacionadas á Educação, e principalmente as relações étnico-raciais.

Em 2017, quando estava cursando a disciplina Estágio Supervisionado em ensino de Ciências, com a professora Ayane Paiva⁴, em uma apresentação de seminário ouvi pela primeira vez o termo racismo científico. Segundo Sepulveda (2018) o racismo científico se caracteriza como os discursos e práticas científicas que ao longo do desenvolvimento do conceito de raça foram empregados para promover discriminação de grupos humanos. Neste dia o tema do seminário era: “Alteridade e alterizações: as contribuições do ensino de ciências para educação libertadora”. Uma das histórias contadas naquele seminário foi a de Sarah Baartman (1789-1815).

Baartman, também conhecida como Sarah ou Saartjie, foi uma mulher sul-africana, pertencente a etnia Khoisan⁵. Nascida em 1789, foi no início do século XIX exibida publicamente como um animal selvagem em *freak shows* e “espetáculos” científicos europeus (Damasceno, 2008). Segundo Paiva *et al.* (2016), os *freak shows* ou show de horrores, eram apresentações comuns na Europa, nas quais eram exibidos os seres considerados como aberrações e atraía a atenção de grandes públicos. Em 1810, aos 21 anos, Sarah foi levada para Londres pelo cirurgião inglês Willian Dunlop onde iniciou uma série de espetáculos circenses e lá recebeu a denominação que a tornou famosa em todo o mundo: Vênus Hotentote (Damasceno, 2008). O termo “Hotentote” era sinônimo de bestialidade e “Vênus” tinha uma conotação lasciva (Paiva *et al.*, 2016 p. 6).

Ao chegar à Europa, após ser apresentada em *freak shows*, segundo Paiva *et al.* (2016), o corpo de Sarah foi estudado sistematicamente por importantes cientistas europeus, como Saint-Hillaire e Cuvier. Podemos afirmar que tais cientistas, deram o respaldo científico para que aquela mulher fosse descrita como um animal selvagem, ao inclui-la na descrição dos seus estudos numa monografia sobre Zoologia (Paiva *et al.*, 2016).

⁴ À época, professora substituta do Departamento de Educação da UEFS e atualmente Professora Adjunta do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia, atuando no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

⁵ Khoi-San ou Khoisan é uma etnia do sul da África. Por dezenas de milhares de anos os Khoisan foram a maior população do planeta.

Sarah teve uma morte precoce, com cerca de 21 anos e mesmo após a sua morte, o corpo dela continuou servindo de objeto científico, pois a sua genitália era exposta no Museu de História Natural em Paris (Paiva *et al.*, 2016). Após muitas reivindicações dos povos Khoisan, em 2001, o senado francês, devolveu o corpo de Sarah para ser enterrado em sua terra natal (Damasceno, 2008).

Recordo que uma das colegas que apresentou aquele seminário, que assim como eu é uma mulher negra, chorava ao tentar nos contar a história de Sarah Baartman e descrever como a Ciência europeia animalizava e se apropriava do corpo daquela mulher, eu e outros colegas choramos juntos com ela. Jorge Larrosa (2002) nos diz que “a experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova” e o sujeito da experiência é como um território de passagem, que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos (Larrosa, 2002, p. 24).

Ao ouvir a história de Sarah Baartman e ter uma primeira dimensão de como o racismo científico operava eu me senti enganada, pois estava no 5º semestre da graduação e acabava de descobrir que aquela Ciência, que eu tanto admirava, tinha a sua história marcada também pela desumanização, racialização e consequente escravização dos meus ancestrais. Aquela aula que para alguns pode ter sido mais uma apresentação de seminário, deixou algumas marcas em mim, tocou em uma cicatriz, foi para mim o que Larrosa (2002, p. 25-26) caracteriza como experiência: “aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma”.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Larrosa, 2002, p. 24).

Eu senti uma tristeza enorme ao ouvir a história de Sarah Bartmaan e não contive as lágrimas que escorreram no meu rosto. Naquele instante veio a lembrança dos meus ancestrais e um sentimento de dor, ao recordar de todo um histórico de injustiças a que eles foram submetidos e que hoje reflete na vida de nós afrodescendentes. O primeiro contato que tive

com o tema racismo científico atravessou o meu corpo-território negro. Segundo Miranda (2014) a perspectiva da categoria corpo-território:

propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias (Miranda, 2014, p. 69-70).

Depois daquele fatídico dia do seminário em que ouvi pela primeira vez falar sobre o racismo científico não vivenciei nas salas de aula da UEFS nenhum outro momento em que a pauta do racismo científico fosse abordada, mas me vi em outra situação que me colocava diante do racismo científico. Em um momento em que comentava sobre a teoria da evolução e as contribuições de Darwin para a Ciência e para o ensino de Biologia na atualidade com meu tio⁶, fui questionada por ele “- E o darwinismo social? Você também concorda com essas ideias?”. Diante de tal pergunta, fiquei sem reação, eu era admiradora das ideias de Darwin, mas era a primeira vez que estava diante do termo, eu não sabia do que se tratava o darwinismo social⁷.

O choque ao saber que a Ciência colaborou para perpetuação do racismo, me despertou o desejo de aprofundar o estudo a respeito do racismo científico, e refletir em como poderia contribuir com uma educação antirracista, afinal o racismo científico não está apenas na história, ele foi fundamental para a instauração de um racismo estrutural que se faz presente na nossa sociedade. Porém naquele período, já tinha iniciado minha pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), era bolsista do Programa Institucional de Bolsa Extensão (PIBEX) da UEFS, no projeto Observatório de Juventudes Rurais na Região Sisaleira da Bahia, e os temas das pesquisas que desenvolvia concentravam-se no campo da Educação, mas eram sempre relacionados à Etnobotânica.

Essas e outras experiências, que vivenciei durante a graduação, me ajudaram a me perceber enquanto corpo-território negro. Hoje reconheço que naquele período eu estava passando por um desenvolvimento da minha negritude, embora eu reconheça que carrego

⁶ Daniel Ricardo Santos Pinto ou Daniel Pintto, é natural de Feira de Santana-BA. Professor da educação básica, Geógrafo licenciado pela UEFS e Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade pelo programa de pós-graduação – PPGDCI da UEFS. No ano de 2018 lançou seu primeiro livro: Reflexões Negras. Com o lançamento dessa obra, eu fui convidada por ele para acompanhá-lo em diversos eventos em que ele palestrava e que abordavam a temática da negritude. Essas experiências me atravessam, pois ao passo que estava em um processo de formação docente e conheci o racismo científico, adentrar em espaços onde o debate racial se fazia presente me impulsionou a refletir sobre o meu papel como mulher, negra e professora de Biologia.

⁷ O darwinismo social será abordado no Capítulo IV.

desde muito pequena em meu corpo uma identidade negra afrodiáspórica que me foi moldada dentro do meu seio familiar, com narrativas para o orgulho de pertencer-me negra.

Por identidade negra afrodiáspórica, entendemos como a identidade negra que se constrói a partir da diáspora africana, em diálogo com Nilma Lino Gomes (2003) que define a identidade negra, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Para a autora, a identidade negra implica na construção do olhar de um grupo étnico ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros (Gomes, 2003, p. 171).

Diante do exposto, o presente trabalho que se insere no campo da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER), busca responder a seguinte problemática: Quais as tensões provocadas pela temática do racismo científico no corpo-território negro e docente de Biologia e quais os caminhos para um ensino de Biologia antirracista?

Para responder a questão problema, apresento como objetivo geral: cartografar as escrevivências do corpo-território negro e docente de Biologia, bem como as tensões provocadas pela temática do racismo científico, a fim de traçar caminhos para uma educação antirracista. Trago como objetivos específicos: cartografar as escrevivências do corpo-território negro e docente de Biologia; mapear com os professores as percepções em torno do racismo e do racismo científico ao longo dos momentos cartográficos e traçar caminhos possíveis para uma educação antirracista.

O referencial teórico será apresentado ao longo dos capítulos que compõe esta dissertação. No **primeiro capítulo**, intitulado Percursos da Cartografia Escreviente, apresento a cartografia e a escrevivência como os nossos suportes metodológicos bem como os referenciais teóricos (Deleuze; Guatari, 1995; Evaristo, 2020a; Passos; Kastrup; Escóssia, 2009), seguindo o pressuposto de Meyer (2014, p. 50) de que teoria e método são indissociáveis e de que nossas opções metodológicas precisam fazer sentido dentro do referencial teórico no qual as inscrevemos. Nesse capítulo também apresento os primeiros percursos da cartografia e o mapeamento dos participantes.

No **segundo capítulo**, Escrevivendo com o Corpo-território Negro, apresento as nossas escrevivências a respeito do corpo-território negro e trago como suporte teórico

pesquisadores tais como Miranda (2014), Gomes (2002), Almeida (2019), Nascimento (2016), Carneiro (2004) entre outros. Nesse capítulo iniciamos o mapeamento a respeito das nossas subjetividades, abordamos os diferentes processos históricos que implicam no reconhecimento racial e as situações cotidianas que nos atravessam.

No **terceiro capítulo**, Escrevivendo com as Diversas Faces do Racismo, debatemos sobre o racismo que nos atravessa cotidianamente em suas duas diversas faces e como ele se faz presente na história da sociedade brasileira. Para contribuir com esse debate apresentei como suporte teórico Kilomba (2019), Bento (2022), Almeida (2019) e Schwarcz (2012).

No **quarto capítulo**, Escrevivendo com o Racismo Científico e a Biologia, apresento inicialmente os afetos que me levaram a discutir sobre o racismo científico, trago os processos de racialização no período moderno, os conceitos atribuídos ao longo do tempo ao termo raça e as implicações para o desenvolvimento do racismo e em especial do racismo científico. Trago as contribuições de pesquisadores tais como Schwarcz (1993), Tralci Filho (2018), Mbembe (2014), Munanga (2004), Quijano (2005), Sepulveda (2018), Paiva e colaboradores (2016), Guedes (2013) e Pinheiro (2022).

O **quinto capítulo**, Escrevivendo Possibilidades de uma Docência em Biologia Pautada em uma Educação Antirracista, a discussão é feita em torno da nossa prática docente, das possibilidades de efetivar a EREER na educação básica para isso trago de forma sucinta o referencial teórico (Souza; Verrangia, 2020; Gomes, 2019; Pinheiro, 2019; Léo Neto; Fernandes, 2020) e as contribuições dos cartógrafos, com o intuito de traçar possibilidades para efetivar uma educação antirracista.

CAPÍTULO I – PERCURSOS DA CARTOGRAFIA ESCRIVIVENTE

A presente pesquisa, se inscreve na perspectiva das pesquisas pós-críticas em educação. As teorias, abordagens ou pesquisas pós-críticas (o multiculturalismo, pós-estruturalismo, estudos de gênero, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo, estudos culturais, estudos étnico-raciais, pensamento da diferença e estudos *queer*) tem influenciado significativamente as pesquisas na área da educação (Paraíso, 2014).

As pesquisas pós-críticas apresentam como uma de suas principais características a utilização de uma metodologia que foge dos padrões convencionais. Segundo Meyer e Paraíso (2014) algumas das pesquisas pós-críticas, apresentam uma metodologia que é construída no processo de investigação, de acordo com as necessidades colocadas pelo objeto de pesquisa e pelas perguntas formuladas.

A presente dissertação apresenta uma natureza qualitativa e utilizo como suporte metodológico para responder as questões que são aqui apresentadas, a perspectiva cartográfica de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) enquanto método de pesquisa, associada às escrituras de Conceição Evaristo (2020a).

A cartografia é apresentada por Deleuze e Guattari na introdução de Mil Platôs (1995) a partir do princípio do rizoma. Mas o que seria um rizoma? Em botânica, o rizoma trata-se de uma extensão do caule, um caule subterrâneo que se dispõe mais ou menos paralelamente à superfície do solo e une diferentes brotos (Raven; Evert; Eichhorn, 2014).

O princípio do rizoma surge como uma metáfora, que explica a natureza de um sistema acêntrico, que não tem começo e nem fim (mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda) e é composto unicamente por linhas (Deleuze; Guattari, 1995). Deleuze e Guattari (1995, p.31) salientam que “diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza”.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), as linhas que compõe o rizoma são as linhas de segmentaridade, de estratificação, linhas de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de

natureza. Estas linhas se entrelaçam, se conectam e podem desprender-se em algum momento desse sistema:

Não se deve confundir tais linhas ou lineamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições. Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore imagem, nem reprodução interna como a estrutura-árvore. O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa, deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga (Deleuze; Guattari, 1995, p. 31-32).

Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Liliana Escóssia (2009, p.10) afirmam que o sentido da cartografia é o acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança (Deleuze; Guattari, 1995, p. 36) e assim como o rizoma acredito que ao construirmos uma cartografia devemos proporcionar alianças.

A cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos (Passos; Barros, 2009, p.17). O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional do método de pesquisa, deixando de ser um caminhar para alcançar metas pré-estabelecidas e passando a ter como prioridade o caminhar que traça durante o percurso, suas metas (Passos; Barros, 2009).

Deste modo, Passos e Barros (2009) alertam que a cartografia enquanto método de pesquisa-intervenção não se trata de uma ação sem direção, já que a ela reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. Segundo Oliveira (2014), essa característica da cartografia de converter o método em problemas, a torna metodologicamente inventiva.

Segundo Paraíso (2014), a cartografia se caracteriza como método de pesquisa no sentido de que oferece tanto modos específicos de interrogar como estratégias para descrever e analisar. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados (Passos; Barros, 2009, p.17). Segundo Oliveira (2014, p. 287):

Embora, comumente, possamos ligar a criação da pesquisa em educação à resolução de problemas já dados, encerrando a invenção nos quadros da previsibilidade e da necessidade, indissociável de uma perspectiva instrumental, estando a serviço de oferecer ou encontrar soluções para as perguntas de pesquisa. O problema de uma

cartografia não é um tesouro a ser descoberto em uma ilha perdida, é seu objeto de criação.

No método cartográfico de pesquisa-intervenção, não podemos ter uma totalidade dos procedimentos metodológicos pré-definidos, o sentido da pesquisa é o acompanhamento de processos, durante a pesquisa é preciso estar atento ao que está sendo problematizado e o que está sendo produzido.

A escolha da associação da cartografia com as escrevivências surge a partir da qualificação da dissertação, momento em que foi apontada a necessidade de associar a cartografia, que é uma metodologia me permite caminhar sem seguir regras previamente estabelecidas, a uma metodologia em que poderia desenvolver uma escrita em que me posicione enquanto pesquisadora. Segundo Gastaldo (2014, p.12):

a posicionalidade do/a pesquisador/a é ferramenta primordial para a interpretação do que ocorre no campo e para a criação de uma narrativa que, longe de ser neutra, é rigorosa e engajada, permitindo propor maneiras alternativas de ver e pensar fenômenos.

Enquanto Passos, Kastrup e Escóssia (2009) nos apresentam a cartografia como um método que não é para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude; a escrita escreviente, enquanto dispositivo metodológico, rompe com os modelos acadêmicos tradicionais, é uma possibilidade de interferência em primeira pessoa (Felisberto, 2020) a escrevivência é a escrita de si. Aqui me refiro a essa pesquisa como uma Cartografia Escreviente.

Ao buscar referências deparei-me com o trabalho das pesquisadoras Rita de Cassia Camisolão (2020) e Grasiela Oliveira Neto da Rosa (2021), que desenvolveram em seus trabalhos a associação da cartografia com a escrevivência enquanto metodologia. Segundo Rosa (2021), as duas metodologias se conversam, se completam e apresentam possibilidades concretas de olhar para os territórios que habitamos e que queremos transformar. Camisolão (2020) afirma que a cartografia e a escrevivência são métodos que apresentam em si mesmos elementos constitutivos da hospitalidade.

A Cartografia Escreviente foi sendo delineada a partir de percursos. *A priori*, a minha intenção era acompanhar nos percursos da cartografia, os processos de produção de sentidos a respeito do racismo científico, partindo das minhas escrevivências e dos demais participantes da pesquisa, portanto eu precisava de pessoas para juntos construir uma

Cartografia Escrivivente, afinal a escrita escrevivente extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado, é uma reflexão atravessada por uma coletividade (Evaristo, 2020a).

Diante do exposto, eu busquei por docentes da educação básica, que assim como eu são autodeclarados negros e egressos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEFS. Tal escolha se deu a partir da ideia de convidar os meus contemporâneos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, pessoas que estudaram no mesmo período que eu, para pensar a partir das nossas experiências sobre as questões que perpassam a temática das relações étnico-raciais.

1.1.Mapeando os participantes da pesquisa

Para iniciar o mapeamento dos participantes da pesquisa, solicitamos a UEFS, por meio de ofício, uma lista com nome, contato e ano de formação dos egressos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que se formaram nos semestres 2018.1, 2018.2, 2019.1, 2019.2, 2020.1 e 2021.2. Nesse período 96 pessoas se formaram no curso, me incluindo, então entrei em contato com as demais. Comuniquei-me com elas, a partir do número de telefone, e-mail ou das redes sociais. Esse levantamento de dados inicial tinha o objetivo de traçar o perfil dessas professoras e professores de Biologia que se formaram na UEFS no período mencionado e identificar os possíveis participantes da pesquisa.

Ao entrar em contato com meus colegas informei a eles do que se tratava, e diante do objetivo de trabalhar com professores autodeclarados negros, perguntei qual era a autodeclaração étnico-racial e se estavam atuando na educação básica. Das 95 pessoas que contatei, tive um retorno de 54 pessoas. Do total de 54 pessoas, 15 se autodeclararam como pretas e destas 9 estão atuando como professores da educação básica; 9 se autodeclararam como negras e destas 5 estão atuando; 18 se autodeclararam como pardas e destas 7 estão atuando; e do total de 12 que se autodeclararam como brancas 8 estão atuando.

O primeiro critério utilizado para exclusão/inclusão dos possíveis participantes da pesquisa foi atuar como docente na educação básica. O segundo critério de inclusão/exclusão

foi a autodeclaração étnico-racial como negro, ou seja, todos aqueles se reconhecem enquanto negros/afrodescendentes e que se autodeclaram como pretos ou pardos.

A autodeclaração, porém, apareceu como a primeira linha de fuga da nossa cartografia⁸. Quando conversava com as pessoas sobre a autodeclaração me via diante de vários questionamentos, eu percebi que a autodeclaração não era suficiente para escolher os participantes da pesquisa. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera como negro todos aqueles que se autodeclaram com pretos e pardos, porém a partir daquela conversa inicial eu não conseguia ter um indício de que aquelas pessoas que se autodeclaram como pardas se reconheciam como pessoas negras.

É necessário destacar que a diversidade étnico-racial é uma das principais características da população brasileira, e tais questionamentos ou dúvidas que surgem a partir da autodeclaração étnico-racial são resquícios de processos históricos que aconteceram em nosso país. Em decorrência do processo de colonização que ocorreu entre os séculos XVI e XIX, o Brasil foi composto por diferentes grupos étnicos: os indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada dos colonizadores, os colonizadores que eram homens brancos europeus e os africanos que foram trazidos para o país forçadamente.

Em decorrência dos processos de racialização⁹, no período colonial as relações sociais entre os diferentes grupos étnicos também eram marcadas por relações de hierarquia que colocavam o branco europeu como uma “raça”¹⁰ superior e os ameríndios e africanos como raça inferior.

No período da colonização, embora os indígenas também fossem utilizados como mão de obra escrava, vale ressaltar que os africanos eram retirados de sua nação com o único objetivo de serem escravizados. Segundo Abdias Nascimento (2016) em seu livro *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*:

Desde que o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos, rotulados como subumanos ou inumanos,

⁸ As linhas de fuga são entendidas como uma linha do desejo que se desprende de um movimento e faz todo o restante fugir de determinado fluxo, a autodeclaração aqui é entendida como uma linha de fuga, pois ao se descobrir algo novo, toda uma subjetividade é afetada, nesse caso a descoberta de que nem todo pardo se considera negro como está categorizado pelo IBGE.

⁹ Os processos de racialização serão abordados no Capítulo IV.

¹⁰ Atualmente não existe validação científica para o conceito de raça, mas ao longo da história o conceito de raça desenvolvido pelos naturalistas dos séculos XVIII-XIX não só classificava como hierarquizava os indivíduos.

existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho (Nascimento, 2016, p.73).

No final do século XIX, após a abolição da escravidão, Schwarcz (1993, p.15) afirma que o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. No processo de miscigenação as pessoas que apresentavam características fenotípicas¹¹ que se aproximavam dos brancos, eram consideradas “menos degeneradas” em comparação as pessoas que apresentavam o fenótipo de africanos.

Tal categorização social baseada nas características étnicas, infelizmente não ficou apenas na história da sociedade brasileira, Silva (2018) aponta que na sociedade brasileira há uma valorização de traços caucasianos, de modo que a miscigenação é vista positivamente como uma maneira de se distanciar da origem afro-brasileira. Ao fazer referência ao racismo no Brasil, Silva (2018) afirma que o racismo desqualifica os traços negróides, como a pele escura, o cabelo crespo, nariz largo ou arredondado e lábios mais espessos.

Atualmente o IBGE considera que a sociedade brasileira é composta por 5 marcadores de cor ou raça que são: amarelos – para se referir aos descendentes de asiáticos, brancos – descendente de europeus, indígenas, pretos – descendentes de africanos, pardos – fruto da miscigenação entre as demais categorias.

Segundo o IBGE¹², em sua pesquisa a respeito da cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, os indicadores que demonstram a evolução das características da população brasileira analisadas no período de 2012 a 2021, demonstram que o número de pessoas autodeclaradas como pretos e pardos teve um aumento no período mencionado. Em 2012: 46,3% dos brasileiros se declararam como brancos, 45,6% como pardos e 7,4% como pretos (IBGE, 2022b). De acordo com dados da PNAD contínua em 2021, 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos (IBGE, 2022b).

¹¹ A aparência visível ou mensurável de um organismo quanto a um ou mais traços, o fenótipo é o que se vê, a aparência ou o comportamento de um organismo em contraste ao genótipo ou constituição genética elementar.[...] A aparência externa dos humanos quanto à cor da pele, tipo de cabelo, estrutura óssea etc. é mais bem identificada como variação fenotípica; um modo relativamente livre de conceitos culturais designar as diferenças em oposição à palavra raça, cujo sentido varia de um período histórico e cultural para outro (Cashmore, 2000, p. 217).

¹² Toda a problematização feita a partir da autodeclaração enquanto negro foi baseada na Lei nº 12.990.

Associado aos indicadores de cor e raça, o IBGE também realiza uma análise das desigualdades raciais e sociais no Brasil. As populações de cor ou raça preta, parda e indígena apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica (IBGE, 2022a).

Em 2021, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era 18,6%, ao passo que entre as pessoas pretas o percentual foi de 34,5% e, entre as pardas, 38,4%. Considerando a linha de US\$ 1,90 diários, a diferença também foi expressiva: enquanto 5,0% das pessoas brancas tinham rendimentos abaixo da linha, 9,0% das pessoas pretas e 11,4% das pardas situavam-se também abaixo (IBGE, 2002a, p. 6)

De acordo com esses dados apresentados, é possível afirmar que mais da metade da população brasileira é composta por pessoas negras e entre os grupos étnicos que compõem a população brasileira, também existe uma enorme desigualdade social.

Diante de tal realidade, alguns dispositivos são utilizados como mecanismos de promoção de igualdade racial. Um deles é Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, a qual reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos, para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (Brasil, 2014). Segundo a Lei nº 12.990:

Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2014).

Essas reflexões que foram suscitadas após o primeiro contato com os possíveis participantes da pesquisa me direcionaram a reavaliar o segundo critério de inclusão/exclusão. Decidi que a escolha dos participantes a partir da autodeclaração, não seria necessariamente baseada nas categorias fixadas pelo IBGE, ou seja, considerar negros todos aqueles que se autodeclararem como pretos e pardos. Eu senti a necessidade de entrar em contato novamente com aqueles que se autodeclararam como pardos, para entender como eles reconhecem perante as suas subjetividades.

1.2 Mapeando as subjetividades negras

Enquanto mulher negra, entendo que o “ser negro” está relacionado a negritude. Refiro-me a negritude como um sentimento de positividade pelo pertencimento étnico-racial

em diálogo com Kabengele Munanga (2019) que nos diz que a palavra negritude foi uma resposta ao racismo, foi a ressignificação da categoria negro criada pelo branco europeu¹³, a negritude é a consequência e o resultado do racismo. Segundo a definição de Aimé Césaire¹⁴, que criou a palavra negritude, a negritude seria definida em três palavras identidade, fidelidade e solidariedade:

A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro. A fidelidade repousa numa ligação com a terra-mãe, cuja herança deve, custe o que custar, demandar prioridade. A solidariedade é o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los e a preservar nossa identidade comum (Munanga, 2019, p. 65).

Quando conversei com meus colegas sobre a autodeclaração, aqueles que se autodeclararam enquanto pretos ou negros, já demonstram que carregam consigo a negritude. Mas diante daquelas pessoas que se autodeclararam como pardas, a minha intenção não era definir a partir das características fenotípicas ou da minha percepção de negritude quem era negro, meu objetivo era convidar para participar da pesquisa aquelas que se reconhecem enquanto pessoa negra.

Algumas daquelas pessoas que se autodeclararam pardas demonstraram através de seus depoimentos, o quão confuso a noção do “pardo” pode ser em nosso país. Ao perguntar “qual é a sua autodeclaração étnico-racial?”, um dos colegas me respondeu:

- Pardo, não concordo com essa nomenclatura, mas está no IBGE (homem, pardo).¹⁵

Outro colega ao responder:

- Sou negro, pardo. (homem, pardo).

Como foi mencionado nem todas as pessoas que se autodeclararam como pardas deixaram um indício de pertencimento étnico-racial, por esse motivo sentir a necessidade de realizar novas abordagens. Defini como terceiro critério de inclusão/exclusão dos

¹³ Para melhor entendimento, abordaremos os processos de racialização no Capítulo IV.

¹⁴ Aimé Fernand David Césaire (1913-2008) nasceu em Basse-Point, Martinica. É considerado um dos escritores mais importantes do século XX, em sua trajetória foi poeta, dramaturgo, ensaísta, político que defendia as raízes africanas e anticolonialista. Aimé Césaire formulou pela primeira vez o conceito de negritude.

¹⁵ Nesse percurso não trago pseudônimos, pois conversei com diversos colegas de curso até convidar as pessoas que iriam participar da pesquisa. Para me referir a essas pessoas utilizei o gênero e a autodeclaração étnico-racial informada pela pessoa.

participantes da pesquisa, para aquelas pessoas que se autodeclararam como pardas, a autoidentificação enquanto pessoa negra.

Ao realizar as novas abordagens perguntei a aquelas pessoas que se autodeclararam como pardas, mas não deixaram evidente um o indício de pertencimento étnico-racial como afrodescendente, “o que era ser pardo?”. Uma das colegas respondeu:

- Pra mim ser pardo é uma mistura de pele, como por exemplo na minha família meus avós são descendentes de índio, então tem a pele mais escura (Mulher, parda).

Outra comentou:

- Minha percepção é de que sou parda, pois minha mãe é branca, mas meu pai é negro (Mulher, parda).

Após essas respostas, perguntei se elas eram negras, ambas me responderam que não eram negras. Nesses dois depoimentos podemos perceber que a noção de pardo está atrelada a miscigenação que ocorreu no seio familiar, mas não necessariamente ao pertencimento étnico-racial. Além do quesito miscigenação no seio familiar, outro forte elemento que apareceu nas conversas foi à cor da pele.

Olha eu ainda tenho muitas dúvidas sobre colorismo em nosso país, e eu me declaro pardo. Eu entendo o pardo como sendo uma pessoa que não se identifica como branca, e também não é negra. O IBGE inclui os pardos como negros também, no intuito de diminuir a desigualdade racial, porém, sabemos quem são as pessoas que sofrem preconceito racial, e são essas pessoas que devem ter acesso as políticas públicas. Não adianta a pessoa se declarar pardo e fenotipicamente e socialmente ser classificado como branco, e ocupar lugares que não lhe cabem. A gente não pode usar da miscigenação para se favorecer, mas, para entender que de fato não somos brancos, mas, não sofremos e morremos pela nossa tonalidade de pele. Não sei se é o certo, mas, é o que eu penso sobre de acordo com o que já li sobre o assunto (Homem, pardo).

Em todas as situações a noção do pardo aparece relacionada de alguma forma ao colorismo¹⁶ e a miscigenação como gerador da ideia de nação brasileira¹⁷. Uma das colegas relatou:

Para mim pardo, são pessoas que tem uma mistura de descendentes principalmente negros e brancos, porém isso não é tão visível no fenótipo é algo que fica no meio termo em relação a cor da pele... Esses dias com a pesquisa do IBGE nas residências, ainda estou naquele processo negro ou pardo? Quem define o que sou?

¹⁶ O debate em torno do colorismo será aprofundado no Capítulo II.

¹⁷ A partir dos anos 1930 iniciou-se um movimento nacionalista que difundiu uma concepção de identidade nacional. Esse movimento passa a interpretar a miscigenação entre brancos, índios e negros como verdadeira característica de uma nacionalidade brasileira.

Eu, as pessoas, ou outras questões além da cor de pele? Porque meu avô é negro, nasci, fui criada e moro em comunidade autodeclarada negra (Mulher, parda).

Também foi possível observar a existência de uma necessidade de enquadramento numa categoria social, que é dificultado por exemplo pela miscigenação.

Parece que não pertença a nenhum grupo de forma objetiva: a cor da minha pele não é escura o suficiente para ser encaixada como preta e muito menos branca (Mulher, parda).

Eu sou filha de um pai negro, e venho de uma família com muitas pessoas de pele preta, apesar de não ter o tom de pele escuro como o deles eu carrego muitos outros traços que são característicos de algumas populações afrodescendentes como o nariz não afilado e a boca grande, que me dão muito orgulho, eu nunca me identifiquei como branca também... Além disso tem a questão de identidade, eu sempre me reconheci dentro da minha família que é negra, meu pai, meus irmãos e tudo mais, eu eu nasci em um bairro quilombola que é a Rua Nova, sempre ouvindo as histórias dos meus antepassados como minha tataravó veio fugida com os filhos de uma fazenda onde ela era escravizada e construiu a família aqui. Por todas essas coisas acho que existem vários critérios para se classificar ou se auto identificar como pardo, eu sinceramente não saberia dizer todos eles, para mim, são esses que fazem com que eu me identifique dessa forma (Mulher, parda).

Quando a questioneei se elas eram negras, elas responderam que sim. Mas além do da autoidentificação, a sociedade também exerce um papel que influencia em como essas pessoas se reconhecem, pessoas negras de pele clara em muitos momentos não são reconhecidas socialmente como negras, pois no Brasil a cor da pele é o principal demarcador racial. Em consequência da demarcação racial a partir da cor da pele, aquelas pessoas que apresentam a cor de pele mais escura tendem a serem alvo de discriminação racial. Para confirmar essa ideia, realizei um novo questionamento para elas: você já sofreu algum tipo de discriminação racial? Diante dessa pergunta ambas responderam que não.

A partir dessa conversa sobre as subjetividades que cercam aquelas pessoas que se autodeclararam pardas, foi possível perceber que nem toda pessoa que se autodeclara como parda se identifica enquanto pessoa negra, que o não branco no Brasil não se reconhece necessariamente como negro. Ficou evidente que o discurso da miscigenação visando o embranquecimento e do mito da democracia racial deixou resquícios que se fazem presentes nos discursos que perpassam a autodeclaração e no sentimento de pertencimento étnico-racial. O colorismo, a miscigenação, o embraquecimento e o mito da democracia racial serão temas abordados nos próximos capítulos.

1.3 Delineando o encontro com nossos corpos-territórios

Para iniciar a etapa intervencionista da nossa Cartografia Escrivivente, fiz um convite aos possíveis participantes da pesquisa, aqueles que se enquadravam no perfil que eu buscava: estavam lecionando e se reconhecem como negros. Chegamos ao número de dezesseis pessoas, considerando a autodeclaração e atuação na educação básica.

Formamos então um grupo com dez cartógrafos, sendo seis mulheres e quatro homens, aqueles que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Dessas pessoas, cinco se autodeclararam como pretas, uma se autodeclara como negra, duas se autodeclararam como pardas e duas se autodeclararam como negra-parda.

Estes professores de Biologia, atuam na cidade de Feira de Santana e distritos, e outras cidades vizinhas como Coração de Maria, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão e Lamarão. Lecionam em diversas classes, não apenas aquelas associadas à formação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, mas também disciplinas como Geografia, História, Práticas Integradoras II, Tecnologia e Inovação. Cinco lecionam em escolas da rede pública do estado da Bahia e cinco lecionam na rede privada.

Para iniciar o contato com os participantes da pesquisa criei um grupo de *Whatsapp*, para nos comunicarmos e para orientá-los em relação às etapas da pesquisa. A etapa intervencionista da pesquisa, se caracterizou por quatro encontros virtuais que ocorreram na plataforma *Google Meet*, que denominei de Encontros Cartográficos, nos quais debates era iniciados a partir de questões mobilizadoras que eram apresentadas aos participantes, afinal as perguntas que nos movem a pesquisar e a produzir na cartografia.

As questões mobilizadoras dialogavam com os meus atravessamentos e com o que era apontado a respeito do corpo-território negro, do racismo, do racismo científico e da educação antirracista. Os participantes do grupo se mobilizavam para pensar e discutir sobre essas questões e por se tratar de uma proposta fluida, eles também tinham a liberdade de sugerir e falar sobre outros temas que eram incluídos nos debates. As questões mobilizadoras que foram apresentadas em cada Encontro Cartográfico, também tinham como objetivo mobilizar os cartógrafos à produção de um diário de bordo a partir de suas escrevivências.

O diário de bordo é uma ideia que remete aos antigos registros de viagens, também podemos fazer uma analogia com os diários pessoais e até aos *blogs* atuais (Mello, 2016).

Aqui utilizamos com o intuito de conhecer as narrativas dos participantes. “Importante que ele não aspire metodologia, método, cartilha. Mas apenas uma possibilidade, entre muitas outras, de reencontro com uma escrita que não é apenas forma de expressão, mas modo de ser, de pensar, de dizer, de fazer” (Mello, 2016 p. 207).

O diário de bordo foi utilizado para nos orientar a construção da Cartografia Escrivivente como um instrumento de produção de dados, utilizado para afetá-los a escrevivência, como forma de registro. O objetivo era utilizar o diário de bordo para registrar todos os Encontros Cartográficos, as respostas das questões mobilizadoras apresentadas, os atravessamentos gerados nos cartógrafos, situações cotidianas e reflexões que foram suscitadas a partir dos debates. A intenção era que, ao final do quarto encontro, todos participantes entregassem o diário de bordo, que foram produzidos em formato digital. Ao final dos encontros 6 participantes me enviaram o diário de bordo.

Por se tratar de um grupo formado por professores atuantes na educação básica, encontrei inicialmente uma dificuldade de agendamento dos encontros com todos, pois havia conflito de horários. Diante desse percalço, decidi realizar os encontros sempre em uma data e horário em que fosse possível reunir o maior número de participantes. Desse modo, a cada encontro virtual houve uma formação diferente de participantes, mas todos os participantes do grupo eram mobilizados para a escrita do diário de bordo, pois ao final de cada encontro cartográfico as questões mobilizadoras eram disponibilizadas no grupo do *Whatsapp*. Os encontros ocorreram nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2022.

As questões mobilizadoras, discussões e os questionamentos suscitados pelos participantes durante os Encontros Cartográficos guiaram a análise de dados. Segundo Barros e Barros “o que move a análise em cartografia, portanto, são problemas. É a um problema que ela se volta e são também problemas o seu resultado” (Barros; Barros, 2013, p. 375). Na pesquisa cartográfica a análise é feita no decorrer da construção da escrita, juntamente com os participantes. Na Cartografia Escrivivente utilizei as gravações de vídeo dos encontros cartográficos, em que os áudios foram transcritos e os registros feitos nos diários de bordo pelos cartógrafos durante a análise dos dados. Todas as falas e interações entre os participantes foram analisadas.

1.4 Participantes da pesquisa

Esta Cartografia Escrivente foi marcada por encontros. Acredito que desde o início dessa escrita, também passei a me encontrar e me (re)encontrar em diversos momentos, e nessa etapa da pesquisa tive a oportunidade de ter um encontro com o outro. Os encontros cartográficos promoveram um reencontro com pessoas que por muitos anos dividiram comigo os espaços da UEFS (salas de aula, corredores, festas, eventos acadêmicos...) e assumiram participar dessa experiência comigo, ao passo que também possibilitou um encontro de histórias, experiências e escrituras. Nestes encontros me deparei com:

Helena, que me provocou reflexões acerca do colorismo, ela traz em sua escritura as memórias da infância que segundo ela foi construída numa linha tênue de “pele clara para ser negra e cabelo ‘duro’ pra ser branca”. O cabelo é um dos aspectos marcantes na escrita de Helena, ela evidencia o quanto a relação com o cabelo crespo era negativa na infância.

Júnior é um professor que hoje se propõe a estudar assuntos relacionados ao povo negro, mas que evidenciou em sua escritura o papel da academia para o nutrir sentimento de pertencimento “... só durante a Universidade que comecei a me enxergar como negro e afirmar que sou negro”.

Maria Flor era aquela que chegava sempre com seu jeito tímido em nossos encontros, ela trouxe na sua escritura importantes reflexões a respeito de como nos percebemos e quais movimentos podemos realizar enquanto docentes para promover uma educação antirracista.

Isis que embora hoje afirme que demorou para se reconhecer como uma mulher preta, evidenciou em sua escritura o quanto se revolta com as injustiças sociais e com a falta de punição relacionadas aos crimes de racismo e injúria racial. Enquanto docente, ela possui um discurso e práticas educacionais engajadas na educação antirracista.

Jamal que é um homem preto, docente da rede pública de ensino que afirma com orgulho: “a maioria dos meus alunos se parecem comigo”, esse é um dos motivos de segundo ele “não deixar as coisas se repetirem” e de procurar inserir em suas aulas aspectos socioculturais da população negra.

Júlia é uma professora que evidenciou em sua escrevivência as dores de vivenciar a experiência de trabalhar em uma escola que não se manifesta frente aos conflitos étnico-raciais. Ela trouxe em seus relatos, uma preocupação de como desenvolver enquanto docente uma educação antirracista sem apoio da gestão escolar.

Pedro é um professor que em sua escrevivência relata o quanto ele faz questão de inserir o debate das relações étnico-raciais nas suas aulas de biologia e ciências, ele se propõe a levantar discussões com seus alunos mesmo que considere o ambiente escolar em que estar inserido hostil e opressor, pois ele se considera “ousado”.

Brian é um homem negro, que traz em sua escrevivência a marcante relação com seu cabelo e sua sexualidade. Por muito tempo ele foi “obrigado” a raspar o cabelo, porém após a entrada na universidade teve o desejo de deixar o cabelo crescer. Hoje vivencia a liberdade de usar o seu *black*: “meu cabelo é o meu xodó é minha autoestima”.

Fabricia é uma mulher parda, que vem de uma família negra, mas que em muitos ambientes não é vista como negra por conta principalmente da cor da sua pele. Ela traz em sua escrevivência os conflitos que podem ser proporcionados pela autodeclaração: “já me perguntaram e quando eu disse que era negra a pessoa veio debater comigo dizendo que não era...”.

Ana é uma mulher que por muitos anos deixou de usar seu cabelo natural por medo do que as pessoas iriam falar, após entrar na universidade teve coragem de passar pelo processo de transição capilar e hoje desfruta das possibilidades de utilizar o cabelo crespo e livre de químicas.

Essas pessoas formaram comigo um grupo de professores que em sua narrativa apresentaram um letramento racial. Após o primeiro contato eu percebi que a **Maria de Lourdes**, ou simplesmente **Mallu**, que estava ali diante daquelas pessoas, com os olhos e ouvidos atentos, estava prestes a aprender muito mais do que ensinar sobre algo. Meu desafio era promover aqueles encontros e não intervir sobre algo, pois a intervenção ela se dá na nossa própria escrevivência.

CAPÍTULO II – ESCREVIVENDO COM O CORPO-TERRITÓRIO NEGRO

As experiências do meu corpo, que carrego em minha memória, se traduzem na minha escrevivência¹⁸. Gomes (2002, p.41) nos diz que o corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, pois a nossa localização na sociedade dá-se pela sua mediação no espaço e no tempo. Para a autora estamos diante de uma realidade dupla e dialética: ao mesmo tempo em que o corpo é biológico (pele, músculos, fibras, tecidos, órgãos, ossos, etc.) o corpo é também simbólico (Gomes, 2002).

O corpo não pode ser visto apenas como biológico, pois apresenta a sua própria corporeidade. Ao tratarem em sua pesquisa, dos assuntos relativos ao corpo, Santos, Silva e Campello (2018) analisam a corporeidade como sendo a ação do corpo a partir de suas experiências. A corporeidade é o que está para além do sujeito que se relaciona com seus pares (Santos; Silva; Campello, 2018).

Segundo Miranda (2020, p. 32-33) as nossas corporeidades performatizam pelas mais variadas espacialidades e como somos um território de passagem, não nos contemplamos com o acabado, estamos em devir, em construção, rasurados, em constantes trocas de peles. Para o autor na cosmovisão afro-brasileira o corpo é a peça principal de todas as articulações com os homens, animais, com toda a natureza (Miranda, 2014). É um corpo que carrega os símbolos, o imaginário, os mitos, os saberes, valores, enfim, toda relação com o real do seu grupo e conseqüentemente é um corpo-território (Miranda, 2014). Muniz Sodré na obra *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira* define o corpo-território como:

Corpo-território: todo indivíduo perceber o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, de um campo que lhe é próprio e que se resume, em última instância, a seu corpo. O corpo é lugar-zero do campo perceptivo, é um limite a partir do qual se define um outro, seja coisa ou pessoa. O corpo serve-nos de bússola, meio de orientação com referência aos outros. Quanto mais livre sente-se um corpo, maior o alcance desse poder de orientar-se por si mesmo, por seus próprios padrões. Claro, se nos movimentamos, altera-se o sistema de movimentação: os objetos podem

¹⁸ Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (Evaristo, 2020a, p.30).

ocupar o lugar-zero, descentrando-se o sujeito individual da percepção (Sodré, 2002, p. 135).

O corpo-território refere-se a um corpo que está constantemente em movimento, um corpo que está em devir¹⁹. Ao contextualizar a junção dos conceitos corpo e território para a categoria corpo-território, Miranda (2014) nos diz que:

A emersão na categoria território, como multiplicidade de territorialidades, demonstrou que a sua concepção por muito tempo esteve condicionada, apenas, a demarcação física e estática de um espaço. Entretanto, apresentamos uma visão que nos permitiu compreender o território por outra perspectiva, na qual o simbólico concebe as suas poli movimentações culturais (Miranda, 2014, p. 69).

Quando consideramos que o corpo é construído biologicamente e simbolicamente na cultura e na história de uma sociedade (Gomes, 2002), entendemos que as diferentes significações atribuídas ao corpo são reflexos das mesmas. Desse modo Achille Mbembe (2014) destaca que como fruto do longo processo de produção do conceito de raça, o corpo que carrega traços de ancestralidade africana, no continente africano ou na diáspora, é visto como um corpo negro.

Ao falar sobre as diferentes significações atribuídas ao corpo negro historicamente Nogueira (1998, p. 44) aponta que "... a rede de significações atribuiu ao corpo negro a significância daquilo que é indesejável, inaceitável, por contraste com o corpo branco, parâmetro da autorrepresentação dos indivíduos".

Embora exista o peso da história, da sociedade e da cultura no processo do tornar-se negro, devemos destacar a importância da subjetividade nesse processo (Gomes, 2002). A Cartografia Escrivente me levou a questionar: o corpo-território negro historicamente vivencia diferentes experiências e tensões sociais, mas afinal como se dá a construção da nossa autoidentificação a partir dos diferentes processos de subjetivação a que somos submetidos?

Diante do exposto e partindo dos atravessamentos que em mim foram suscitados a partir do mapeamento sobre a autodeclaração²⁰, busquei no primeiro Encontro Cartográfico

¹⁹ A ideia de "devir" está ligada a possibilidade ou não de um processo se singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais, negras, etc., podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes (Guattari; Rolnik, 1986, p. 74).

mobilizar os participantes a pensarem em como nós enquanto pessoas negras nos percebemos diante das nossas subjetividades. Para promover tal debate apresentei como questões mobilizadoras:

1. O que é ser negro?

2. Em qual momento ocorreu a autoidentificação do pertencimento étnico-racial? Esse pertencimento se reforçou durante a trajetória acadêmica?

3. Você já vivenciou uma situação racista?

No primeiro encontro, reunimos 6 participantes além de mim. Apresentei a pesquisa aos colegas, a cartografia e as escrevivências enquanto método de pesquisa, orientei eles quanto à escrita do diário de bordo e a dinâmica dos Encontros Cartográficos. O Encontro Cartográfico acontecia da seguinte maneira: a primeira questão mobilizadora era apresentada, todos os participantes presentes no encontro eram convidados a respondê-la. A partir das questões debates eram suscitados. Após encerrarmos a rodada de respostas, a próxima questão mobilizadora então era apresentada. Todas as perguntas do primeiro Encontro Cartográfico foram elaboradas por mim a partir dos atravessamentos gerados durante o processo de mapeamento dos participantes da pesquisa.

O primeiro Encontro Cartográfico durou 120 minutos. A questão mobilizadora 3 foi apresentada aos participantes, mas não houve roda de debates, pois já havíamos atingido o tempo máximo de duração e algumas pessoas já haviam relatado experiências racistas ao responder o questionamento 1 e 2, então sinalizei que está questão poderia ser respondida nos diários de bordos, principalmente para aqueles que não compartilharam durante o encontro cartográfico e tivessem o desejo de compartilhar nas suas escritas.

²⁰ Em referência à conversa que tive com as pessoas que se autodeclararam pardas, ver Cap. I, seção 1.2. Mapeando as subjetividades negras.

2.1 “Foi colocado na cabeça do povo negro, que o povo negro não presta.”²¹

Buscando produzir uma escrevivência a partir das nossas subjetividades, não poderia deixar de refletir novamente sobre o que é ser negro²², mas dessa vez não seria uma reflexão a partir das minhas experiências individuais e sim a partir de tudo que foi explanado na nossa²³ conversa no primeiro Encontro Cartográfico.

A partir do debate que realizamos e a partir das escrevivências produzidas pelos participantes no diário de bordo, foi possível mapear como nós enquanto pessoas negras nos reconhecemos em situações cotidianas e nos percebemos diante das nossas subjetividades.

Reforço que nesta cartografia me refiro à negra/negro como todas aquelas pessoas que se reconhecem como tal sejam elas pretas ou pardas. Proponho-me nessa cartografia a evidenciar o quanto somos diversos e apresentamos particularidades, ao passo que podemos apresentar experiências em comum o que torna a nossa vivência em alguns momentos em uma vivência coletiva, pois as nossas histórias de vida se cruzam. Diante do exposto a primeira questão mobilizadora apresentada ao grupo foi: **O que é ser negro?**

- **Ana²⁴**: Então me vejo negra devido às características físicas dos meus ancestrais de nossos ancestrais então a cor da pele, o tipo de cabelo [...]

- **Maria Flor**: Eu acredito e me vejo como negra por conta das características físicas e do fenótipo, a família da minha mãe é toda de pessoas brancas e meu pai vem de uma família de negros que tem mistura. Tem irmãos que são do tom de pele negro, mas tem cabelos lisos [...]

Esses relatos trouxeram a noção fenotípica do ser negro, aquela associada aos traços fenotípicos que remetem uma ancestralidade africana. Ao referir-se aos nossos ancestrais, em seu relato Ana faz referência aos africanos escravizados trazidos para o Brasil no período colonial. Na fala de Maria Flor, ela cita que a família do pai é uma “família de negros com

²¹ Trago como título dos tópicos um trecho marcante das falas dos participantes.

²² Trago essa reflexão em diálogo com o conceito de Negritude no Capítulo I, seção 1.2.

²³ A partir dos encontros cartográficos a escrita da presente dissertação, deixa de ser em alguns momentos em 1ª pessoa, pois deixo de partilhar apenas as minhas experiências e passo a compartilhar as nossas experiências coletivas.

²⁴ As citações dos participantes da pesquisa serão sempre sinalizadas: quando for citação de fala transcrita que ocorreu durante o Encontro Cartográfico no *Google Meet* será apresentado apenas o nome do participante, quando for citação de escrita do chat do *Google Meet* ou do diário de bordo serão informados logo após o nome do participante.

mistura” fazendo referência ao processo de miscigenação, que acontecia no período colonial²⁵ e acontece hoje em muitas famílias brasileiras.

Ao retomar a discussão que se refere à miscigenação, evidencio que ela nem sempre foi concebida como é hoje: pessoas que advém de diferentes “grupos” étnico-raciais que decidem se relacionar, os chamados relacionamentos inter-raciais. A partir do século XIX, a população brasileira vivenciou o processo de busca pelo embranquecimento populacional. Esse movimento visava embranquecer a população brasileira que após o processo escravocrata tinha uma alta quantidade de pessoas negras, a miscigenação era vista como alternativa para solucionar problemas relacionados à “raça”, a miscigenação era vista como uma alternativa para que a população brasileira um dia viesse a ser branca.

Segundo Nascimento (2016), um dos recursos utilizados para o branqueamento ou embranquecimento da população, foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante. O crime de violação e de subjugação sexual cometido contra a mulher negra originava os chamados produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, entre outras nomenclaturas que tentavam se distanciar da “figura” do negro/africano escravizado (Nascimento, 2016). Essa prática foi vista como normal ao longo das gerações, porém o autor destaca que:

a posição do mulato essencialmente equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca (Nascimento, 2016, p. 83-84).

Reforço que hoje a população afrodescendente ou afro-brasileira, em decorrência desse movimento que incentivava a miscigenação visando o embranquecimento populacional, apresenta uma gama de características. Embora a cor da pele seja a principal característica que remete a negritude, é inegável que a população negra brasileira se constitui principalmente em uma diversidade de cores, o chamado colorismo.

Helena (diário de bordo): A parte mais difícil de ser parda, é ser filha de pais negros com a pele escura, às vezes já tive que explicar o motivo de ter a pele clara. A minha mãe já foi questionada se eu era mesmo filha dela ou do irmão dela, pois o irmão dela é pardo “então o certo seria que ele tivesse uma filha como eu, e não ela”, disseram. Às vezes é cansativo ser parda! Porque parece que não pertença a ‘raça’ nenhuma.

²⁵ Destaco que o processo de miscigenação muitas vezes era forçado, pois mulheres africanas escravizadas eram vítimas de estupro pelos seus “proprietários”.

O colorismo por vezes pode ser utilizado como justificativa para o questionamento de uma negritude, pois em consequência de ideologias como o embranquecimento, a noção do corpo negro muitas vezes está “presa” em um estereótipo de que o negro é apenas aquele que reúne todas as seguintes características: pele escura ou retinta, nariz largo, cabelo crespo e lábios grossos. O trecho a seguir, do texto de Sueli Carneiro (2004), nos traz uma reflexão:

Branco não. São individualidades, são múltiplos, complexos e assim devem ser representados. Isso é demarcado também no nível fenotípico em que é valorizada a diversidade da branquitude: morenos de cabelos castanhos ou pretos, loiros, ruivos, são diferentes matizes da branquitude que estão perfeitamente incluídos no interior da racialidade branca, mesmo quando apresentam alto grau de morenidade, como ocorre com alguns descendentes de espanhóis, italianos ou portugueses que, nem por isso, deixam de ser considerados ou de se sentirem brancos. A branquitude é, portanto, diversa e multicromática. No entanto, a negritude padece de toda sorte de indagações (Carneiro, 2004, p.1).

As diferentes denominações sociais do negro, que são frutos de um processo histórico e são utilizadas em referência à tonalidade da pele: pardos são negros de pele clara e pretos são negros de pele retinta, são passíveis de indagação inclusive pela própria comunidade negra que muitas vezes discorda de tal categorização. Existem diversos debates que giram em torno da temática relacionada à cor da pele e a negritude. Segundo Gonçalves (2022, p. 206):

A problematização da categoria "pardo" intersecciona-se com a crítica à ideologia do branqueamento. Ambas concorrem para o processo contínuo de esquecimento de nossa história e anulação da identidade racial do povo negro.

A presença de um tom de pele mais claro incide diversos debates, pessoas negras que apresentam um tom de pele clara podem “utilizar” desta característica para um possível distanciamento da negritude ou em contrapartida pessoas de pele clara que são vistas socialmente como brancas por conta dos seus traços fenotípicos (e consequentemente gozam de privilégios) querem “disputar” a negritude alegando ter uma ancestralidade negra. Tais aspectos são apontados na fala de Júlia:

- **Júlia:** [...] Na nossa sociedade as pessoas ainda tem medo de assumir que são realmente negros [...] vivemos numa sociedade ainda muito racista! Usa-se muitas denominações como o pardo, tem gente branca que se assume como pardo na hora de ter privilégios, mas acho que não deveria ter essas denominações, são só variações da etnia negra [...] tem algumas pessoas pardas que acham que estão mais próximas do branco por conta da tonalidade mais clara da pele, mas todos nós somos negros [...] independente de ser pardo ou ser preto, acho que essas denominações são bobagens, acho que essas denominações só servem para se referir ao negro aquele que tem a tonalidade de pele mais escura.

- **Ana (chat do Google Meet):** Por que será que tem pessoas que não querem ser negras? Medo... Aceitação

- **Júnior:** Essa pergunta que Ana fez é importante [...] Foi colocado na cabeça do povo negro que o povo negro não presta [...] quem é negro acaba assimilando isso, “eu não vou me declarar negro por que ser negro é ruim” [...] A gente tem que fazer um movimento de descolonização de você se empoderar e falar eu sou negro, eu me identifico como negro porque eu tenho um tom de pele, tenho as características e eu passo as coisas que a população passa e justamente esse processo de você se reconhecer que é difícil. Eu penso assim, às vezes não é a gente que se reconhece às vezes a pessoa não se reconhecer como negro, não assume, mas um racista vai falar: você é negro!

Podemos afirmar que a busca pelo embranquecimento populacional reflete hoje na vida de muitas pessoas negras, principalmente no que diz respeito ao pertencimento étnico-racial. Junior em sua fala, evidencia que embora uma pessoa negra de pele clara não tenha desenvolvido a sua autoidentificação étnico-racial negra, o branco sempre irá reconhecer o negro, o racista reconhece o negro, isso porque no Brasil as características fenotípicas que são utilizadas como referência para as categorizações raciais.

A fuga da negritude tem sido a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade. Cada negro claro ou escuro que celebra sua mestiçagem ou suposta morenidade contra a sua identidade negra tem aceitação garantida. O mesmo ocorre com aquele que afirma que o problema é somente de classe e não de raça. Esses são os discursos politicamente corretos de nossa sociedade. São os discursos que o branco brasileiro nos ensinou, gosta de ouvir e que o negro que tem juízo obedece e repete. Mas as coisas estão mudando (Carneiro, 2004, p. 2).

A busca pela valorização das características étnicas negras e os processos de empoderamento, tem mudado na última década a realidade da população brasileira, uma população que sempre buscou se distanciar de uma origem étnica negra, mas que atualmente é composta por pessoas que se autodeclaram em sua maioria como pretos e pardos²⁶. Segundo Silvio Almeida, em seu livro *Racismo Estrutural*:

Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro. Características físicas ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas (Almeida, 2019, p.77).

²⁶ Pinheiro (2023) aponta que a inserção de políticas afirmativas é um dos motivos da atual realidade relacionada a autodeclaração étnico-racial da população brasileira.

No Brasil vivemos em uma realidade em que a cor da pele é o principal marcador do racismo, mas não podemos deixar de explicitar que a população negra em sua maioria enfrenta situações de desigualdades sociais semelhantes.

2.2 “A roupa mais importante vai ser sempre a cor da nossa pele!”

Socialmente em que nos implica apresentar características que nos distanciam ou nos aproximam de um estereótipo de negro? Historicamente como carregar traços étnicos dos nossos ancestrais reflete no nosso cotidiano? Barbara Carine nos apresenta a seguinte reflexão:

... você pode ser filho ou filha de um casamento inter-racial (seu pai é negro e sua mãe é branca ou vice-versa) ou ter avós negros; se a sua estética não leva você a receber um baculejo semanal da polícia, se ela não faz você ser seguido no shopping, se ela não faz você perder um emprego por "ausência de boa aparência", se ela não eleva à décima potência o seu risco de ser encarcerado ou morto, se ela não faz as pessoas durante a sua vida o reconhecerem como alguém menos bonito e inteligente: você não é uma pessoa lida como negra no Brasil (Pinheiro, 2023, p. 41).

Nós nos deparamos cotidianamente com olhares sobre o nosso corpo, olhares sobre a nossa estética e situações que nos fazem repensar a nossa condição de negro na sociedade brasileira.

- **Júnior:** Eu e um amigo que é branco estávamos em um congresso em São Paulo. Eu estava caminhando com ele na av. Paulista, quando vi umas pulseiras no chão, o povo vendendo, parei para olhar e ele continuou na frente, então eu corri pra alcançar ele [...] uma senhora branca, tomou a frente dele e falou assim “o que é que está acontecendo?” [...] eu não sabia o que estava acontecendo realmente, depois que cair na real: ela achou que eu ia assaltar ele por está correndo atrás dele [...] e eu estava arrumado tinha saído de um congresso, eu estava arrumado [...] Ser negro é viver isso, é ter essa questão social, não só as questões físicas mas as questões também social de viver isso, sentir na pele sentir por exemplo quando entrar no shopping uma pessoa te acompanhar, você entrar na loja você ver que o tratamento é totalmente diferente [...] pra mim hoje ser negro é perpassar por isso e tantas outras questões sociais também como a questão de pertencer a um grupo [...]

Júnior que é um homem que se autodeclara negro pardo, trouxe uma situação racista para compartilhar com o grupo o que para ele significava ser negro. Na sociedade brasileira ainda existe um estereótipo do corpo negro, que rotula e o identifica, reforçando e distorcendo a posição dos mesmos na sociedade e marginalizando-os (Mattos, 2006).

Os estereótipos são recursos utilizados há décadas pelas elites dominantes. Teorias foram utilizadas para assegurar a veracidade dos estereótipos, como por exemplo, a

classificação hierárquica entre as raças branca e negra - sendo a primeira sempre concebida como superior e a segunda como inferior. O eugenismo, o darwinismo e o próprio capitalismo quando da necessidade de modernização das sociedades, afirmaram que o negro era preguiçoso, incivilizado, sujo e violento (Mattos, 2006, p. 5).

No contexto do regime escravagista a comparação do corpo negro, de principalmente traços como a cor da pele, boca, nariz e tipo de cabelo, com o corpo branco europeu e colonizador, serviu como argumento para formulação de um padrão de beleza e de fealdade que persegue os corpos negros até os dias atuais (Gomes, 2002).

- **Brian (chat do Google Meet):** A roupa mais importante vai ser sempre a cor da nossa pele.

- **Brian:** Em relação a roupa de estar bem arrumado, acho que isso no olhar do racista é a última coisa que importa [...] Eu acho que a primeira coisa em corpos dissidentes nunca vai ser necessariamente a roupa, vai ser a cor da pele, vai ser o cabelo [...] Vai ser coisas assim que o vão associar a nossa raça, vão associar a nossa sexualidade e também a nossa classe social [...] Eu também já passei por uma situação de eu estar bem vestido e uma mulher literalmente correr com a chave do carro da mão, eu voltando do meu trabalho, e ela entrar dentro do carro e ficar trancada me olhando [...] Você percebe quando estar se referindo a você. Então eu acho isso muito marcante. Pra o olhar do racista imagino que não importa a beleza da nossa roupa, do cabelo, no olhar do racista nunca vai ser suficiente pode ser aceitável, mas não suficiente [...] ser negro eu acho que é justamente estar nesse local de inconstância, enquanto a gente sente o pertencimento entre os nossos, a gente sempre sente a inconstância de nos lugares que a gente acessa, ainda mais a gente que está presente em um ambiente acadêmico [...] Então eu acho que ser negro é justamente isso é estar nesse local de inconstância, enquanto a gente sente o pertencimento entre os nossos, a gente se sente não pertencente a hegemonia.

O corpo negro é um corpo que traz marcas sociais e históricas, é um corpo subalternizado, que faz parte das minorias assim como as pessoas LGBTQIAPN+²⁷ e as mulheres. Em nosso debate ao falar de corpo negro, tornou-se inevitável falar sobre o racismo que aparecia em diversos momentos nos relatos dos participantes. Maria Flor que estava presente no encontro, trouxe uma reflexão em suas escrivências no diário de bordo, sobre o que aquele debate despertou nela:

Maria Flor (diário de bordo) - O interessante do primeiro questionamento lançado, foi que todos os participantes para conseguir desenvolver sua linha de raciocínio, responde ao questionamento: “O que é ser negro”, contando alguma experiência de racismo já vivenciada. Observa-se, que a características que compõem a pessoa negra, vêm antes revestida por pelo ato do racismo. Em nenhum momento comentou-se sobre o nosso tom da pele, da nossa cultura, da forma de andar, da maneira de usar o cabelo, da culinária, das vestimentas ou quaisquer outras

²⁷ É uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

características que nos traz representatividade. O que parece é que ser negro, sempre virá antes de tudo, acompanhado com traumas e medos.

Maria Flor traz em sua reflexão a frase marcante “...parece que ser negro, sempre virá acompanhado de traumas e medos”, o medo e os traumas são reflexos de carregarmos um corpo que sofre com o preconceito, a discriminação e o racismo. Segundo Silvio Almeida (2019) assim como o racismo, o preconceito e a discriminação também aparecem associados à ideia de raça.

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias (Almeida, 2019, p. 32).

O referido autor nos apresenta a discriminação racial como sendo a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (Almeida, 2019, p. 32). Em relação ao racismo, ele nos diz que:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 32).

A posição social que ocupa uma pessoa negra, a forma como ela se apresenta a sociedade (mesmo que busque se aproximar de um padrão determinado pela branquitude²⁸) não a isenta de vivenciar situações racistas. Gomes (2002, p. 49) apresenta o racismo, como um código ideológico que toma atributos biológicos como valores e significados sociais, impõe ao negro uma série de conotações negativas que o afetam social e subjetivamente.

- **Junior:** Quando passei em São Paulo foi o meu primeiro caso de racismo, agora eu comecei a perceber os espaços quando viajo [...] eu vejo que todo mundo que está na mesa comendo são pessoas brancas e quem está servindo são pessoas da minha cor para cima, eu não olhava, eu não pensava nessas coisas, nem imaginava isso, passava para mim como coisa natural [...] Mas tem alguma coisa errada, e foi no matutar dessas questões que me descobri negro.

- **Isis:** Ser negra, hoje que eu entendo o que é e o peso disso, acho que a palavra mais lógica é resistência, ser negro para mim é ser resistente. No sentido de que todo dia é um desafio, não só com a gente, mas de ver outras pessoas passando por situações que a gente se sente impotente e que a gente sabe que não vai ser a última vez [...] Depois que você entende o racismo, depois que você entende como o racismo se estrutura no Brasil, não tem como você não ver racismo em quase tudo.

²⁸ O termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural (Pinheiro, 2023, p. 40).

Até nos carros que andam e quando você olha quem esta dirigindo, o restaurante que você entra. Hoje eu percebo muito fortemente isso aqui em Feira [...] muitos espaços que eu entro só tem gente branca, as vezes só sou eu, as vezes só a minha mesa tem gente preta. Então acho por isso falo que a palavra mais forte, mais lógica para ser negra ser preta é que resistência em um resumo é sobreviver e quando ninguém quer que você sobreviva.

Nesse relato também percebemos que Isis associa à condição do ser negro a palavra resistência. Gomes (2002) nos traz uma reflexão a respeito da resistência de nossos ancestrais que mesmo diante da situação em que a liberdade estava condicionada à carta de alforria, os africanos escravizados desenvolveram as mais diversas formas de rebelião, de resistência e de busca da liberdade. A autora destaca que naquele contexto a manipulação do corpo, as danças, os cultos, os penteados, as tranças, a capoeira, o uso de ervas medicinais para cura de doenças e cicatrização das feridas deixadas pelos açoites foram maneiras específicas e libertadoras de trabalhar o corpo (Gomes, 2002).

Pedro (diário de bordo) - Ser negro para mim é uma questão de pertencimento que vai além dos traços que carregamos, esse além remete-se a como nos enxergamos, como valorizamos a arte, a cultura, as produções negras e como cuidamos de nós mesmos dentro de uma sociedade em que o racismo é escancarado.

Pedro trouxe em sua escrevivência algumas das características que Maria Flor apontou que sentiu falta em nosso debate. Gomes (2002) afirma que o contexto social, histórico e político irá influenciar na maneira particular do sujeito relacionar-se com o corpo, com a subjetividade e a com a cultura. Para a autora, esse contexto (social, histórico e político) juntamente com a experiência individual que irá compor a identidade negra, a qual homens e mulheres negras constroem de formas variadas, e o que os une é o pertencimento racial, oriundo de uma mesma ancestralidade africana.

2.3 “Cresci sendo chamada de morena e de amarela, nunca ninguém me chamou de negra!”

A negritude perpassa por tudo o que tange à raça negra, é a consciência de pertencer a ela (Munanga, 2019). Kabengele Munanga (2019) reforça que um dos elementos que entram na definição de negritude segundo Aimé Césaire é a solidariedade, o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los, a preservar uma identidade.

A segunda questão mobilizadora lançada em nosso encontro foi: **Em qual momento ocorreu a autoidentificação do pertencimento étnico-racial? Esse pertencimento se reforçou durante a trajetória acadêmica?** Com essa questão mobilizadora a minha intenção era mapear quais movimentos o corpo-território negro realiza a partir das tensões sociais e como esse corpo-território negro se constitui a partir das suas subjetividades.

Para iniciar a segunda rodada de debates, socializei com o grupo a minha experiência²⁹ com o seminário sobre o racismo científico durante a graduação. Relatei para eles, como aquele tema tencionou o meu corpo negro, como ouvir a história de Sarah Baartman me sensibilizou e como a partir daquela experiência me senti no dever, enquanto mulher negra e professora de Biologia, de aprofundar os estudos das relações étnico-raciais no campo da Educação.

- **Julia:** Também na universidade, no meu tempo de ensino básico não tinha muito essas discussões [...] tava na época que o líder da sala era branco. Mas identidade mesmo foi na universidade, por que os diálogos na universidade são bastante fortes e bons [...] as disciplinas da licenciatura são as que mais debatem sobre empoderamento negro. E já também me aborreci muito na universidade por precisar defender colegas negros como eu só que com a tonalidade de pele mais escura [...] na minha turma mesmo havia as diferenças de tratamento, aí com muita discussão, muito aborrecimento e dentro das disciplinas foi que a gente foi aprendendo a como lidar com isso [...]

Durante a graduação quando discursos relacionados à temática étnico-racial são apresentados podem despertar gatilhos em pessoas negras. No relato de Julia, assim como em minha escrivência, ela também fala sobre a importância da universidade, destaca a importância das disciplinas da área de Educação, para nutrir esse sentimento de pertença e para o processo de empoderamento negro. Em contraponto, Julia compara com o período em que era estudante da educação básica.

Em minha infância e adolescência não foi diferente, hoje avalio que no período escolar a abordagem a respeito da história e da cultura negra foi superficial, muitas vezes o tema era apresentado no contexto do processo colonizador e escravagista. Parafraseando Makota Valdina (1943-2019)³⁰, contexto em que nossos ancestrais eram simbolizados apenas como escravos, e não como seres humanos dotados de identidade cultural étnica que foram submetidos a uma perversa escravização.

²⁹ A experiência como ouvinte em um seminário sobre o racismo científico, relato que trago na introdução.

³⁰ Valdina Pinto de Oliveira ou Makota Valdina, nasceu em 1943 na cidade de Salvador – BA. Foi uma importante líder religiosa, educadora e ativista do Movimento Negro e da luta contra a intolerância religiosa.

Júnior: [...] eu venho de uma família que tem a parte do meu pai são pessoas brancas e a parte da minha mãe são negros alguns também tem a mistura com indígenas [...] e aí eu sempre convivi nessa diversidade e nunca teve no meu grupo familiar uma discussão a respeito disso [...] eu sempre morei em periferia [...] mas não se discutia sobre racismo naquela época [...] eu sabia da minha classe social, que eu era da classe dos pobres, mas não sabia a questão do ser negro [...] eu concorri por exemplo as cotas para alunos de escola pública nem foi para negros, quando eu entrei na UEFS eu comecei a ver as aulas, as disciplinas e aí começou as discussões sobre o racismo e aí eu vim descobrir que eu era negro então a universidade ela ajuda a abrir os pensamentos [...] A gente começou a discutir sobre os temas, agradeço muito por exemplo a C que leva esses temas pra gente discutir porque eu não vi isso em outras disciplinas, ela traz a discussão forte sobre o racismo científico que é uma coisa trágica na história da ciência.

A miscigenação visando o embranquecimento populacional foi um dos movimentos que deixou no imaginário brasileiro a noção de que o mestiço se distanciava do negro, de que o mestiço não era negro. Com isso muitas pessoas, tiveram seu sentimento de pertença racial prejudicado. Nesse relato Junior nos fala sobre a ausência da discussão racial no ambiente familiar e também destaca a importância da universidade nesse processo de reconhecimento do pertencimento étnico-racial.

Junior - Claro que tenho uma pele clara, por isso eu tenho tal passabilidade³¹ [...] em alguns lugares eu passo como uma pessoa branca mas em outros lugares eu sou visto como uma pessoa negra [...] eu vejo vários casos de pessoas com pele clara como a minha e que foram reprovadas no teste de heteroidentificação [...] Bateu novamente aquela questão, de você voltar ao que estava definido “será que sou tão negro assim?” [...] Eu acho que quem tem o tom de pele retinto tem uma maior definição, que é negro, mas pessoas que variam, tem o colorismo, tem um embaraço você não é tão branco para ser branco nem tão escuro para ser preto [...] mas eu sei dentro de mim, na minha consciência que eu sou negro.

Júnior se refere a uma dita passabilidade. Em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, Kabengele Munanga apresenta as diferenças históricas entre os mestiços no Brasil e nos Estados Unidos da América (EUA). Historicamente ou se é negro ou se é branco nos EUA, em decorrência de uma negritude que é definida por questões genéticas, a regra da hipodescendência ou a chamada “gota de sangue”, em que as pessoas que são frutos de relacionamentos inter-raciais são classificadas como negras (Munanga, 2008). No Brasil para além da cor, o status socioeconômico levam progressivamente ao branqueamento:

No Brasil, a percepção da cor e de outros traços negróides é "gestáltica", dependendo, em grande parte, da tomada de consciência dos mesmos pelo observador, do contexto de elementos não-raciais (sociais, culturais, psicológicos, econômicos) e que estejam associados - maneiras, educação sistemática, formação

³¹ Passa em alguns lugares como branco.

profissional, estilo e padrão de vida -, tudo isso obviamente ligado à posição de classe, ao poder econômico e à socialização daí decorrente (Munanga, 2008, p. 83).

Sobre ser negra de pele clara, Isis também fala que isso influenciou no que ela chama de “demora” na autoidentificação racial.

- **Isis:** Demorei pra caramba, eu cresci sendo chamada de morena e de amarela, nunca ninguém me chamou de negra quando eu era mais nova e acho que isso aconteceu na minha adolescência. Quando eu cheguei na adolescência, com 16, 17 anos, eu comecei a sentir que a forma como as pessoas me tratavam mais em espaços tipo mercado, loja de bijuteria, loja de maquiagem era diferente da forma como as pessoas tratavam outras pessoas que eram brancas. Acho que foi quando comecei a prestar atenção nessa diferença de tratamento de mim para com outras pessoas que eu comecei a perceber que eu não era branca, nem morena, nem amarela. E eu comecei a perceber também que existia uma diferença no tratamento comigo e com minha irmã que é mais escura que eu. Eu acho que foi mais ou menos aí que eu me identifiquei como negra e percebi que ser negra de pele clara é diferente de ser negra e pele escura.

Ao se referir à adolescência, Mattos (2006) afirma que nessa etapa da vida o indivíduo anseia pela interpretação da corporeidade. Para a autora, é nesse período que o sujeito começa a conceber o corpo como território próprio que preenche espaço e se movimenta, mas este corpo está sujeito a injunções e influências sociais (Mattos, 2006). Gomes (2002) nos diz que para o adolescente negro, a insatisfação com a imagem, com o padrão estético, com a textura do cabelo são experiências acrescidas do aspecto racial, o qual tem na cor da pele e no cabelo os seus principais representantes.

-**Isis:** No contexto da minha adolescência e infância o embranquecimento era algo muito forte, não só eu mas todas as crianças eram forçadas a serem embranquecidas, o cabelo era alisado obrigatoriamente, a roupa era aquela que deixava você com a pele mais clara [...] era um contexto diferente, você ligava a televisão só tinha gente branca. A gente se reconhecer como negro era difícil, por que a gente não conseguia mesmo aceitar e se visualizar naquela posição, porque as pessoas colocavam aquela posição como algo tão ruim, eu não queria estar ali, não queria ser aquilo. Depois que você vai crescendo e vendo algumas coisas. Eu não vou mentir, eu ainda acho que é difícil. Eu tenho medo quando tiver meus filhos, deles na rua [...] eu fico muito feliz na escola quando eu vejo minhas alunas negras elas serem escolhidas as mais bonitas da turma sabe eu acho que está mudando alguma coisa na estrutura, porque na minha infância era coisa impossível.

Embora afirme que o contexto atual é diferente do contexto de sua infância e adolescência, em que o embranquecimento era algo predominante, Isis afirma que ser negra ainda é difícil e isso a causa medo quando ela pensa em ter filhos. Diante das dificuldades que nós enfrentamos em nosso cotidiano, esse tipo de relato é comum entre mulheres negras.

- **Brian:** Eu vou na mesma linha de vocês em relação a importância da UEFS nessa minha descoberta só que essa descoberta ela me fez revisitar o Brian do passado

como se eu olhasse e pegasse um álbum de fotos e ali eu começasse a me enxergar criança negro com meu pai negro com minha mãe branca [...] eu revisei aquele Brian que o pai sempre cortava o cabelo na máquina um, na máquina dois, para o cabelo não crescer. Aquela Brian que foi no fundamental considerado um dos mais feios da turma [...] Ao mesmo tempo que a UEFS me fez ter essa noção social de quem eu sou, nesse momento que eu percebi eu revisei [...] Também revisei situações que eu passei quando criança por exemplo estar andando sozinho pelo meu bairro ter acontecido um assalto e a mulher falar que fui eu, e se não fosse o dono do mercado que conhecia eu e minha família não sei onde estaria [...] Quando cai a fixa de situações que hoje a gente enxergaria como racismo, que hoje a gente revidaria [...] As vezes essa dor, esse preterimento, por mais que a gente tente se empoderar as vezes vem o choque [...] eu comecei a deixar o cabelo crescer quando entrei na UEFS eu não sabia como era meu cabelo até eu entrar na UEFS [...] hoje meu cabelo é o meu xodó é minha auto estima [...] Quando Junior fala em relação a importância da universidade, disciplinas de C, A, M³² é por que hoje eu consigo levar pro meu estudante para minha estudante negra não deixá-los sofre as mesmas coisas que eu passei, eu não vou fechar meus olhos, eu não vou dizer que não tive formação para isso que e se eu tive eu tinha formação eu tive além de tudo esse embasamento teórico científico e esse engajamento para tentar transformar alguma coisa então eu acho que vou por esse caminho.

Falar sobre o corpo negro é em algum momento entrar na pauta do cabelo crespo, pois o cabelo crespo é uma das principais características do corpo negro. Segundo Gomes (2002) a cor da pele e o cabelo são dois elementos construídos culturalmente na sociedade brasileira como definidores do pertencimento étnico-racial dos sujeitos. O ato de cortar o cabelo crespo muitas vezes é visto como um ato de dominação em contrapartida o ato de deixar o cabelo crespo solto é visto como um ato de liberdade. O cabelo foi uma das principais marcas de negação da pessoa negra, depois da tomada de consciência passou a ser símbolo de militância, instrumento político.

- **Ana:** No meu caso acho que foi no ensino médio [...] no ensino fundamental não tinha essa visão, mas no ensino médio conversando com alguns professores, alguns alunos, tive aula de filosofia, através da leitura eu percebi que eu pertencço a esse grupo [...] Porém algumas coisas que eu sentia vontade de fazer, eu só tive coragem de fazer quando eu adentrei na universidade, por que no colégio no ensino médio ocorria muito preconceito, quando se falava principalmente do cabelo [...] eu não tinha coragem de assumir meu cabelo as pessoas falavam que o cabelo cacheado era feio, o cabelo *black*? Horrível [...] E eu achava lindo, eu sempre achei lindo e sempre queria usar desde quando era pequena, mas como não era algo que eu controlava, não pude! Eu queria, eu sentia vontade, mas não tinha coragem, com medo. Quando cheguei na universidade eu tive coragem de cortar o meu cabelo, eu queria saber como era meu cabelo porque tinha tanto tempo que alisava que não sabia. Então foi na universidade que eu me identifiquei ainda mais como negra, que eu tive coragem de assumir o meu cabelo, de discutir sobre isso.

Cortar o cabelo, alisá-lo, raspá-lo mudá-lo pode significar não só uma mudança de estado dentro de um grupo, mas também a maneira como as pessoas se veem e são vistas pelo

³² Foram utilizadas apenas iniciais dos docentes com o intuito de preservar a identidade dos participantes.

outro, pois o cabelo é um veículo capaz de transmitir diferentes mensagens, a partir do cabelo podemos realizar as mais diferentes leituras e interpretações. Para muitos, o cabelo é a moldura do rosto e um dos primeiros sinais a serem observados no corpo humano (Gomes, 2002).

Helena (diário de bordo) - na minha infância era assim, não tinha essa de cabelo crespo, era duro mesmo. hoje, vejo minhas fotos e penso: “meu cabelo era bonito”. cabelo longo, volumoso e cheio de cachos. Mas não era liso, e sonhava em ir a escola de cabelo solto, e minha mãe não deixava, pois embaraçava. Além disso, o volume, que hoje é apreciado, naquela época era chamado de cabelo ‘inchado’. Lembro-me de ficar ansiosa para completar os sete anos (em 2003) para poder alisar o cabelo. Tinha um produto que era permitido usar em crianças a partir dessa idade, e minha mãe comprou para usar em meu cabelo, para o cabelo não ficar inchado. Até então, não havia estímulo social para valorizar o cabelo natural, conhecia-se apenas alisantes, ferro, nem escova e chapinha eram comuns ainda (pelo menos aqui onde moro).

A ridicularização da estética negra nos direcionou por muito tempo ao caminho da não aceitação das características étnicas, principalmente no que se refere ao cabelo crespo. De acordo com Grada Kilomba (2019), o cabelo afro, crespo, se estabeleceu como uma das características fenotípicas mais marcantes da negritude. Deste modo, ficou estabelecido pela branquitude como uma marca associada à vergonha, ao feio, ao sujo e ao diferente.

Em minha escrivência também trago o processo de aceitação do cabelo natural, um processo que afirmo estar sempre em devir. Assim como Helena, por meu cabelo ser crespo, ouvia desde muito nova comentários que afetavam a minha autoestima. O cabelo crespo é um cabelo que tende a crescer para cima, um cabelo volumoso, por isso nos fizeram acreditar ser necessário alisar para sermos socialmente aceitas. Assim como Ana, somente após entrar na universidade eu decidi passar pela transição capilar, com o objetivo de conhecer o meu cabelo natural, que era alisado quimicamente desde os 6 anos de idade e enfim encarar o *Big Chop*³³.

Atualmente vivo a experiência de usar o meu cabelo crespo, o que ainda influencia na minha autoestima e avalio que quando utilizava um cabelo alisado quimicamente, tentava de alguma forma me encaixar nos padrões estabelecidos pela sociedade, que associa a tudo que se relaciona com a branquitude como ideal e belo. Embora experimente dessa liberdade, afirmo que naquele período em que utilizava o cabelo alisado, não recebia os olhares que recebo hoje e vivenciava muito menos situações de racistas no cotidiano.

³³ Nome dado ao corte feito na fase de finalização da transição capilar, retirada de toda a parte alisada.

O cabelo volumoso, indisciplinado, pode evidenciar uma provocação para outro jeito de ser no mundo ou, quem sabe, para uma concepção plural das possibilidades de estar no mundo. De qualquer forma, reflete um perfil menos responsivo a um estereótipo de “boa aparência”, eurocêntrico e engessado. Enfim, sempre bom lembrar o quanto o cabelo da mulher negra é emblemático de um incômodo que não tem a ver tanto com o cabelo, mas sim com o que representa a presença negra nos espaços que a branquitude considera exclusivamente seus (Bento, 2022).

Durante o período escravagista, o cabelo se tornou uma poderosa marca de servidão pois uma vez escravizados o cabelo de africanas e africanos se tornou símbolo de primitividade, desordem, inferioridade e do não-civilizado (Kilomba, 2019). O cabelo africano foi então classificado como "cabelo ruim", assim negras e negros foram pressionados a alisar o cabelo com produtos químicos, desenvolvidos por indústrias europeias (Kilomba, 2019). Essas eram formas de controle apagamento dos chamados sinais da negritude. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política de negros e negras da diáspora: Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou "*black*" e penteados que transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial constituem um protesto contra a opressão racial (Kilomba, 2019).

A partir das questões mobilizadoras que foram apresentadas no primeiro encontro, foi possível socializar experiências que vivenciamos em diferentes fases da nossa vida e que contribuíram (ou não) para o sentimento de pertencimento étnico-racial. Parece que é inevitável quando falamos sobre ser negro, não falar sobre o racismo, nesse primeiro encontro vários relatos foram socializados de situações que tencionam o corpo negro, a partir dessa experiência foi possível realizar uma reflexão conjunta. O racismo apareceu como um marcador da negritude.

O primeiro contato com os cartógrafos me permitiu refletir sobre as questões que mais apareciam, auxiliando em um redirecionamento nos objetivos construídos. Precisei, assim, olhar o meu objeto por outra perspectiva, entender o que aquele encontro significou. Com isso, analisei a demanda dos cartógrafos relacionada às questões envolvendo situações racistas.

CAPÍTULO III - ESCREVIVENDO COM AS DIVERSAS FACES DO RACISMO

No segundo Encontro Cartográfico, a minha intenção era discutir com os participantes sobre o racismo científico, porém diante das tensões provocadas em nosso primeiro Encontro Cartográfico, a cartografia me encaminhava a ter um olhar mais atento a outras faces do racismo. O racismo se manifesta em nossa sociedade de diversas formas: racismo religioso, racismo ambiental, racismo estrutural, racismo acadêmico, racismo institucional, racismo recreativo, racismo cotidiano, são alguns dos exemplos de como o racismo pode se manifestar e nos afetar.

Em *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano*, a autora Grada Kilomba (2019) faz a abordagem de três faces do racismo: cotidiano, institucional e estrutural. Para a autora o racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro não só como “outra/o”, mas como outridade (Kilomba, 2019). Segundo Kilomba, a outridade é a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca.

Toda vez que sou colocado como "outra" - seja a "Outra" indesejada, a "outra" intrusa, a "outra" perigosa, a "outra" violenta, a "outra" passional, seja a "outra" suja, a "outra" excitada, a "outra" selvagem, a "outra" natural, a "outra" desejável ou a "outra" exótica -, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o sujeito branco não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o "Outra/o" da branquitude, não o eu - e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual (Kilomba, 2019, p. 78).

Sobre o racismo institucional, Maria Aparecida Bento (2022) em seu livro *O pacto da branquitude* afirma que o racismo em nível institucional se refere a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado.

O racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados (Kilomba, 2019, p. 78-79).

As estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia a branquitude, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes (Kilomba, 2019, p. 77), o que caracteriza o que chamamos de racismo estrutural. Kilomba (2019) nos apresenta conceitualmente o racismo estrutural como a forma como as pessoas negras são excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Almeida (2019) nos diz que:

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2019, p. 50).

Embora eu entenda a necessidade de discutir as diversas formas que o racismo se manifesta socialmente, para que possamos então combatê-las e lutar por uma equidade racial, confesso que eu apresentei uma resistência para dar continuidade a esse debate. Eu queria debater sobre racismo científico, sobre as possibilidades de uma educação antirracista, mas era extremamente difícil a ideia de precisar aprofundar a discussão relacionada a outras faces do racismo. Porém, como debater sobre as possibilidades de uma educação antirracista, em um contexto em que o racismo é estrutural, sem aprofundar esse debate em torno do racismo?

Após o primeiro contato com o grupo era inevitável fugir de um tema que atravessa os nossos corpos cotidianamente, era necessário seguir os caminhos que a cartografia me direcionava. Desse modo, as questões mobilizadoras apresentadas no segundo encontro, foram produzidas a partir da minha reflexão sobre tudo que foi apontado pelos demais cartógrafos no primeiro encontro. No segundo Encontro Cartográfico reunimos 4 mulheres, além de mim, o encontro durou 100 minutos. As questões mobilizadoras apresentadas foram:

1. Você se sente “confortável” para conversar sobre a temática do racismo?
2. Para você como as práticas/atos racistas podem se caracterizar?
3. Embora no Brasil a prática racista seja um crime inafiançável e imprescritível, por que o racismo ainda é uma realidade enfrentada pela população afrodescendente?

3.1 “É difícil falar sobre racismo!”

Como já foi explanado, falar sobre o racismo sempre foi algo doloroso para mim. Assim como, quando ouvi a história de Sarah Baartman, ao assistir ou ler notícias que relatam casos de racismo, diversos gatilhos são despertados. Para além das situações que a população negra enfrenta tais como a desigualdade de acesso à educação, mercado de trabalho, moradia e saúde, ao acompanhar cotidianamente as situações que são divulgadas na mídia é possível identificar que existe um descaso no que se refere à forma em que a sociedade brasileira trata o corpo negro, o corpo negro no Brasil é um corpo que é violentado de diversas formas.

Sabemos que embora o racismo exista em nosso país, muitas pessoas silenciam-se frente a essa discussão, pois acreditam, por exemplo, na existência de uma democracia racial, segundo a qual pessoas independentemente de sua origem étnico ou racial, vivem e desfrutam dos mesmos direitos na sociedade. Sobre a democracia racial no contexto da sociedade brasileira, Nascimento (2016) nos diz:

à base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial: segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas (Nascimento, 2016, p. 47-48).

A noção de democracia racial foi um dos resultados de um movimento nacionalista que iniciou em meados dos anos 1930 no Brasil e defendia uma cultura mestiça vista como representação oficial da nação brasileira (Schwarcz, 2012). A partir desse movimento, a relações entre as três “raças” (negros, brancos e indígenas) que resultavam na “mestiçagem”, deixou de ser vista de forma “pessimista”³⁴ e passou a ser interpretada de forma cultural (Schwarcz, 2012). A identidade nacional brasileira passa a ter como uma das suas principais características o estabelecimento de relações de convivência social e racial, entre negros, indígenas e brancos.

A partir da publicação do livro *Casa Grande Senzala* em 1933 do antropólogo Gilberto Freyre, consolidou-se a ideia de que as três raças viveriam em relações de paridade racial e social. Ao fazer uma análise sobre a obra de Freyre, Lilia Schwarcz (2012) afirma que

³⁴ No Capítulo IV é feita uma abordagem sobre o darwinismo social, que as teorias darwinistas sociais interpretavam a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e social.

o autor mantém intocados os conceitos de superioridade e inferioridade racial. A autora enfatiza que a obra de Freyre simboliza uma “boa escravidão” e que no seu modelo há um retrato em que a “convivência cultural parecia se sobrepor a realidade de desigualdade social” (Schwarcz, 2012, p. 52).

Nesse contexto de tentar consolidar uma imagem de uma “boa escravidão” de que havia um bom relacionamento entre “senhores” e escravizados, Cida Bento (2022) nos lembra de que a história dos quilombos e de muitos importantes levantes ou revoltas que ocorreram antes da abolição da escravatura, forçando o fim da escravidão, é omitida na historiografia oficial do Brasil. Para a autora isso pode ter ocorrido para não ferir a imagem da suposta democracia racial existente no país ou para não reconhecer o protagonismo negro na história nacional.

Até os dias atuais, sabemos que a democracia racial está longe de ser o verdadeiro retrato das relações sociais e raciais existentes na sociedade brasileira. O racismo, por exemplo, atinge os negros em nível estrutural e institucional: “Não há plena igualdade entre pessoas negras e não negras no Brasil” (Pinheiro, 2023, p. 51), portanto a democracia racial é considerada um mito.

Para tentar entender como enquanto pessoas negras, diante das suas subjetividades, enfrentamos atualmente o debate sobre o racismo, a primeira questão mobilizadora apresentada ao grupo foi: **Você se sente “confortável” para conversar sobre a temática do racismo?**

- **Isis:** eu não me sinto confortável falando sobre racismo, porém é importante a gente tem que falar sobre porque ele existe, mas eu acho doloroso [...] geralmente com os meus pares, as pessoas que convivem comigo, que são negras com eu, a gente fala de forma subjetiva a gente concorda em algumas as coisas e não é tão pesado [...] existe uma ideia na nossa sociedade de quem tem que falar sobre racismo é quem é negro, quem tem que combater o racismo é o negro, é claro que a gente também tem que fazer, mas não acho que essa seja a nossa responsabilidade afinal não é a gente quem constrói esse processo, são as pessoas brancas. A gente tem que se defender e ficar explicando várias vezes o que é e como acontece [...]

- **Mallu:** É aquela ideia de achar que o racismo é um problema do negro. O racismo não é um problema do negro, mas costumam tratar como se fosse um problema do negro.

Quando Isis se manifestou, ela também declara que falar sobre o racismo por vezes costuma ser doloroso e nos apresenta um incômodo: o fato de muitas pessoas ainda acreditarem que discutir sobre o racismo e combatê-lo é uma tarefa exclusiva para nós pessoas negras, embora o racismo seja um problema social que deve ser enfrentado por todos.

Em relação ao enfrentamento e discussão sobre o racismo na sociedade brasileira, Evaristo (2020a, p. 45) nos diz:

eu acho que cada vez mais a sociedade brasileira tem estado disposta a pôr o dedo na ferida e discutir determinadas questões. E uma delas é a questão racial. A sociedade brasileira descobriu também que a questão racial não é uma discussão só para negros. Não somos nós que temos de buscar as soluções, pelo contrário. É como se quisesse que o pobre, que o sujeito empobrecido, resolvesse sozinho a questão da pobreza. Acho que hoje, ou melhor, nos últimos anos, a sociedade brasileira está sendo menos hipócrita, ao se tratar de racismo.

Ao elaborar essa primeira questão mobilizadora eu utilizei o termo “confortável” embora tenha utilizado o sinal gráfico para realçar essa palavra, ela ainda me incomodava e durante a nossa conversa, comentei com as colegas:

Mallu: Acho que o termo que usei foi infeliz. “Confortável”, estou começando a achar que não era esse termo para ser utilizado [...]

A minha inquietação em relação à utilização desse termo, foi por que naquele momento passei a refletir que não existirá conforto para nós pessoas negras ao falarmos sobre o racismo. Após as contribuições das colegas no Encontro Cartográfico, que serão apresentadas, eu percebi que o desconforto entre nós negros para debater esse tema será praticamente unânime, não se trata de algo particular da minha vivência. Os colegas que não estavam presentes trouxeram em suas escritas:

Maria Flor (diário de bordo): Falar sobre o racismo hoje em qualquer lugar e principalmente na escola, ainda são questões totalmente desafiadoras, mas é óbvio, que isso vai depender do local, das pessoas, de um contexto, para que seja mais fácil ou mais difícil adentrar com a temática do racismo. Mas na grande maioria das vezes, ainda é desconfortável, não se sabe o que pode gerar como a discussão.

Júnior (diário de bordo): Sempre é difícil falar sobre algo que te afeta ou afeta outros iguais a você, mas é importante falar sobre o racismo. Queria não poder falar sobre preconceitos e discriminações, mas é necessário falar.

Reafirmo que falar sobre racismo, para nós pessoas negras nunca será uma tarefa confortável, o ideal como Júnior trouxe em sua escrita, seria se não precisássemos discutir sobre ele simplesmente pela ausência de práticas racistas como nos diz Pinheiro (2023, p.61) “bom mesmo seria que o racismo não existisse, pois isso implicaria na inutilidade/inexistência do antirracismo”, mas existe a necessidade de debater sobre o racismo para pensarmos em práticas antirracistas.

- **Helena:** Eu nunca tinha parado para pensar sobre isso, mas para mim não é uma situação confortável, conversar com as pessoas do meu convívio, da minha família é tranquilo [...] Mas semana passada na sala de aula eu me vi na situação de ouvir uma fala racista entre os alunos e eu como professora naquele momento ter que intervir. Foi muito difícil porque eu precisei ser dura, de maneira que eu não gosto, mas foi

necessário naquele momento [...] Enfim é uma situação desconfortável, principalmente porque pelo menos as escolas que eu já passei não há muita preocupação em relação a combater esse racismo, que na fala do menino lá da escola “é uma brincadeira”. Eu precisei falar pra ele muitas pessoas já morreram por causa disso que você está falando aí que é uma brincadeira, aquilo foi muito pesado, já teve outras situações, mas essa situação recente eu lembrei quando Mallu fez a pergunta lembrei do quão desconfortável foi está nesse lugar [...]

Helena ao refletir sobre como é afetada pela discussão que se refere ao racismo, insere o debate da pauta racial no ambiente escolar. Na fala de Helena, percebemos que ela relaciona imediatamente o racismo com manifestações racistas que acontece na escola em que ela leciona e ainda faz um comentário em como a instituição lida com o racismo. Veremos que Fabrícia e Julia também citam o ambiente escolar ao refletir sobre o tema. Enquanto educadoras compromissadas, todas elas citaram relatos de vivências como docentes da escola básica. E mais uma vez a cartografia, e sua perspectiva “rizomática” nos levou a discutir sobre algo que não estava programado para aquele encontro: debater e refletir sobre o racismo no ambiente escolar.

- **Fabrícia:** [...] Falar sobre o racismo eu acredito que você não precisa ser negro para combater o racismo! Eu também não me sinto confortável, mas é necessário conversar. Em relação às questões que vem acontecendo na sala de aula eu tenho percebido muita recorrência de falas racistas entre os estudantes [...] Na escola que trabalho mesmo promoveu um evento [...] sobre racismo, só que um dia só não vai ser suficiente. São práticas que devem ser implantadas diariamente para que isso venha surtir um efeito em longo prazo. Não é algo que eu tenho que tratar só naquele dia que já vai fazer os alunos tomarem consciência da realidade, acho que deve ser algo processual, para poder trazer essa consciência para deles.

- **Julia:** Pra mim é difícil, tanto dentro do ambiente escolar quanto fora do ambiente escolar, é difícil falar sobre racismo [...] No ambiente escolar, tem muitos casos de racismo que a gente presencia e é tão difícil de você chamar atenção dos alunos, por que muitas vezes alunos negros mesmo usam expressões racistas e preconceituosas [...] se você fala do racismo é por que é militante, é mi mi mi [...] eu presenciei mesmo uma fala racista em uma brincadeira de uma aluna negra com outra, eu reclamei, ela falou comigo “essa professora é militante hoje em dia tudo é racismo, não se pode mais brincar com o outro”. Eles não conseguem entender que a brincadeira que você fala do cabelo do outro, quando considera outra pessoa feia só por que é negra, que também é racismo, que isso é cruel [...] É difícil, muitas vezes alguns professores também não contribuem para mudar, muitas vezes a escola também só fala no dia da consciência negra [...] E o dia-a-dia? E aquelas falas racistas dos alunos? Tem muita fala de ódio ainda no ambiente escolar que precisa ser mudada [...]

Segundo Almeida (2019) o ambiente escolar, infelizmente ainda é um dos principais meios de manifestação do racismo. Julia cita o racismo que é praticado por alunos negros, confesso que esse comentário gerou em mim um incômodo, pois acredito que pessoas negras que reproduzem o racismo muitas vezes: não apresentam uma consciência racial, não se reconhecem enquanto pessoas negras, negam a sua negritude e ainda tentam atingir o próximo

reproduzindo o racismo. É possível relacionar o relato de Julia com Pinheiro (2023, p. 57) quando ela diz que “pessoas brancas no Brasil são racistas, e pessoas negras reproduzem o racismo- inevitavelmente internalizado - contra elas mesmas”.

Quando pensamos no racismo como um elemento que estrutura a sociedade (Almeida, 2019) a naturalização de manifestações racistas se torna uma consequência. Lembrando que quando me refiro aqui ao racismo, me refiro às diversas formas de como ele se manifesta, desde atos criminosos, a olhares constrangedores e comentários maldosos.

Angela Davis nos ensinou que, mais que não ser racista, é preciso ser antirracista, ou seja, não basta não cometer atos racistas: é preciso lutar contra o racismo. Mas eu compreendo que no Brasil existe uma impossibilidade inserida nessa frase. Não é possível não ser racista em um país estruturalmente racista (Pinheiro, 2023, p. 57).

Tanto na fala de Helena como na fala de Julia, percebemos que elas usam o termo “brincadeiras” para se referir ao modo como muitas vezes a reprodução do racismo é interpretada pelos alunos. No que diz respeito a muitas pessoas considerarem ofensas raciais como brincadeiras/piadas, Almeida (2019, p. 76) traz uma reflexão:

O fato de parte expressiva da sociedade considerar ofensas raciais como "piadas", como parte de um suposto espírito irreverente que grassa na cultura popular em virtude da democracia racial, é o tipo de argumento necessário para que o judiciário e o sistema de justiça em geral resista em reconhecer casos de racismo, e que se considerem racialmente neutros.

Uma vez que no ambiente escolar o racismo se faz presente, se torna inevitável e necessário enquanto educadores refletirmos: Como a escola combate o racismo? Como nos posicionarmos enquanto docentes frente às práticas racistas? Sobre o debate racial na escola, Isis comentou:

- **Isis:** Concordo plenamente que a maior parte das escolas não fala sobre o tema, quando fala é sempre no Novembro negro, num dia específico e olhe lá. Eu acho também que tem um problema sério na escola que é a punição, tem uma situação como essa no mínimo o aluno deveria levar uma advertência para casa, porque racismo é crime no Brasil [...] É um aluno do fundamental, é um aluno do ensino médio, mas você tem que alertar a ele que aquilo que ele está fazendo é um crime, tem que ter uma punição, para que ele entenda que não pode fazer aquele tipo de coisa e que não possa repetir. Eu percebo muito nos nossos alunos que quando eles cometem um erro e que eles não têm uma punição, embora eu não seja a favor da educação punitiva mas a sociedade tem essa estrutura de punições, quando ele comete um erro e não tem nenhum tipo de resposta da escola a tendência é que ele repita aquele erro e as vezes cometa erros ainda maiores.

As manifestações racistas no Brasil se constituem como crime de racismo segundo o artigo 20 da Lei 7716/89 e como crime de injúria qualificada (ou racial, ou preconceituosa) segundo no art. 140, §3º, do Código Penal. Porém a criminalização de práticas e

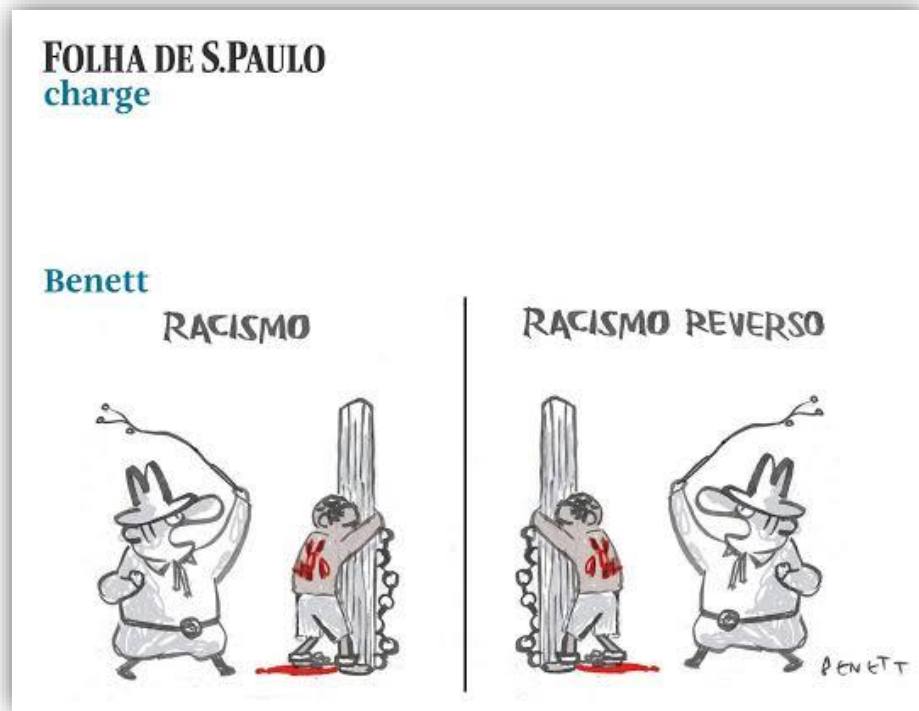
manifestações racistas, não trouxe uma nova realidade para a população afrodescendente que segue sendo vítima de ataques racistas. O que nos deixa uma reflexão: Por que mesmo diante da existência de leis, os racistas seguem atacando a população negra? Será que as leis estão sendo aplicadas? Será que de fato a punição vem resolvendo esse problema? Entendo o posicionamento de Isis quando ela defende a existência de punições também no ambiente escolar para casos de racismo, mas em meio ao que assistimos cotidianamente, não parece que a existência de punições esteja coibindo a manifestação do racismo na sociedade e para além da coibir, devemos refletir: o que de fato leva as pessoas a serem racistas?

- **Isis:** Então eu percebo que a escola também não está preparada nesse sentido de compreender a dimensão do racismo, inclusive os próprios diretores e professores muitas vezes eles são racistas e não tem interesse em estudar sobre o racismo [...] muitos professores também fomentam, eu concordo piamente por que há um tempo, compartilhando aqui uma experiência, estava no AC e a gente estava lendo sobre as novas diretrizes curriculares da educação na Bahia e um dos eixos que o governo do estado planeja tratar no ensino médio é educação para relações as relações étnico-raciais estava com seis professores da minha área e uma falou “- é importante falar sobre esse assunto, inclusive o tópico do racismo reverso”. Aquilo me matou naquele momento, quando eu falo que é desconfortável, nesse dia eu fiquei muito nervosa, muito triste, com muita raiva [...] Como uma professora abre a boca pra falar de racismo reverso? Pra mim isso é perturbador [...] Numa situação de racismo, certamente ela não vai fazer nada, ela vai levar como a piada [...] Eu não julgo tanto os meus alunos nessas situações porquê na casa deles eles veem essas situações as vezes eles são ofendidos e eles realmente entendem como normalidade dependendo por que eles estão naquele contexto.

Quando discutimos publicamente sobre as faces do racismo, podemos ter o desgosto de ouvir alguém mencionar o termo “racismo reverso”, embora não se trate de uma face do racismo. Quando Isis se expressou com extrema indignação sobre um fato ocorrido na sala dos professores, é muito fácil entender o posicionamento da colega. Mesmo diante do histórico de desigualdade racial e conseqüentemente social, frutos de um período escravocrata, há pessoas que disseminam a ideia da existência de um racismo de negros contra brancos.

Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são "suspeitas" de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele (Almeida, 2019, p. 53).

Para complementar esse debate trago a charge “Racismo Reverso” (FIGURA 1) do cartunista Alberto Benett, que apresenta uma possibilidade de interpretação a respeito do racismo reverso.

FIGURA 1 – Charge Racismo Reverso Por Benett

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2022/02/conheca-a-charge-de-janeiro-favorita-dos-leitores.shtml>

Uma das características do racismo é a dominação de um grupo racial sobre o outro, e nós sabemos quem exerce historicamente cada papel (Almeida, 2019). Os negros são historicamente vítimas da “dominação branca”, portanto exercer o papel de dominação sobre os brancos é impossível, logo assim como na *charge* em que vemos a presença de uma imagem e o seu espelho, os personagens (dominados e dominadores) continuam sendo os mesmos. Embora pessoas negras possam reproduzir falas discriminatórias relacionadas a pessoas brancas, as últimas não serão vítimas de racismo, como algumas pessoas insistem em alegar.

A escola é um espaço em que a diversidade de gênero, cultural, étnico-racial, religiosa, entre outras, se faz presente. A dinâmica do espaço escolar é reflexo da sociedade, portanto podemos notar a representação dos dilemas sociais no ambiente escolar, e ao se isentar de lidar com esses debates a escola pode se tornar um ambiente hostil e opressor.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão

facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como "normais" em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais (Almeida, 2019, p. 48).

Para evitar que as relações do cotidiano no interior das instituições educacionais, reproduzam manifestações racistas na forma de violência explícita ou de microagressões como piadas, silenciamento e isolamento etc. (Almeida, 2019), faz-se necessário o debate e ações em torno de uma ERER em todos os níveis educacionais, com o intuito de evitar que a escola participe de o que Almeida (2019, p. 48) chama de “correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas”.

3.2 “Ser mulher já é ser minoria, ser negra também e quando você junta às duas coisas, você está em uma situação bem delicada.”

De fato, o racismo pode se manifestar de diversas maneiras em nossa sociedade, porém muitas vezes as práticas que caracterizam os crimes relacionados à raça e etnia podem ser interpretadas como um comentário maldoso, brincadeira, desavença pessoal entre outros argumentos que tentam descaracterizar uma prática de injúria racial ou de racismo. Deste modo a segunda pergunta apresentada foi: **Para você como as práticas/atos racistas podem se caracterizar?**

Júnior (diário de bordo): No Brasil as práticas racistas acontecem muitas vezes de forma maquiada, por exemplo um segurança que segue um jovem preto no shopping, uma atendente que trata de forma diferente uma mulher preta em uma loja. Um apelido pejorativo em relação à cor da pessoa, mas também acontece de forma explícita, como o tratamento dado a jovens pretos pela polícia ou a comunidades de maioria negra entre outras.

Ana (diário de bordo): Falas ofensivas direcionadas a pessoas negras, diminuído a pessoa devido sua cor de pele, tipo de cabelo. Quando o indivíduo se sente lesado devido algum ato alheio como perseguição, desconfiança, diminuição de direitos, direcionamento para as piores áreas de trabalho ou falar que todo preto è bandido.

Pedro (diário de bordo): Discriminação racial direta (velada), o racismo institucional e o racismo estrutural.

Em suas escritas Ana nos apresenta um contexto em que o racismo é explícito, mas como Júnior destaca o racismo também está presente em microagressões, em situações do dia-a-dia, atitudes e tratamentos que são normalizados, o racismo infelizmente é algo cotidiano para a pessoa negra. O racismo no Brasil é muitas vezes descrito como velado (ou mascarado) por ser considerado menos violento quando comparado às práticas racistas que se manifestam,

por exemplo, nos EUA que tem em seu histórico a segregação racial. Consequentemente, em muitos casos, quando as práticas racistas se manifestam de forma mascarada, as vítimas não conseguem identificar no momento do ato que estão sendo vítimas. O racismo mascarado exige que a vítima tenha uma capacidade de interpretação do crime.

Pedro cita o racismo institucional e o racismo estrutural como manifestações que também caracterizam o racismo. Em nosso encontro cartográfico, o debate entre mulheres negras nos levou a olhar o nosso papel social. Mais uma vez a cartografia me apresentava suas linhas de fuga, a partir dessa pergunta-potência passamos a debater sobre a mulher negra na sociedade brasileira.

- **Isis:** Ele se constitui principalmente no racismo velado [...] nos olhares, se constitui em algumas as brincadeiras, em algumas formas da gente vê o outro, se constitui nas relações amorosas, se constitui na divisão de dinheiro no nosso país. Eu pessoalmente enxergo o racismo praticamente em toda a nossa estrutura [...] Antes da gente existir, a gente já é colocado em uma posição que é designada pelo processo do racismo, meus avós, meus pais, eu, certamente ainda infelizmente meus filhos, mas está aí em tudo. Quão difícil é a gente conquistar qualquer coisinha sabe, enquanto outras pessoas conquistam mais enquanto a gente sem tanto esforço.

- **Mallu:** não basta você ser professora de ciências e biologia tem que ser a melhor professora de ciências e biologia porque você é negra. A gente sabe que qualquer deslize é motivo para duvidarem da gente. Precisamos estar sempre nessa corrida tem que ser o melhor em tudo e mesmo assim as pessoas ainda podem duvidar! como você conseguiu isso? como você conseguiu ser?

O letramento racial nos permite interpretar as dinâmicas sociais, Isis nos apresentou a perspectiva do racismo enquanto elemento que estrutura a sociedade. Uma experiência que também compartilho com Isis é a questão de hoje “enxergar o racismo em quase tudo”, o letramento racial nos proporciona entender o racismo que muitas vezes se faz presente em nível estrutural e institucional.

Em 2020 concluí o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e até o presente momento de escrita, não fui admitida em nenhuma instituição escolar. Nesse percurso para além do mestrado foi necessário trabalhar como recepcionista em academia, autônoma: dando aula de reforço escolar e como confeitadeira. Ao ouvir o comentário de Isis, acessei imediatamente essa dor, pois sempre me questiono: o que falta? São três anos desde a conclusão de curso e sempre me exigem “experiência”. Embora eu apresente um currículo com experiências que tive como professora da educação básica durante a graduação, ainda não me oportunizaram retornar para as salas de aula. Por isso afirmo: “não basta você ser professora de ciências e biologia tem que ser a melhor professora de ciências e biologia porque você é negra” essa me parece ser uma exigência para conquistar o meu espaço no

mercado de trabalho. Confesso que relacionar a minha escrevivência com o racismo é algo delicado, mas é um fato que o racismo opera no ambiente de trabalho e na seleção de pessoas negras. Não trago esse relato como uma mera experiência particular, existe um coletivo de mulheres, que assim como eu enfrentam as amarras do racismo em nível institucional e estrutural.

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobre-representação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial (Bento, 2022, p. 43).

No contexto do racismo institucional, ao observar as estatísticas sobre desigualdades no mercado de trabalho as mulheres negras ocupam a base da pirâmide, com os menores salários e cargos mais baixos (Bento, 2022). As trabalhadoras domésticas são um dos exemplos de uma profissão que é desenvolvida em sua maioria por mulheres negras profissão que durante anos a única categoria CLT sem direito a FGTS: “o universo das trabalhadoras domésticas é o que mais concentra mulheres negras no Brasil” (Bento, 2022, p. 45). Por este motivo concentra-se muito da atenção de estudiosas e de organizações do movimento de mulheres negras pela presença majoritária de negras nessa função e pela precariedade de sua condição de trabalho e de vida (Bento, 2022).

- **Julia:** O racismo se caracteriza não só pela ofensa, mas também pela falta de oportunidade você tem que fazer algo a mais para poder ser reconhecido por ser negro. Se for negro e mulher, aí a questão piora ainda mais.

- **Mallu:** Por que Julia, se for negro e mulher a questão piora?

- **Julia:** Porque a mulher sofre mais preconceito na sociedade do que o homem negro.

- **Fabrcia:** Tem a questão do machismo.

- **Isis:** [...] ser mulher e ser negra é diferente. Ser mulher já é ser minoria, ser negra também e quando você junta as duas coisas, você está em uma situação bem delicada. Acho que a gente que é mulher negra não sente tanto medo da polícia quanto os homens negros sentem, mas em compensação a gente sente medo de tantas outras coisas [...] tantas outras coisas na sociedade que nos colocam em situação desprivilegiada [...]

Além do peso do machismo e do sexismo, pois vivemos em uma sociedade machista, a mulher negra é também vítima das amarras do racismo e se torna o alvo mais “inferior”. Esse diálogo, que tivemos me remete a Conceição Evaristo quando ela afirma:

A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra (Evaristo, 2020b, p. 223).

A mulher negra é preterida nas vagas de emprego, nos relacionamentos, socialmente. A mulher negra quando se impõe é vista é vista como barraqueira, violenta, ignorante dentre outros adjetivos. Tais marcadores já podem ser percebidos na infância e adolescência.

- **Fabília:** Uma vez eu passei uma atividade em sala que era para comentar sobre adolescência. Teve uma aluna negra, que ela comentou sobre as dificuldades dela em ter relacionamentos, que os meninos não gostavam de assumir relacionamentos por conta dela ser negra, que eles davam prioridade de namorar com as meninas que eram brancas e tinham cabelo liso. Isso frustrou muito ela. E foi algo que passei a analisar, o quanto a mulher negra é excluída nesse tipo de situação.

Os dilemas que assolam a mulher negra são estudados por inúmeras pesquisadoras negras. As imagens nascidas desde o período escravocrata perpassam até hoje pelo modo em que as relações sociais brasileiras se constituem nesse contexto investindo contra as várias formas de silenciamento as mulheres negras continuam buscando a se fazerem ouvir em uma sociedade conservadora de um imaginário contra o negro (Evaristo, 2020b).

3.3 “Diante da sociedade a palavra de quem pesa mais?”

Embora tenhamos evoluído como sociedade, as diversas formas de violência para com o corpo negro, as práticas e manifestações racistas parecem não atenuar, pelo contrário a sensação é de que a cada dia que passa o número de absurdos que acometem pessoas negras aumenta³⁵. Diante do exposto, apresentei como terceira pergunta mobilizadora: **Embora no Brasil a prática racista seja um crime inafiançável e imprescritível, por que o racismo ainda é uma realidade enfrentada pela população afrodescendente?**

³⁵ Como mostram os levantamentos abordados nas seguintes reportagens: “4% dos casos de crimes raciais são registrados em SP como injúria, e não como racismo, aponta pesquisa.” De Thaiza Pauluze. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/17/84percent-dos-casos-de-crimes-raciais-sao-registrados-em-sp-como-injuria-e-nao-como-racismo-mostra-pesquisa-da-fgv.ghtml>. Acesso em 15/07/2023. “Casos de injúria racial aumentam 28% em um ano no DF; maior taxa em oito anos”. De Bianca Feifel. Disponível em: <https://www.brasildefatodf.com.br/2022/11/09/casos-de-injuria-racial-aumentam-28-em-um-ano-no-df-maior-taxa-em-oito-anos>. Acesso em 15/07/2023. “Denúncias de discriminação racial em SP em 2022 já superam últimos três anos”. De Henrique Andrade e Leonardo Rodrigues. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/denuncias-de-discriminacao-racial-em-sp-em-2022-ja-superam-ultimos-tres-anos/>. Acesso em 15/06/2023.

- **Isis:** Acho que tem alguns fatores. O primeiro fator é que é difícil provar o racismo, você tem que ter um registro realmente de vídeo, foto, áudio para comprovar que ele aconteceu tanto na injúria racial quanto no crime de racismo em si. Acho que é muito difícil pra gente provar que aconteceu. Segundo a gente já está na margem sem provas é mais fácil a gente “rodar” do que quem cometeu crime. Terceiro a gente vê muitos casos que são denunciados e que não tem resultado positivo. Geralmente as pessoas que são denunciadas por crime de injúria não cumprem pena alguma [...] sempre existe uma justificativa para a pessoa que cometeu o racismo e geralmente ela não é punida [...] Acho que a pessoa negra ela pensa várias vezes antes de ir fazer uma denúncia, acho que o tanto de casos denunciados não chega nem a 1% dos que acontece. Então eu pensaria várias vezes antes de ir fazer uma denúncia, porque certamente eu seria exposta, tinha o risco de acontecer como geralmente acontece de não ter a punição, então eu ia passar por um processo e gastar dinheiro para poder fazer aquele processo e no final provavelmente não iria existir um efeito que deveria, que é a prisão do que cometeu um crime. O quarto fator, eu acho que falta entendimento às vezes até a gente mesmo fica na dúvida “será que isso aqui é injúria racial?” “Será que isso aqui é racismo?” A gente está tão acostumado a sofrer os processos que as vezes a gente está passando pelos processos e não consegue reconhecer. Eu sempre vejo os depoimentos de pessoas que passam por processos de injúria, que geralmente elas só denunciam no dia seguinte [...] Porque na hora elas não conseguem ver que está acontecendo ou não conseguem acreditar [...]

- **Fabrícia:** Eu acredito que seja algo também em relação a pena. É algo muito frouxo em relação às penas que são aplicadas no Brasil [...] é capaz do caso reverter, da vítima ser punida ao invés do acusado e daqui que você prove que realmente foi racismo [...]

O crime de racismo se caracteriza quando uma ofensa atinge uma coletividade de pessoas ao discriminar a integralidade de uma raça, cor, etnia, religião ou origem. Já a injúria racial ocorre quando se ofende a honra subjetiva de uma pessoa, sendo utilizados insultos referentes à raça, cor, etnia, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

Ao responderem à questão problema, Fabrícia e Isis falaram sobre o as penas aplicadas a esses crimes. Ressalto que o segundo Encontro Cartográfico aconteceu em outubro de 2022, nesse período ainda havia distinção entre as penas aplicadas ao crime de racismo e injúria qualificada. As penas aplicadas ao crime de injúria eram consideradas muito brandas quando comparadas com as penas aplicadas ao crime de racismo da Lei 7716/89.

A crítica feita pelas colegas em relação à ineficácia das penas se deve ao fato de que em diversas situações o sistema judiciário não criminalizava os insultos raciais como crime de racismo e sim como crime de injúria racial, banalizando tais situações e perpetuando a impunidade dos criminosos. No último dia 11 de janeiro, foi sancionada a Lei Nº 14.532/2023, que equipara o crime de injúria racial ao de racismo.

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o

racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público (Brasil, 2023).

A referida Lei representa uma grande vitória para o Movimento Negro, e nos apresenta um uma esperança de que os agressores passarão a ser penalizados pelos seus atos. Outros colegas trouxeram em suas escritas, críticas relacionadas às penas aplicadas antes da promulgação da Lei 14.532/2023:

Pedro (diário de bordo): Ao meu ver o enfrentamento ainda é constante por conta da falta de uma cobrança mais severa do estado em relação a esse crime, como reclusão. Pagar multa e prestar serviços é muito simples para algo que sentimos na pele todos os dias e de forma constante.

Junior (diário de bordo): A gente tem uma justiça racista e de maioria branca, a branquitude se protege, não é de interesse da justiça branca promover decisões ou leis que intensifique o combate ao racismo.

Como explanei, assistimos diariamente a notícias e reportagens que abordam casos de racismo. Alguns casos que ocorreram no período em que estávamos realizando os encontros cartográficos e que foram divulgados pela mídia, foram citados³⁶ pelas colegas quando estávamos debatendo sobre a terceira pergunta. Protagonizamos um longo debate sobre as notícias, pois é algo que atinge o nosso íntimo. As colegas apontaram principalmente a impunidade dos autores, o fato de “não dar em nada” denunciar e a forma como o sistema judiciário por vezes “descriminaliza” tais atos. Sobre o caso dos “Trabalhadores Torturados”³⁷ em Salvador- BA, Helena se manifestou:

- **Helena:** [...] os rapazes que foram vítimas daquela situação eles foram tão fragilizados emocionalmente que nem se deu conta, acho que eles pensaram assim: não vai dar em nada? Por que diante da sociedade a palavra de quem pesa mais? [...] E aquele caso só ganhou visibilidade por conta da mídia, porque isso acontece muito, principalmente em cidade pequena, como eu moro em cidade pequena [...] Por isso as pessoas pensam mil vezes antes de fazer uma denúncia, por que mesmo estando lá na lei que é crime não parece que é crime, parece que é algo que só é crime na teoria mas na vida real não é... Infelizmente fazem de tudo para silenciar

³⁶ Conferir reportagens que noticiam os casos citados durante o segundo Encontro Cartográfico: “Polícia conclui que Seu Jorge foi alvo de racismo em Porto Alegre, mas não identifica autores”. De: Pedro Trindade. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/12/16/policia-conclui-que-seu-jorge-foi-alvo-de-racismo-em-porto-alegre-mas-nao-identifica-autores.ghtml>. Acesso em 15/07/2023. “Saiba quem é o humorista Eddy Jr., vítima de racismo em São Paulo”. De:TV Globo e g1 SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/19/saiba-que-e-o-humorista-eddy-jr-vitima-de-racismo-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 15/07/2023. “Aluna é expulsa de faculdade particular na BA após publicação racista em rede social”. De G1 BA. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/09/21/aluna-e-expulsa-de-faculdade-particular-na-ba-apos-publicacao-racista-em-rede-social.ghtml>. Acesso em 15/07/2023.

³⁷ Conferir: “Trabalhadores são torturados em Salvador (BA); MPT investiga o caso”. De: Yngrid Horrana. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/trabalhadores-torturados-em-salvador-ministerio-publico-investiga-caso/>. Acesso em 15/07/2023.

essas pessoas, que bom que tem a mídia, que tem os pontos negativos, mas também ajuda muitas pessoas.

Em sua fala, Helena destaca a questão psíquica e emocional da pessoa que é vítima do ato fala sobre a importância de ter uma interpretação crítica sobre o tema para se posicionar e interpretar tais crimes. Foi um grande desafio refletir sobre as manifestações racistas que nos atinge cotidianamente, afirmo que “nos atinge”, pois quando assisto ou leio um noticiário que aborda um caso de racismo, embora não seja algo direcionado a mim, ele me atinge e me fere. Venho de uma família majoritariamente negra e ouvir o noticiário de pessoas que são vítimas de racismo nunca será fácil, penso, por exemplo, que poderia ser comigo, com um ente querido ou com um amigo.

3.4 “É importante discutir isso no ensino superior para que isso seja refletido na base.”

Em nossa discussão, para além das questões relacionadas ao racismo e as instituições escolares, as colegas também comentaram em alguns momentos sobre a formação de professores:

- **Fabrícia:** Durante o curso de licenciatura eu senti muita falta desses debates, a universidade não prepara a gente pra isso, a gente tem que aprender na prática mesmo ali, na saia justa. Muitas vezes já passei por momentos assim, presenciar essas situações [racistas] e não saber o que fazer naquela situação [...] É difícil tanto para o professor quanto para a vítima.

- **Isis:** Mas parte de nós também essa parte de orientação, falta isso da escola essa efetivação da educação para as relações étnico-raciais e falta a formação de nós professores para isso, eu concordo que isso realmente esta ausente na universidade ou você ao sair da universidade procura formação para entender um pouco mais o sistema ou você sai ignorante ainda e alheio a realidade nesse sentido está faltando realmente uma formação para nós professores tanto quanto para o pessoal que trabalha na gestão.

A partir do relato das colegas sobre o período em que cursaram a graduação, é possível identificar que o debate que refere à EREER na formação de professores, ainda se manifesta de forma tímida. Embora as colegas apresentem críticas à ausência do debate racial na universidade é importante destacar a existência de políticas de ações afirmativas que tem como objetivo instituir a EREER na educação básica e superior.

A Lei nº 10.639/2003, que completa no presente ano 20 anos de promulgação, estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-

brasileira" (Brasil, 2003), e a Lei 11.645/2008, que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” implementadas pelo Governo Federal Brasileiro, contribuíram para o avanço da educação para as relações étnico-raciais (Brasil, 2008).

Tais leis são resultados de reivindicações do Movimento Negro, que colocaram a educação sempre como uma das suas bandeiras de luta. O parecer CNE/CP 003/2004, que regulamenta a Lei nº 10.639/2003, tem como objetivo instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O referido documento discorre entre outras coisas, que:

As Instituições de Ensino Superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (Brasil, 2004, p. 20).

Quando o professor da educação básica, por exemplo, teve uma formação que contemplou as relações étnico-raciais no campo da educação, há possibilidades de na sua prática efetivar uma educação para as relações étnico-raciais e lidar com situações racistas que podem vir a acontecer no ambiente escolar. É como uma relação de interdependência: reforçar o debate nas universidades para que ele também se faça presente nas escolas de forma eficaz.

- **Fabrícia:** é importante discutir isso no ensino superior para que isso seja refletido na base, por que eu não consigo mudar a base sem mudar o ensino superior. Então por isso que é importante a gente ter uma reformulação dos cursos principalmente das licenciaturas de abordar mais esses conteúdos para que isso seja refletido nos professores e diretamente aplicado em nossos alunos.

- **Mallu:** se existe um silêncio no que se refere ao debate sobre o racismo no campo acadêmico, será que aquelas pessoas que estão ali ensinando estão preparadas para falar sobre isso? Quem nos ensinou, estava preparado para falar sobre isso?

- **Fabrícia:** Se a gente parar para analisar se essas questões estão sendo discutidas hoje no ensino superior e na base é por conta dessas ações afirmativas que foram implantadas para que pessoas como a gente pudessem estar no ensino superior, discutindo sobre isso. Por que se acontecesse apenas elitização do ensino superior com certeza isso não estaria sendo discutido, seriam assuntos ignorados por muitos e mais muitos anos. Se a gente está discutindo isso hoje, aqui, agora, é porque também teve pessoas antes da gente que trouxe essa realidade para o mundo acadêmico que antes não existia para que pudéssemos debater isso aqui, agora.

Participar de uma discussão que se inseria no campo das relações étnico-raciais, durante a graduação, foi o que me afetou a aprofundar os estudos no campo da EREER na pós-graduação. Esse debate que tivemos, dialoga com Gomes (2012) que nos diz:

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias (Gomes, 2012, p. 99).

Diante do exposto a cartografia seguiu a suas pistas retornando a discussão que me impulsionou a escrever: o racismo científico. O preconceito racial e a diferenciação com base nas características fenotípicas, que ainda se manifestam na sociedade brasileira, são reflexos da história de um país que foi colonizado e que, posteriormente, recepcionou ideias do racismo científico.

CAPÍTULO IV – ESCREVIVENDO COM O RACISMO CIENTÍFICO E A BIOLOGIA

Neste capítulo irei abordar o tema que foi a primeira via de entrada do nosso “rizoma”: o racismo científico. Como compartilhei na introdução, o racismo científico era uma parte da história da ciência que eu desconhecia. O primeiro contato que tive com a temática na graduação, me despertou o desejo de buscar mais informações sobre o tema, de saber o que caracterizava o racismo científico e de entender quais movimentos a ciência realizou ao longo da história que contribuíram com as ideias racistas que ainda se fazem presente em nossa sociedade.

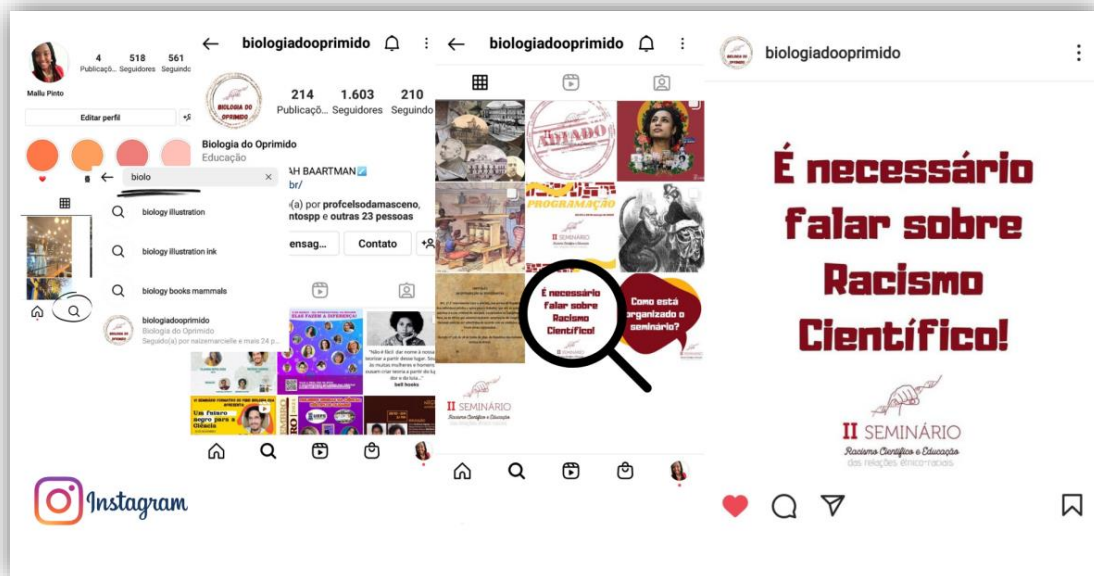
Após aquela experiência que tanto me afetou, para tentar me inteirar daquele assunto que me provocava, busquei novas leituras. Esse processo de aproximação com leituras relacionadas ao tema aconteceu antes mesmo do ingresso ao mestrado e longe do meio acadêmico. Um cenário em que surgem às mídias sociais, que hoje também desempenham um importante papel na propagação de informações, inclusive as relacionadas à cultura negra e ao antirracismo. Trago como exemplo o *Instagram*, em que encontrei espaços de divulgação científica e cultural, onde diversas informações que se referem à história e a cultura negra são compartilhadas.

Como se tratava de um tema que chamava a minha atenção, no primeiro contato com a página do *Instagram* Biologia do Oprimido³⁸ (FIGURA 2) encontrei um *card* “É necessário falar sobre racismo científico!” direcionado a conceituação de racismo científico:

VOCÊ SABE O QUE É RACISMO CIENTÍFICO? Racismo científico se refere às práticas e discursos das ciências que ao longo do desenvolvimento do conceito de raça promoveram (e promovem) historicamente, processos de discriminação, segregação e privação de benefícios sociais. Este é o caso, por exemplo, de teorias do séc. XIX e XX que faziam acreditar que haviam diferenças estruturais, biológicas e psíquicas entre as raças, sendo impossível comparar um negro com um branco. Quem acreditava nessa ideia dizia que as diferenças entre as duas raças eram tão grandes que os mestiços seriam um produto degenerado. E o que era ser degenerado? Era sinônimo de uma população do atraso, com déficit de conhecimento, problemas físicos, etc. Reconhecer o racismo científico é base para entender as relações que estruturam a nossa sociedade, e é necessário para o enfrentamento das questões raciais e seus desdobramentos nocivos na formação de estudantes (Biologia Do Oprimido, 2020).

³⁸ Biologia do Oprimido é um perfil no *Instagram* monitorado pelos membros e colaboradores do grupo de pesquisa Grupo Caburé: Ciência, Sociedade e Educação (UEFS).

FIGURA 2 – Uma colagem sobre os movimentos visuais no *Instagram!*



FONTE: Adaptado de: <https://www.instagram.com/biologiadooprimido/>

Biologia do Oprimido foi em um primeiro momento uma página que me identifiquei por ter uma abordagem voltada para ERER, mas ela passou a ser uma importante fonte de informações relacionadas ao racismo científico. Embora não tenha sido uma potência utilizada nos encontros cartográficos como disparador para os nossos debates, a página Biologia do Oprimido esteve presente inicialmente, ela passou a ser a minha potência inicial é a partir dela que se construiu uma possibilidade cartográfica.

Quando o edital de abertura de inscrições para seleção de candidatos/as ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - Mestrado Acadêmico (TURMA 2021) da UEFS foi publicado, entendi que essa poderia ser uma oportunidade para estudar de fato sobre esse tema. Após iniciar a escrita do projeto para submissão da seleção do mestrado, em 2020, iniciei as leituras acadêmicas relacionadas ao racismo científico.

Assim como as linhas que compõem o rizoma, na Cartografia Escrivente, as linhas que refletem os meus atravessamentos se conectam ou se desprendem em algum momento daquelas que atravessam os demais participantes da pesquisa. Nas operações de mapeamento que foram feitas na Cartografia Escrivente junto com os demais cartógrafos, o racismo

científico foi perdendo a potência quando em comparação com outras construções que foram sendo apontadas pelos participantes da pesquisa, como a subjetividades em torno do corpo-território negro e a diversas faces do racismo.

Mesmo diante dessa linha de fuga apresentada na Cartografia Escreviente, eu não poderia deixar de “retornar” ao ponto de partida dessa escrita. Era necessário conversar com os participantes sobre o que me afetou a escrita dissertativa afinal o racismo científico, que também é uma face do racismo, contribuiu para o que temos hoje em uma sociedade extremamente racializada.

Existiu um processo histórico para chegarmos aos diferentes sentidos que a humanidade atribuiu ao conceito de raça. O branco-europeu precisou inferiorizar os não-brancos, a partir das suas características fenotípicas e a raça foi um critério criado e utilizado para justificar as atrocidades cometidas contra povos que se distanciavam do ideário europeu, a ciência foi fundamental nesse processo: “era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades” (Schwarcz, 1993, p. 38).

Para contextualizar como iniciou essa tentativa de desumanização dos meus ancestrais, nesse capítulo apresento uma abordagem teórica, trazendo autores que abordam a temática para relacionar com a discussão que tivemos no terceiro Encontro Cartográfico sobre o racismo científico.

4.1 Acessando “um” outro lado da história

No início da sua existência, a humanidade era composta por uma diversidade de grupos humanos, que eram diferenciados pela região geográfica que habitavam, pelas famílias, hábitos culturais, características étnicas, entre outros marcadores. Embora não se reconhecessem como iguais, as características particulares desses grupos humanos não eram utilizadas como critério para classificá-los como superiores ou inferiores.

A partir de um determinado momento na história, os seres humanos começaram a explorar, escravizar e matar uns aos outros por motivos econômicos. Normalmente, eles utilizavam justificativas religiosas para fazerem isso. A cor da pele ou o termo raça, não era utilizado naquele momento para definir quem seria escravizado.

A partir dos estudos de Tralci Filho (2018) entendemos a modernidade como um projeto de âmbito global decorrente da exploração do mundo pelos países europeus e com uma ideologia que visava dar sustentação a essa exploração. Para o autor, a modernidade:

Trata-se do projeto de expansão europeu sem limites a partir do final do século XVIII que resultou no imperialismo do século XIX. É fruto do poder despótico que a Europa só exerce em quem não considera como iguais (Tralci Filho, 2018, p. 8).

Reforço que se entende como iguais àqueles que apresentavam características fenotípicas, tais como: cor de pele, textura do cabelo, formatos do nariz e lábios, idênticas aos europeus, tudo o que fugia do idêntico ao europeu podia apenas pode ser considerado anormal.

A invenção do que era “ser humano”, a definição de critérios para estabelecer se certos povos pertenciam à humanidade e quais eram os benefícios advindos de tal pertencimento foram o cerne das inquietações filosóficas do período moderno (Tralci Filho, 2018). Alguns filósofos como Friedrich Hegel (1770-1831), Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778) e David Hume (1711-1776), acreditavam que existiam seres humanos superiores a outros, e isso eles atribuíam-lhe a presença da razão. Não é uma tarefa muito difícil, imaginar quem seriam os detentores da razão, e conseqüentemente os considerados humanos: o branco europeu. O movimento iluminista³⁹ foi responsável por construir um cenário de concepções racializadas de povos não brancos, a partir de correlações que faziam entre as características físicas e o que eles designavam como qualidades morais (Tralci Filho, 2018).

Para o filósofo camaronês Achille Mbembe (2014), a idade moderna é um momento decisivo para a formação do que ele designa como “razão negra”. A razão negra consiste em um conjunto de discursos e práticas a respeito da cultura e das pessoas de origem africana, que consistiu em inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais, com o objetivo de fazer acontecer o Negro⁴⁰ enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática (Mbembe, 2014).

Foi no período moderno que ocorreu a construção de narrativas de viajantes, exploradores, soldados, missionários e colonos, e a elaboração de uma ciência colonial, todas

³⁹ Foi um movimento intelectual do século XVIII, caracterizado pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico, o que implica recusa a todas as formas de dogmatismo, especialmente o das doutrinas políticas e religiosas tradicionais; Filosofia das Luzes, Ilustração, Esclarecimento, Século das Luzes.

⁴⁰ Em seu livro *Crítica a razão Negra* Achille Mbembe (2014) nos apresenta diversas críticas ao termo Negro, entre eles o signo do Negro como uma invenção do branco-europeu.

essas narrativas segundo Mbembe (2014) tem consistido desde sempre em um processo de “efabulação”, ou seja, a substituição da verdadeira realidade por um discurso imaginário.

O europeu detentor da razão passa a se sentir no direito de explorar o trabalho de não brancos no início do capitalismo, período no qual se enfatiza a racialização da figura do escravo (Tralci Filho, 2018). Os povos não brancos eram desumanizados, e no colonialismo o branco-europeu utiliza-se dessa justificativa para então tratar esses corpos como animais e mercadoria.

A construção da racialização como discurso filosófico-científico da modernidade foi elaborada tendo em vista a necessidade de distinguir a servidão branca da servidão negra que inicialmente não era tão bem definida racialmente. Para isso, foi necessária a criação de discursos e tecnologias para o convencimento dos brancos sobre a fantasia de superioridade, a transformação disso em senso comum e o posterior desejo e fascínio por ela (Tralci Filho, 2018, p. 12).

Apesar de ser somente no século XIX que o discurso biológico de raça se institucionaliza na ciência, a ciência inicia a sua “colaboração” nas ideias racistas desde o período moderno e no colonialismo já existia uma noção biológica de raça.

No terceiro Encontro Cartográfico a minha intenção era debatermos a respeito dos processos de racialização, com o objetivo de socializar e discutir sobre o papel do racismo científico na promoção de desigualdades sociais. Nesse encontro conseguimos reunir além de mim, 4 participantes e teve uma duração de 95 minutos. Apresentei ao grupo questões mobilizadoras que pudessem ajudar a promover uma discussão a respeito do tema:

1. Em relação ao nosso campo de formação, você considera a biologia racista?
2. Você ouviu falar sobre o racismo científico durante a graduação? Se sim, se recorda quando e em qual disciplina?
3. Qual sentimento você sente, ao ouvir sobre os casos de racismo científico?
4. Você acredita que as práticas que caracterizaram o racismo científico refletem no racismo presente na nossa sociedade?

4.2 “Por muito tempo quem se fazia ciência eram pessoas brancas que utilizaram os argumentos biológicos para justificar o racismo!”

A primeira questão mobilizadora apresentada ao grupo emergiu no segundo Encontro Cartográfico, em um dado momento as participantes iniciaram um debate sobre o racismo e a discussão racial no ambiente acadêmico e uma delas fez o seguinte comentário:

- **Fabília (chat do Google Meet):** Acho o curso de biologia [ciências biológicas], “um” pouco racista!

- **Fabília:** Eu acho um pouco pra não falar muito. Não se refere só ao curso em específico, mas a biologia em si desde os livros didáticos até os próprios conceitos que ela traz nos conteúdos.

Esse comentário que foi fruto da experiência de Fabília enquanto discente do curso de Ciências Biológicas da UEFS me impulsionou a levá-lo em forma de questão mobilizadora ao grupo no terceiro Encontro Cartográfico para iniciar o nosso debate a respeito do racismo científico: **Em relação ao nosso campo de formação, você considera a Biologia racista?**

Pedro (diário de bordo): Sim! Mesmo no período que vivemos, tempo que as discussões são mais amplas, mais abertas, o meio científico (biologia) é racista. Analisando pela ótica da produção e de negros em locais de destaque, o quantitativo é mínimo. É um problema estrutural/institucional, desde a entrada de negros na universidade, na permanência e em todo o percurso até a conclusão.

Maria flor (diário de bordo): Não acredito que a biologia possa ser racista, levando em consideração que essa matéria é capaz de propor um rico debate quanto a questão da existência de raça, promovendo uma desconstrução desse conceito, logo, desfaz a desigualdade plantada entre brancos e negros. O que figura talvez, como uma biologia racista é a forma como ela pode ser utilizada. Mas creio que a biologia esteja à disposição como uma ferramenta auxiliadora do combate ao racismo

Em suas escritas, o comentário que Pedro faz ao afirmar que à Biologia é racista, parte de uma análise do meio acadêmico, que também é reflexo da vivência dele como discente do curso de Ciências Biológicas. Vale ressaltar que o curso de Ciências Biológicas foi por muitos anos um curso em que o quantitativo de alunos negros era muito inferior em relação a alunos brancos, essa realidade vem mudando nos últimos anos graças as políticas de ações afirmativas que visam garantir o acesso e permanência de estudantes negros e oriundos de escolas públicas nas instituições de ensino superior. Maria Flor em contrapartida não acredita que a Biologia enquanto disciplina escolar possa ser racista, para a colega tal disciplina apresenta um potencial para combater o racismo. Os colegas que estavam presentes no encontro também se manifestaram trazendo importantes contribuições:

- **Brian:** Quando ouvi essa pergunta, uma coisa que me veio à cabeça foi algo que comentei com meus alunos [...] eu perguntei pra eles: quem faz ciência? Eles disseram cientistas, perguntei: quem são cientistas? são pessoas! Essas pessoas obrigatoriamente por terem suas concepções, seus ideais, seu jeito de pensar o mundo e conseqüentemente isso influencia nessa ciência que é produzida por essas pessoas. Então a gente ver vieses dentro de uma pesquisa que é dita neutra, em todo o rigor do método científico, porém como ela é feita por pessoas e pessoas são desonestas, são antiéticas, enfim, isso tudo pode acarretar dentro da pesquisa científica, então como a biologia é um dos ramos da ciência conseqüentemente acredito que sim, por ser feita por pessoas [...]

- **Júnior:** [...] Como Brian falou a biologia é feita por pessoas claro e a gente tem que fazer o contraponto, da biologia em si e de quem faz a biologia.

- **Isis:** As pessoas que fazem a biologia eram, são e acho que ainda irão continuar sendo racistas por um bom tempo infelizmente [...] O próprio campo, não sei se eu diria que é literalmente racista, mas ele não é antirracista. Pensando no geral não há um combate ao racismo, não tem um posicionamento [...] Eu acho que a ciência no geral é racista no sentido de que no histórico elitista e a história da elite do mundo é branca [...] Quando eu falo com os meus alunos sobre como eles imaginam um cientista geralmente é um homem branco europeu. [...] Eu acho que sim muitos cientistas da área da biologia fomentaram o racismo mesmo sem intenção, mas outros foram com intenção [...] A ciência em si ela é muito elitista, ela é racista, xenofóbica e machista. [...] Tem muita coisa que conta para você fazer ciência e dentre essas coisas é a cor da sua pele, então não dá para dizer que não é racista.

Luis Henrique dos Santos (2000) que em seu trabalho, intitulado “A Biologia tem uma história que não é natural” destaca o papel que a ciência tem em influenciar na forma como a sociedade “vê o mundo” e como a ciência se molda de acordo com os interesses sociais e culturais de um dado período histórico. Aqui enfatizo o argumento de Júnior, que para responder a primeira pergunta já aponta os processos de racialização. Ele se refere à discriminação com base na raça para justificar o porquê ele considera a Biologia racista, em seu relato nos disse:

- **Júnior:** Sim eu acho que a biologia ela é racista no sentido de que por muito tempo quem se fazia ciência eram pessoas brancas que utilizaram os argumentos biológicos para justificar o racismo, justificar a discriminação com base na raça.

Para entendermos como a ciência colaborou com os processos de racialização, é fundamental analisar como os diversos conceitos de raças foram empregados ao longo da história e quais critérios eram estabelecidos para afirmar a existência de superioridade e inferioridade entre as ditas “raças” humanas.

Segundo Munanga (2004), o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia (campos das ciências naturais) para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe) da França no século XVI-XVII, ainda que não houvesse diferenças biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.

A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo (Munanga, 2004, p. 2).

Para Munanga (2004) em qualquer operação de classificação, é necessário estabelecer alguns critérios objetivos com base na diferença e semelhança. Aqui nosso foco serão as teorias raciais cunhadas a partir do século XVIII, pois é nesse período que a cor da pele passa a ser considerada como um critério fundamental para estabelecer as diferenças entre as raças.

A cor da pele é definida pela concentração da melanina, como consequência da classificação de raça a partir da cor da pele a espécie humana ficou dividida em três raças que segundo Munanga (2004, p. 3) “resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela”. A concentração de melanina tem como função definir a cor da pele, dos olhos e do cabelo, a presença de uma maior ou menor concentração desse pigmento não está atrelada a capacidade cognitiva dos seres humanos.

A chamada raça branca tem menos concentração de melanina, o que define a sua cor branca, cabelos e olhos mais claros que a negra que concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros e a amarela numa posição intermediária que define a sua cor de pele que por aproximação é dita amarela. Ora, a cor da pele resultante do grau de concentração da melanina, substância que possuímos todos, é um critério relativamente artificial. Apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos (Munanga, 2004, p. 3).

Os conceitos de raças influenciaram no processo de colonização e contato de europeus com ameríndios, melanésios e africanos. A partir das teorias raciais que se estabeleciam critérios para diferenciar aqueles “novos” seres humanos do branco-europeu, sendo os últimos àqueles que se julgavam como seres superiores. No que se refere à construção histórica da raça a partir da conquista das Américas, Aníbal Quijano (2005) nos diz que a ideia de raça em seu sentido moderno, foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre os grupos de colonizadores e colonizados. A cor da pele e os traços fenotípicos dos colonizados tornaram-se características que categorizavam as raças (Quijano, 2005).

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial (Quijano, 2005, p. 117).

À medida que as relações sociais se configuravam em relações de dominação, como argumenta Quijano (2005) as identidades dos sujeitos envolvidos foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, para Quijano (2005, p. 117) “...raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”. Quijano (2005) enfatiza que os negros eram a raça colonizada e explorada, mais importante, pois a parte principal da economia dependia de seu trabalho e os índios não formavam parte dessa sociedade colonial.

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (Quijano, 2005, p. 118).

No século XIX, com o objetivo de aperfeiçoar a classificação das raças humanas, outros critérios morfológicos foram acrescentados como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, o formato do crânio e o ângulo facial (Munanga, 2004). A frenologia e a antropometria foram campos de conhecimento que passavam a interpretar o intelecto e a moral humana, tomando como referência o tamanho e proporção do cérebro de diferentes povos (Schwarcz, 1993).

O crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos (Munanga, 2004, p. 4).

Os discursos e práticas científicas que caracterizam o racismo científico estão envolvidos em processos de alterização baseados na categoria raça (Sepulveda, 2018). Nos processos de alterização as identidades são construídas a partir da diferença, porém frequentemente nesses processos de existe a adoção por um grupo de uma visão idealista de si mesmo como norma, padrão ou modelo de normalidade (Sánchez-Arteaga; El-Hani, 2012).

No caso do racismo científico historicamente europeus, com base em discursos e práticas das tecnociências, tem empregado a categoria raça para promoverem discriminação, segregação, marginalização e privação de benefícios de povos não europeus, em especial de negros e ameríndios (Sepulveda, 2018, p. 247-248).

Após diversos estudos voltados a divisão da humanidade em raças, segundo Munanga (2004) no século XX os estudiosos das ciências biológicas (genética humana, biologia molecular, bioquímica), chegaram á conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para

dividi-la em raças. Dessa maneira decretou-se que biológica e cientificamente, as raças não existem (Munanga, 2004).

Mesmo com a inoperacionalidade do conceito de raça no meio científico existia no subconsciente social a hierarquização da humanidade em raças, pois os processos de racialização não se limitaram a classificar a humanidade apenas a partir das características biológicas, os naturalistas as associavam as qualidades morais, intelectuais e culturais (Munanga, 2004). Desse modo, aqueles indivíduos que pertencia à “raça branca”, eram considerados superiores aos da “raça negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, entre outras qualidades e conseqüentemente esses indivíduos eram considerados mais aptos para dirigir e dominar as outras raças (Munanga, 2004).

No início do século XX, a partir da classificação da humanidade em raças hierarquizada surgiu a raciologia, que embora tivesse um caráter científico, apresentava um conteúdo mais doutrinário, seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que para explicar a variabilidade humana (Munanga, 2004). Gradativamente, os conteúdos da raciologia começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes, depois foram recuperados pelos nacionalismos a exemplo do nazismo para legitimar as exterminações que causaram à humanidade durante a Segunda guerra mundial (Munanga, 2004).

... o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica (Munanga, 2004, p. 6).

Diante do exposto, ainda que não exista atualmente um conceito biológico de raça percebemos que na história da ciência as ciências biológicas exerceram um papel no cenário das teorias raciais: provar a existência de raças superiores através do racismo científico. Nesse primeiro debate suscitado após a primeira questão mobilizadora, não só as práticas que caracterizam o racismo científico foram apontadas, como também o darwinismo social. Brian aponta em um dos trechos de sua fala:

- **Brian:** A gente sabe que mesmo que a intenção do pesquisador não seja obrigatoriamente racista ela pode ser apropriada por outro pesquisador e torná-la algo racista. Por exemplo, do darwinismo social em que a teoria da evolução teve todo um processo de elaboração e pegaram o conceito de evolução biológica e transformaram no darwinismo social. [...]

As teorias darwinistas passaram a ser utilizadas no século XIX, após a publicação e divulgação do livro *A origem das espécies* de Charles Darwin, em 1859, como referências para diversos campos (Schwarcz,1993). No que se refere ao campo político as teorias de Darwin foram base de sustentação teórica para práticas de cunho conservador (Schwarcz,1993). Segundo Schwarcz (1993), o imperialismo europeu tomou a noção de “seleção natural” como explicação para o domínio ocidental.

O "darwinismo social" ou "teoria das raças", foi um tipo de determinismo, de cunho racial que via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que "não se transmitiriam caracteres adquiridos", nem mesmo por meio de um processo de evolução social (Schwarcz,1993). Os teóricos do darwinismo racial interpretavam os atributos externos e fenotípicos como elementos essenciais, definidores de moralidades e do devir dos povos (Schwarcz, 2012).

No darwinismo social todo cruzamento entre raças era entendido como um erro (Schwarcz, 1993). Esse postulado teve como decorrências enaltecer a existência de tipos humanos puros, portanto não sujeitos a processos de miscigenação e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (Schwarcz, 1993). Nos finais do século XIX a mestiçagem existente no Brasil era vista de forma negativa:

Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas e, mais uma vez, o Brasil surgia representado como um grande exemplo - desta feita, um "laboratório racial" (Schwarcz, 2012, p. 20).

A publicação dos postulados de Darwin abriu portas para diversas interpretações e estudos sobre as raças. Na tentativa de submissão e até a eliminação das raças consideradas inferiores, surge nesse cenário a eugenia, que Schwarcz (1993) se refere como uma prática avançada do darwinismo social. A eugenia era um “ideal político” que tinha como meta intervir na reprodução das populações (Schwarcz, 1993).

O termo eugenia foi criado em 1869 pelo cientista britânico Francis Galton, que escreveu seu primeiro ensaio na área da hereditariedade humana em 1865 após ter lido “A origem das espécies” (Schwarcz, 1993) . Galton buscava provar que a capacidade humana era em função da hereditariedade e não da educação (Schwarcz, 1993). Sobre a influência do pensamento evolutivo darwinista no racismo científico, Sepulveda (2018) nos diz que:

Com base nos conceitos de competição inter-racial e extinção de raças – centrais nos discursos darwinistas sobre a evolução humana no século XIX –, foram construídos discursos que naturalizavam os extermínios e genocídios de grupos étnicos promovidos pelo imperialismo britânico, a exemplo do extermínio dos tasmânicos na década de 1870, desempenhando, portanto, a função ideológica de legitimar as ações imperialistas da Inglaterra vitoriana (Sepulveda, 2018, p. 247).

Em meio as distorções promovidas no meio científico após a publicação do livro *A Origem das Espécies*, Munanga (2004) destaca que foi a partir dos princípios da seleção natural que Darwin demonstrou que os organismos vivos evoluíram gradativamente a partir de uma origem comum e se diversificaram no tempo e no espaço, adaptando-se a meios hostis, diversos e em perpétua transformação. É importante entendermos que a variação dos caracteres genéticos, fisiológicos, morfológicos e comportamentais hoje observados, tanto entre as populações vegetais e animais como humanas, correspondem em grande medida a um fenômeno adaptativo (Munanga, 2004). No que se refere às características fenotípicas da população negra o autor destaca que uma pele escura, por exemplo, concentra mais melanina que uma pele clara, pois protege contra a infiltração dos raios ultravioletas nos países tropicais por outro lado uma pele clara é necessária nos países frios, pois auxilia na síntese da vitamina D (Munanga, 2004).

4.3 “A ciência arrasou a vida de várias pessoas...”

Diferentemente do primeiro e segundo encontro, em que os debates foram fluindo de tal forma que outras discussões foram sendo fomentadas, o debate sobre o racismo científico não fluía da forma que eu esperava, parecia que para aquelas pessoas falar sobre o racismo científico não era tão urgente o quanto discutir as questões raciais que nos atinge na sociedade contemporânea.

A partir da primeira pergunta eu também percebi que aqueles participantes tinham um conhecimento em relação ao racismo científico, quem era eu para apresentar aquela temática a eles? Muito pelo contrário, certamente ao fim daquele encontro eu iria ter aprendido muito com os meus colegas. Mesmo diante do inesperado eu segui com as questões mobilizadoras que haviam sido elaboradas. A segunda questão apresentada foi: **Você ouviu falar sobre o racismo científico durante a graduação? Se sim, se recorda quando e em qual disciplina?**

- **Isis:** Eu não tive. Depois de formada durante a pandemia, C ofereceu um curso sobre racismo científico que eu participei que foi aí que vim aprender sobre o tema, mas durante a graduação eu nunca participei nem vi nenhuma discussão a respeito

do racismo científico [...] Embora possa ter citado alguma coisa relacionada e tal, mas não era uma discussão sobre racismo científico [...]

Assim como em minha trajetória na graduação, em seu relato Isis deixou evidente o quanto a ausência desse debate na experiência dela enquanto discente da graduação a impulsionou a procurar se informar mais sobre a temática após torna-se docente da educação básica. Mas todos os demais colegas que estavam presentes afirmaram, que tiveram a oportunidade de conhecer e debater sobre o racismo científico no período da graduação, em especial nas disciplinas que fazem parte do campo da Educação⁴¹.

- **Brian:** Eu discuti bastante, eu acredito que na minha formação eu tive varias oportunidades de discutir isso, dentro da sala de aula e em atividades além, de grupo de pesquisa por exemplo, queria ter participado muito mais, queria que tivesse sido oportunizado para mim muito mais, mas o que eu puder fazer e eu fiz [...] Nessas disciplinas eu fomentavam as discussões sobre direitos humanos, eu focava sempre um pouco mais em sexualidade, mas tive oportunidade sim de discutir sobre racismo científico e de entender, com os professores [...] tudo muito restrito as disciplina de educação [...]

- **Júlia:** Discutimos bastante sobre racismo e racismo científico, e também sobre machismo e mulheres na ciência [...] Também vi a exposição raça, ciência e cultura.

Em seu relato, Júnior além de afirmar que teve a oportunidade de discutir sobre o tema na graduação citou alguns casos que recordou ter visto em algumas disciplinas entre eles irei destacar a história de duas mulheres negras que foram vítimas do racismo científico: Sara Baartman (que marcou minha experiência na graduação e foi o pivô da minha relação com o racismo científico) e Henrietta Lacks.

- **Júnior:** [...] eu tive a discussão quando eu comecei a ter aula com C [...] quando eu peguei a disciplina de estágio a gente discutiu sobre racismo científico [...] E aí eu conheci Sara e outras histórias, as biomédicas [...] alguns aqui da Bahia até da escola de medicina que falava sobre a questão dos negros, que eram mais propícios a serem ladrões, cachaceiros, outras alcoólatras, e que o negro era degenerado, todas essas questões da ciência usando para dizer o que o determinado grupo era [...] também teve a discussão sobre a anemia falciforme.

A desumanização do corpo negro colaborada pela ciência submeteu diversas pessoas a serem utilizadas como cobaias de experimentos científicos. Um caso que exemplifica essa prática com os corpos negros, que um dia foi naturalizada pela ciência é o de Henrietta Lacks, que assim como Sarah Baartman, era uma mulher negra. Reforço à ideia de mulher negra, pois como discutimos anteriormente a trajetória das mulheres negras é marcada pelas amarras do racismo e do machismo.

⁴¹ O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEFS, compreende em um conjunto de componentes curriculares na área da Educação e na vasta área de conhecimento da Biologia.

A história de Henrietta é como a de muitas pessoas que foram exploradas no passado, porém as mesmas ou até mesmos os seus familiares jamais foram ressarcidos pelos abusos sofridos (Guedes, 2013). Henrietta Lacks nasceu em 1920 nos EUA na cidade de Virginia, e faleceu em 1951 na cidade de Baltimore após ser acometida por um câncer de colo de útero (Paiva *et al*, 2016; Guedes, 2013). Segundo Guedes (2013) quando Henrietta faleceu deixou cinco filhos, o viúvo e amostras de suas células, que foram coletadas sem autorização, cultivadas e distribuídas para centros de pesquisas em diferentes lugares dos EUA e do mundo.

É importante destacar que Henrietta viveu na época em que a segregação racial era uma prática comum nos EUA (Guedes, 2013). A segregação racial expunha as pessoas negras a discriminação nos espaços públicos, os seus direitos também eram reduzidos quando comparados aos das pessoas brancas (Guedes, 2013). Inclusive o hospital Johns Hopkins, o qual Henrietta foi internada para o tratamento de câncer de colo de útero, era destinado ao tratamento de negros ou pessoas de cor (Paiva *et al*, 2016). Diante desse cenário as pessoas negras costumavam ser inseridas em estudos científicos independentemente de consentimento ou das consequências das pesquisas (Guedes, 2013).

As amostras de células foram retiradas pela primeira vez durante o tratamento. E, após a morte de Henrietta, foram retiradas mais células, mediante o consentimento do viúvo para uma autópsia que serviria para a realização de testes com potencial de gerar benefícios aos seus descendentes no futuro. Uma das questões centrais suscitadas na história de Henrietta se refere à ausência de consentimento para a retirada de suas células para fins de pesquisa (Guedes, 2013, p. 1414).

As células de Henrietta Lacks foram denominadas células HeLa (em referência ao seu nome) e são as primeiras células humanas a se reproduzirem indefinidamente em laboratório, por esse motivo são consideradas imortais por se dividirem num número ilimitado de vezes, desde que mantidas em condições ideais em laboratório (Skloot, 2011 *apud* Paiva *et al.*, 2016).

Suas células fizeram parte de pesquisas dos genes que causam câncer e daqueles que o suprimem e ajudaram a desenvolver remédios para tratamento de herpes, leucemia, hemofilia e mal de Parkinson, e têm sido usadas para estudar a digestão da lactose, doenças sexualmente transmissíveis e a longevidade humana, dentre outros estudos (Skloot, 2011 *apud* Paiva *et al.*, 2016, p. 10)

A origem das células HeLa foi um segredo guardado por algumas décadas, apenas após aumentarem as publicações sobre as células HeLa no ano de 1973, a identidade de Henrietta como a doadora das células foi revelada por meio de um desconhecido durante conversa informal com a nora de Henrietta (Guedes, 2013). Era a primeira vez que a família

de Henrietta recebia informações sobre a história das células HeLa e sua importância científica e comercial (Guedes, 2013).

Para Pinheiro (2022) o racismo científico trata-se de uma ciência que contou com grandes nomes de diferentes ramos das ciências biomédicas que faziam pesquisas sérias com o intuito de comprovar a hierarquização das raças partindo da animalização e estigmatização de corpos negros. Com o intuito de compartilhar as diversas percepções que desenvolvemos diante do tema a terceira pergunta apresentada aos colegas foi: **Qual sentimento você sente, ao ouvir sobre os casos de racismo científico?**

Maria flor (diário de bordo): Na época acadêmica foi mais estranho do que desconfortante no início, até porque eu não tinha conhecimento sobre a temática, foi o primeiro contato, então o meu estado emocional foi de estranheza. Hoje, eu me pergunto como que a biologia poder ser usada para esse propósito? Como eu havia me referido anteriormente, a biologia não é racista, racista são as pessoas que usam da biologia para afirmar e confirmar o racismo.

- **Júnior:** Quando eu comecei a ver os casos de racismo científico e discussão, o meu sentimento naquele momento era de descoberta, estava descobrindo algo novo que eu não sabia. E aí você bate com o sentimento de raiva, um sentimento de angústia, por aquelas pessoas ter passado por aquilo, principalmente no caso de Henrietta [...] Eu fiquei angustiado ao saber que a família dela não sabia das células dela, que a família dela não tinha condições, por exemplo, de comprar um remédio, enquanto que a célula dela era vendida para laboratórios e tal. No caso de Sara mesmo, eu fiquei angustiado com toda aquela questão em relação ao corpo dela, a questão dos estupros [...] Eu acho que é o sentimento, quando eu vejo hoje em dia, quando eu vejo algum ato de racismo, algum ato de homofobia, é o mesmo sentimento que eu tive naquele momento.

- **Isis:** Angústia e impotência. Acho que é a impotência dá raiva, dá ódio, sabe? Você sabe que você não pode fazer nada e que ninguém fez nada também. Acho que é muito angustiante [...] Eu lembro quando eu fiz o curso com C. Era muito pesado para mim [...] Mas a gente sabe que não foram só esses casos, sabe? Talvez tiveram casos piores que a gente nunca vai saber. E acho que é isso que dói. E saber que ainda acontece, de uma forma talvez diferente. [...] Quando você é preto, acho que o sentimento de impotência é mais forte. Porque é contra você, sabe? É contra mim, é contra vocês, é contra os meus. Então, acho que é muito doloroso de conversar. Assim como conversar sobre racismo é doloroso.

Descoberta, estranhamento, impotência, raiva, angústia, apreensão, tristeza são alguns dos sentimentos que os colegas citaram que experienciaram ao ouvir os casos de racismo científico. Esses sentimentos não divergem muito do que sinto ao ouvir os casos de racismo na atualidade. A partir do racimo científico percebemos que o corpo negro é historicamente desumanizado, violentado e desrespeitado. Hoje entendo que quando o corpo negro é associado a um animal, quando o corpo negro não é visto como um corpo que merece atenção e respeito, o racismo científico se faz presente.

- **Brian:** E uma coisa que sempre me veio na cabeça em algumas discussões era... Minha bisavó [...] E ela faleceu. Ela não poderia ter feito uma universidade. Ela não

poderia estar no mesmo lugar que o bisneto dela estava. [...] O espaço que eu estava ocupando. [...] se não me engano, o primeiro negro a estar em uma faculdade, em uma universidade, no Brasil, foi em 1960. Então, acho que isso me marcou muito [...] a gente percebe que não está tão longe assim da gente [...] No mesmo tempo que eu ficava pensativo, apreensivo, ficava triste, ficava chateado com as histórias que estavam sendo contadas para mim sobre racismo científico. Eu ficava contente de saber que tinham pessoas, futuros professores, futuros cientistas que estavam sendo oportunizados de estar passando por aquilo dali para tentar na nossa postura, na nossa prática, em sala de aula, na rua, com o nosso ciclo social. Estar botando em prática tudo aquilo que a gente estava conhecendo e aprendendo ali naquela sala de aula. Então, ao mesmo tempo que era um espaço doloroso de compartilhar vivências, era um espaço que a gente esperava algo a mais, um futuro a mais. Talvez a gente não estivesse falando de tantos casos de racismo em 2022 ou até 2030, por exemplo. A gente sabia que tem uma geração aí chegando de negros, de negras, de pessoas, de LGBTQs, ocupando nossos espaços que por muito tempo não foi permitido. [...] O mínimo de consciência, a gente sabe, dói para quem conhece nossa história, mas a gente fica contente de saber que a gente conhece para não se repetir [...]

- **Júnior:** Eu também penso dessa forma. Por mais que aquele conhecimento ali era angustiante [...] eu também agradeço por ter oportunidade de ter discutido ele, porque eu conheço a parte da história cruel de que meus antepassados sofreram. Mas hoje a gente tem esse pensamento crítico de não querer que isso se repita, de você não naturalizar essas práticas enquanto você está presente, você saber discutir e saber intervir naquilo ali e não deixar passar ou naturalizar. Eu acho que hoje em dia a gente tem essa importância de denunciar. E é isso. Então, eu tenho esse sentimento também de oportunidade de ter aprendido a respeito, como também de ter descoberto outros lados que eram invisibilizados, sobre a importância dos negros na ciência [...] E aí você tem toda essa descoberta e isso vai ajudando você a ressignificar essas histórias, mesmo tendo essas histórias de crueldade também no meio. [...] Acho que por muito tempo a questão de ser negro era colocada como algo ruim, algo pejorativo, algo que não prestava para nada, por isso que a dificuldade das pessoas às vezes é se dizer que é negro por conta disso. E aí você começa a descobrir um mundo novo de pessoas inteligentíssimas que criaram várias coisas, que possibilitaram várias coisas na ciência, mas que, por questões de racismo, foram invisibilizadas.

As contribuições de Brian e Júnior me provocaram uma reflexão: como ressignificar essas informações a qual hoje temos acesso? Ressignificar não significa negar a existência desses fatos, mas sim entender que se hoje temos acesso a essas informações que por muitos anos foram omitidas, temos a oportunidade de não repetir tais erros: omitir e silenciar, e principalmente contribuir para que a ciência em especial a Biologia não contribua com ideias racistas.

4.4 “O racismo científico pode não ser o pivô principal, mas dar créditos e potencializar o discurso das práticas racistas.”

Se hoje vivemos no Brasil um contexto social em que o racismo é estrutural, não podemos esquecer que na história do país houve pessoas que abraçaram a chegada das ideias que fundamentaram o racismo científico. Com o intuito de discutir como as práticas do

racismo científico refletem hoje na sociedade brasileira, apresentei como quarta questão mobilizadora aos participantes: **Você acredita que as práticas que caracterizaram o racismo científico refletem no racismo presente na nossa sociedade?**

Maria flor (Diário de bordo): Com certeza, o racismo científico pode não ser o pivô principal, mas dar créditos e potencializar o discurso das práticas racistas.

- **Junior:** [...] Mulheres negras são tratadas totalmente diferentes de mulheres brancas no ginecologista [...] Tanto a questão do racismo, como a questão do gênero. Então, acho que as mulheres negras sofrem muito mais que os homens negros, por exemplo, em relação a essas questões ainda do racismo e no racismo científico [...] Então, acho que, com certeza, o racismo científico ainda tem muita influência nas práticas de saúde [...]

Quando se manifestou para responder a questão apresentada, Júnior fez uma observação em relação às mulheres negras. Apresentei anteriormente o caso de Sarah Baartman que foi uma mulher que teve em vida e após a sua morte o seu corpo sendo animalizado e manuseado cientificamente e o de Henrietta Lacks que foi usada como cobaia pela medicina na década de 50, outro caso que merece atenção quando abordamos os casos de racismo científico e relacionamos com o corpo da mulher negra, é a atuação do “Dr. Sims” no século XIX. O médico estadunidense James Marion Sims, que hoje é considerado o pai da ginecologia moderna, utilizava mulheres negras escravizadas em seus experimentos no século XIX, muitas vezes as cirurgias ginecológicas eram realizadas sem o uso de anestesia (Pinheiro, 2022). Recentemente quando me debruçava sobre a pesquisa, fui surpreendida com uma reportagem⁴² que noticiava o caso de racismo em que uma ginecologista utilizou expressões que remetem o racismo científico com uma paciente negra, prova de que o racismo científico se faz presente em práticas racistas na atualidade.

- **Junior:** Até em contratar alguém [...] usar argumentos de que contratar uma pessoa preta, ela não pode ter o mesmo desempenho que uma pessoa branca, por exemplo. Ou dizer que porque aquela pessoa foi [cotista], ela não vai conseguir o mesmo desempenho da outra porque o cérebro é menor [...] Então você utiliza esses argumentos científicos para poder justificar aquele processo e hoje em dia tem a influência concreta no dia a dia da sociedade [...].

- **Isis:** Acho que também reflete, no acesso à saúde, na violência é a questão da gente não valorizar tanto vidas negras. Aquela frase que diz: “vidas negras importam”. Eu acho que ela faz muito sentido, porque no dia a dia da gente elas parecem que não importam realmente [...] tem muito a ver com a questão do racismo científico. Quantas pessoas negras morreram no passado e foram jogadas no mar, [quantos] corpos foram encontrados ou foi assassinado em praça pública por motivos

⁴² Conferir em “Ginecologista diz à paciente que maioria das negras têm cheiro forte nas partes íntimas” de Julinho Bittencourt. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2023/6/12/ginecologista-diz-paciente-que-maioria-das-negras-tm-cheiro-forte-nas-partes-intimas-137455.html>. Acesso em 22/07/2023.

esdrúxulos e ninguém se importou? E desde lá a gente continua ainda trazendo essa ideia, que a ciência implantou há poucos anos atrás de que o negro não é gente, ela ainda é uma sombra da gente. É o nosso fantasma e eu não sei quando a gente vai se livrar dessa ideia, então acho que talvez essa seja a marca mais pesada que a gente carrega. Estou dizendo pelo que eu acho do racismo científico, que é essa ideia de as pessoas não entenderem que a gente é humano e por a gente não ser humano várias atrocidades são permitidas ainda contra nós.

Quando expos sua opinião, Isis defende que a ciência implantou a ideia de negação da humanidade do corpo negro, e por esse motivo atualmente os casos de violência para com o corpo negro, muitas vezes são banalizados, motivo de clamarmos: “vidas negras importam”. Na fala dos colegas, percebemos que eles apontam algumas áreas em que as ideias disseminadas pelo racismo científico refletem na sociedade contemporânea: saúde, trabalho e criminalidade.

Mallu - Uma outra coisa também que eu acho que vocês não citaram, é a questão da criminalidade. Hoje em dia se o corpo negro vai ser alvo sempre de suspeita e não é por acaso [...] A gente já teve médicos que se dedicaram a estudar e que disseminaram essa informação de que o negro [...] por conta do tamanho do crânio [...] ele era mais suscetível a cometer crimes. Então isso vem de lá atrás, infelizmente, influência da ciência.

Não podemos deixar esquecer que cientistas racistas, a exemplo do Conde de Gobineau (1816-1882) e Cesare Lombroso (1835-1909) procuravam justificar o racismo a partir da ciência, para tal, tentavam provar a qualquer custo que os negros eram inferiores. A partir da antropologia criminal, por exemplo, Cesare Lombroso argumentava que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário (Schwarcz, 1993).

Quando trazemos o debate para o contexto da história da sociedade brasileira, o racismo científico foi fundamental para a criação de um perfil negro propenso a criminalidade. Em meados do século XIX e início do século XX intelectuais, como Sílvio Romero, João Batista Lacerda e Nina Rodrigues concordavam que as pessoas negras tinham características cientificamente comprovadas de seres propensas ao crime, a vadiagem, de serem preguiçosas, más, etc. (Pinheiro, 2022). No contexto da miscigenação, Nina Rodrigues pautava que a degenerescência do negro era tão grande que a mistura das raças prejudicaria enormemente as gerações futuras (Pinheiro, 2022).

Júnior - falando sobre criminalidade, não sei vocês lembram recentemente que uma juíza botou na decisão. Ela cita a questão da questão da raça da pessoa⁴³ [...] que pela raça da pessoa era mais propícia a cometer aquele crime [...] pessoas do Movimento Negro e algumas pessoas negras famosas [estavam] falando a respeito, criticando e acho que se não me engano o MP entrou com processo contra a juíza

⁴³ Conferir em “Ao condenar réu, juíza do Paraná cita raça de homem negro e depois pede desculpas” De Julyanne Jucá. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ao-condenar-reu-juiza-do-parana-cita-raca-de-homem-negro-e-pede-desculpas/>. Acesso em 22/07/2023.

por discriminação, por usar um termo racista em uma decisão judicial [...] isso vem de onde? Isso vem do racismo científico de um estudo onde dizia que negros eram mais propícios a cometer crimes [...] isso vai pra formação policial, isso vai pra formação judicial. [...] E aí você tem várias decisões [judiciais] com esse teor [...] quando você vai olhar decisões que estão em cerca da justiça que não são divulgadas sobre determinadas pessoas será que muitos juízes não utilizam essa justificativa pra poder condenar uma pessoa? E até aumentar o tempo de prisão dessa pessoa por ela ser negra?

Quando apresentei a associação da criminalidade ao negro, como um dos reflexos do racismo científico, Júnior socializou com o grupo um caso de racismo no Brasil em que a raça é associada ao “ser negro”. Mais um dado que nos faz refletir: o racismo científico ficou apenas na história?

Ser um corpo-território negro nos exige estar munidos de ferramentas que nos ensinem a lidar cotidianamente com o preconceito racial e o racismo em suas diversas faces. Penso que enquanto professores de Biologia podemos contribuir para uma realidade futura em que poderemos dizer: a biologia hoje não é mais racista ou até mesmo a biologia é menos racista. Após o terceiro encontro cartográfico, visando alcançar os objetivos propostos, era necessário conversar sobre a nossa atuação e os possíveis caminhos para promover um ensino de Biologia antirracista.

CAPÍTULO V – ESCREVIVENDO POSSIBILIDADES DE UMA DOCÊNCIA EM BIOLOGIA PAUTADA EM UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Em minha escrevivência também trago as memórias das primeiras experiências como docente da educação básica. Durante a graduação, enquanto discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, também foi um período em que tive a oportunidade de retornar ao espaço escolar, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no subprojeto de Biologia, do PIBEX da UEFS no projeto Observatório de Juventudes Rurais na Região Sisaleira da Bahia, além de participar de eventos acadêmicos, estágios não obrigatórios e curriculares.

Tais experiências me permitiram entre os anos 2015 a 2020, iniciar um vínculo direto participativo com as salas de aula e explorar, na íntegra, espaços pedagógicos de diferentes escolas públicas da educação básica de ensino da cidade de Feira de Santana-BA e região. Através destas experiências, pude conviver com estudantes do ensino Fundamental II e Médio, do campo e da cidade, da rede estadual e municipal.

Nas instituições escolares pelas quais passei nesse período, foi possível verificar que o público discente em ampla visibilidade e representação era composto por afrodescendentes. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em seu resumo técnico do Estado da Bahia - Censo Da Educação Básica 2019, com relação à cor/raça percebe-se maiores proporções de alunos pretos e pardos nos anos finais 84,0 % e ensino médio 88,1 %, na educação de jovens e adultos e na educação profissional esse índice aumenta com a prevalência de 91,4% e 89,1% alunos pretos e pardos respectivamente.

Tais vivências foram fundamentais para analisar os dilemas do espaço escolar, para além das questões relacionadas ao ensino de Biologia, pois assim, na formação docente compromissada, passa-se a repensar as questões socioculturais, o lugar de fala, enquanto mulher negra e as possíveis contribuições que poderia realizar enquanto professora da educação básica. Nas salas de aula, a diversidade étnico-racial se faz presente e o contato com o ambiente escolar durante a graduação, me permitiu desenvolver um olhar mais atento para o questões raciais presentes na escola.

Ao recordar as minhas vivências, enquanto docente da educação básica, passei a refletir: de que forma o corpo-território negro e egresso do curso de Ciências Biológicas da UEFS, tem encontrado possibilidades de efetivar a EREER na educação básica? Quais caminhos possíveis para a efetivação de uma educação antirracista?

Diante exposto, o quarto Encontro Cartográfico, tinha como objetivo discutir sobre os possíveis caminhos para efetivar uma educação antirracista na escola. Nesse encontro que durou 100 minutos reunimos 6 pessoas, além de mim. Apresentei ao grupo as seguintes questões mobilizadoras:

1. Analisando a sua realidade enquanto professora/professor, é possível se opor aos esquemas de perpetuação do racismo?
2. Analisando a sua realidade enquanto docente de biologia/ciências, é possível desenvolver uma educação científica antirracista?
3. Quais os caminhos possíveis, para a efetivação de uma educação antirracista?

5.1 “O que a gente vai fazer é colocar pequenas sementinhas ali, e esperar que a maioria vingue!”

Em suas escritas, Maria Flor nos apresenta uma importante reflexão sobre o papel do estado, da escola e da família no combate ao racismo:

Maria Flor (diário de bordo): Embora a nossa constituição traga o racismo como crime inafiançável e imprescritível, tal atitude sozinha não sana a real problemática, pois, o problema do racismo vem de berço, na grande maioria das vezes do ceio familiar, pois, é o primeiro contato das crianças são com as percepções dos pais, nenhuma criança nasce racista, toda e qualquer criança nasce como um copo vazio, o qual vai sendo preenchido com as suas vivências e experiências. Por sua vez, a escola é a sua segunda família e casa, e nessa, o estado pode intervir, de maneira que ainda que a criança tenha uma base familiar com ideias racista, isso pode ter revertido com práticas incentivadoras na escola, demonstrando a esse aluno que a forma como agem seus pais ou familiares são erradas, promovendo a criticidade por si mesmo, não mera influência. Para que o racismo seja combatido é necessário trabalho em conjunto da escola, família e o Estado.

Combater o racismo e todas as formas de discriminação não é um papel que cabe somente a escola, considerando também as aprendizagens que se fazem presentes nos contextos sociais (Souza; Verrangia, 2020). De acordo com o parecer CNE/CP 003/2004:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, ter igualmente respeitados seus direitos, valorizada sua identidade e assim participem da consolidação da democracia brasileira (Brasil, 2004, p. 20).

Para Gomes (2002) a escola é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos, dentre os quais está inserido o preconceito racial. Portanto, enquanto educadores(ras), a nossa ação no combate as diversas manifestações de racismo (sejam elas explícitas ou não) são fundamentais. Para combater o racismo, faz-se necessário a efetivação da EREER no espaço escolar.

Com o intuito de entender como os meus colegas de curso, enquanto professores da escola básica debatem e enfrentam as situações racistas quando estas se manifestam na escola, a primeira questão mobilizadora apresentada foi: **Analisando a sua realidade enquanto professora/professor, é possível se opor aos esquemas de perpetuação do racismo?**

– **Jamal:** Então, sobre essa questão [...] eu tenho que ver também qual a dimensão. Porque tem a minha dinâmica enquanto professor na sala de aula, tem a minha dinâmica com os meus colegas professores e todo o corpo escolar, não é só o professor construindo a escola, além dos alunos, tem toda uma equipe por trás [...] E eu vejo na própria sala dos professores reprodução de racismo [...] E aí eu entendo também que no meu lugar ali eu não sou efetivo [...] tudo que eu disser pode reverberar contra mim [...] Eu consigo debater racismo dentro da sala de aula, em alguns momentos [...] Eu consigo trabalhar isso com alguns colegas que também trabalham na dinâmica diária, combatendo as piadas [...] Na minha realidade lá é um pouco difícil, sabe? Eu vejo assim que a gestão ainda não consegue entender com profundidade a temática. Um professor tenta abrir o debate, por exemplo, na sala de professores e as pessoas não conseguem entender o que é ser negro no Brasil. [...]

Jamal traz uma reflexão interessante, quando pensamos na atuação da escola no combate ao racismo: é preciso pensar a escola como um espaço em que as relações não se limitam a sala de aula, as relações não se limitam a alunos para com alunos e alunos com professores. Além do corpo docente e discente, existem outros atores no ambiente escolar que precisam estar prontos para lidar com o debate racial.

– **Brian:** A minha realidade é de um professor de escola particular. Então, algumas linguagens, algumas metodologias, algumas coisas não estão de acordo com o que eu realmente gostaria [...] Não é que a minha escola seja totalmente rígida, por parte da coordenação pedagógica, mas às vezes a gente sente a resistência dos nossos alunos, justamente por não se tratar da realidade deles. A realidade dos meus estudantes no momento são estudantes brancos, estudantes com boas condições [...] Mas, assim, é claro que quando eu estiver efetivado e eu puder ter um poder de voz mais firme, eu puder fazer coisas sem ter aquele peso na consciência de que está extrapolando ou pisando em ovos para trabalhar do jeito que a gente gosta, eu acho

que vai ser mais pertinente. E eu digo isso porque uma pessoa negra, uma pessoa LGBT, é melhor estar empregada do que desempregada e fazendo o que você gostaria de fazer [...] mesmo que a gente tenha toda a bagagem, todo esse engajamento, em algum momento, infelizmente, a gente vai precisar estar submetendo a coisas que a gente discorda totalmente.

Diferente dos demais colegas, ao responder a questão Brian cita a falta de interesse por parte dos alunos que em sua maioria são brancos e, portanto não são afetados pela discussão racial por “viverem” em uma realidade diferente.

- **Maria Flor** (*chat google meet*): Eu acredito que se opor de forma a eliminação, não. Se você observar não é um plano do governo, não faz parte do interesse governamental de se opor de verdade contra o racismo, sabe? A Constituição elenca como crime inafiançável e imprescritível, mas só coloca em termos penais, de forma que punição é o único remédio, ficando de forma falha, porque precisa de um trabalho conjunto da parte governamental, da escola, de casa...

A escrita de Maria Flor durante o nosso encontro, dialoga com Gomes (2019) quando a autora nos alerta que a promulgação de leis tais como: Lei nº 12.990 e Lei nº 10.639/2003 (aqui incluo a Lei nº 14.532/2023) devem-se aos movimentos sociais. Para Gomes (2019) os avanços alcançados pela luta antirracista e pelos direitos da população negra não aconteceram por mérito do Estado brasileiro. A autora afirma que Estado foi e continua sendo duramente pressionado e tensionado pelo Movimento Negro, Quilombola, de Mulheres Negras e pela juventude negra a implementar, de fato, políticas antirracistas e ações afirmativas.

Em muitos momentos tanto no quarto Encontro Cartográfico como no segundo, quando conversávamos sobre o debate racial no ambiente escolar, os colegas citaram o mês de Novembro.

- **Pedro**: No início do ano, eu tentei dar uma ideia da gente fazer um projeto analisando o Cortiço [...] a gente analisar, como são os bairros periféricos e, obviamente, introduzir a discussão do racismo ambiental dentro de biologia, analisando vários aspectos, desde a questão de saúde pública até a questão de violência, crime, repressão contra a população. Só que, mais uma vez, foi invisibilizado [...] Essas discussões, elas são restritas somente ao novembro, que, ao meu ver, é importante, é óbvio que sim, mas falta a questão da interdisciplinaridade e outras questões.

O papel da escola no combate ao racismo não deve se limitar as comemorações referentes ao dia 20 de Novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra. A celebração foi incluída no calendário escolar pela Lei nº 10.639/2003. Para Pinheiro (2022) as tensões raciais presentes na sociedade brasileira não se manifestam apenas no mês de Novembro, portanto a autora defende que um dos equívocos que a escola comente quando aborda a questão racial, é concentrar as abordagens do tema apenas neste período destinado as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra:

não tem real sentido pedagógico pautar apenas as discussões relativas as relações étnico-raciais apenas em uma parte do ano, faz-se necessário transversalizar o conteúdo em toda a dimensão do currículo escolar de modo que os espaços educacionais não acabem por reforçar estigmas no lugar de promover uma educação descolonizada e pluriversal (Pinheiro, 2022, p. 4).

Os materiais didáticos foram citados em alguns momentos em nosso debate. Muitas vezes os discursos reproduzidos nos livros didáticos, por exemplo, apenas reforçam uma visão colonial e estereotipada da população negra, negando a existência da cultura negra e negando ou se apropriando de todos os saberes que já entregamos à humanidade.

- **Isis:** A gente tem, sim, que se colocar na posição de trabalhar contra essa estrutura do racismo, mas tem que fazer isso sabendo que a gente não vai acabar com essa estrutura. Sabendo o que a gente vai fazer é colocar pequenas sementinhas ali, e esperar que a maioria vingue. Uma coisa que eu percebo muito no meu trabalho, a gente consegue discutir temas relacionados à questão de racismo estrutural, racismo científico, racismo ambiental na sala de aula. Mas uma coisa que eu sinto muita falta é material pra fazer isso [...] Eu me sinto muito sozinha ainda, no sentido de fazer esse trabalho, porque os recursos são escassos. Nas escolas que eu trabalho, existe um espaço legal pra trabalhar. Nunca passei por nenhuma situação em que fosse limitada, nenhuma atividade. [...] eu acho que a gente consegue, sim, trabalhar, evitando a perpetuação do racismo, nos conteúdos, também sendo energética, quando acontece alguma coisa, às vezes a gente não consegue ver, mas quando a gente vê, eu acho que a gente nunca pode ficar calma. [...] Então, eu tento ser enérgica e mostrar que aquilo tá errado, quando eu vejo algum aluno meu ofendendo o outro, falando alguma coisa que se categoriza como algo, um ato racista, explicar pra ele que aquilo é crime. [...] Infelizmente, na escola, ainda não temos condições adequadas, para situações como essas. Mas nessas atividades que a gente consegue fazer em sala de aula, nesses momentos que a gente consegue discutir, nesses conteúdos que a gente consegue transpor, acho que dá pra fazer um trabalhinho de formiguinha que faz alguma diferença, mas acho que ainda tem muito pra gente avançar, muito pra gente melhorar, principalmente na produção de materiais pra essa finalidade.

Pinheiro (2019) afirma que frequentemente o primeiro contato que os estudantes têm com os corpos negros é em um navio negreiro:

Aprendemos na escola que viemos de “escravos”. Obviamente que alguém que vem de “escravos” não se sente privilegiado em sua origem e constrói uma relação psíquica causal e direta que justifica seu atual rebaixamento social, sua não detenção de bens materiais e imateriais é justificada pela sua relação com sua origem. Entretanto, pessoas negras não surgiram no mundo com a escravidão, ao contrário do que nos foi ensinado nas escolas (Pinheiro, 2019, p. 331).

Julia relata dentre outras coisas, que no contexto escolar em que está inserida, o debate racial muitas vezes não é associado a ser aplicado pelo professor (a) de Biologia.

– **Julia:** O professor sempre deve se opor [...] o debate na escola ainda é muito pouco. Porque o ensino antirracista precisa fazer parte de uma forma mais energética no projeto pedagógico da escola, mas só que ainda continua muito no novembro, só no novembro. E você vê os alunos o tempo todo se agredindo, chamando de preto, de cabelo ruim, e essas coisas, mas a gente vê, o debate é muito pouco na escola. Ainda o ensino antirracista na escola ainda está muito tímido dos debates [...] Você é

professor de ciências, muitas vezes eles falam, isso não é para você, é para ensino de história [...] Ainda está complicado.

Embora a Lei nº 10.639/2003 ampare a EREER em todas as disciplinas, a disciplina escolar História é sempre vista como referencial para abordar o conteúdo. O parecer CNE/CP 003/2004 institui:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (Brasil, 2004, p. 11-12).

Para Pinheiro (2022) também é um equívoco por parte da escola, quando a instituição considera que as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são apenas aplicáveis ao ensino de língua portuguesa e humanidades. Para a autora, nós profissionais que estamos inseridos na área das ciências da natureza e matemática precisamos nos motivar para o cumprimento da lei. Todos os colegas presentes no encontro, afirmaram que é possível se opor aos esquemas de perpetuação do racismo, mas existem diversos impasses que se apresentam no cotidiano.

5.2 “É um trabalho que precisa ser contínuo.”

Para responder a primeira questão mobilizadora, Pedro compartilhou conosco como ele faz esse tipo de abordagens relacionadas ao debate racial em suas aulas de Biologia:

- **Pedro:** Sim. Dentro da escola, eu como professor, eu vejo que sim. Porque, em muitos momentos, principalmente no ensino de biologia, eu lembro, por exemplo, das aulas de C, de A, que fizeram muitas discussões em relação a muita coisa bacana que dá pra gente abordar em sala de aula [...]É mesmo assim, no ambiente hostil, que eu considero um ambiente de sala de aula, em escola particular, ele é hostil pra caramba, porque se você sair daquela linha conteudista, você acaba sendo oprimido, né? [...] Mesmo assim, como eu sou ousado, eu tratei, várias vezes, dentro do ensino de biologia e de ciências, questões que envolvem a questão do racismo. Por exemplo, a divisão celular, ciclo celular e a questão das células HeLa [...] Falamos sobre racismo ambiental. [...] até porque eu tenho alunos negros em sala de aula, e me vejo na obrigação de colocar esses pontos, esses tópicos, dentro do meu conteúdo.

Para Sepulveda (2018), o a área das ciências da natureza não só apresenta um grande potencial para promover EREER como deve assumir tal responsabilidade, pois, historicamente as ciências naturais têm desempenhado um papel, no desenvolvimento do conceito de raça, e

nos processos de discriminação e segregação de grupos humanos dele decorrente (Sepulveda, 2018). Souza e Verrangia (2020, p. 97-98) entendem que:

o ensino de ciências, assim como as outras áreas do conhecimento, traduzem em conteúdo, as demandas políticas, econômicas e sociais, as crenças e simbolismos que permeiam a sociedade em seus determinados contextos.

Para darmos continuidade a nossa conversa, com um olhar mais atento a nossa atuação enquanto professores de Biologia, a segunda questão mobilizadora apresentada ao grupo foi: **Analisando a sua realidade enquanto docente de biologia/ciências, é possível desenvolver uma educação científica antirracista?**

Maria flor (chat do google meet): Possível é, porém empecilhos são diversos e isso dificulta e desestimula o professor a ter gás suficiente para estar na luta constante, porque é um trabalho que precisa ser contínuo.

- **Isis:** É possível sim desenvolver uma educação antirracista, mas é bem difícil, pois a gente se esbarra em diversas situações [...] Eu acho que a gente ainda tem muito o que avançar. Eu acho que as informações ainda estão escassas. Acho que a gente precisa de mais formação. As formações que eu tenho em relação a relações étnico-raciais são as formações que eu tive na UEFS, e as formações que eu busquei depois de me formar. Fui atrás. Mas o que eu percebo é que, por exemplo, lá no meu colégio [...] são mais de 60 professores. E pouquíssimos fizeram um tipo de formação relacionada ao ensino para relações étnico-raciais [...]

Para Maria Flor, o professor que deseja desenvolver uma educação científica antirracista ainda enfrenta diversos empecilhos. Isis ao responder a pergunta, nos apresenta a formação de professores, como uma das ausências que ela percebe no ambiente escolar que dificulta a efetivação da EREER a escola. Para Léo Neto e Fernandes (2020), não somos formados/as como professores/as de Biologia e Ciências para ter um olhar crítico sobre conhecimentos da ordem étnico-racial.

- **Isis:** Uma coisa que eu acho muito legal nesse momento é que a gente consegue compartilhar [...] Então, essa partilha de conhecimento, de experiência, também é o que pode permitir que a gente desenvolva realmente, de fato, uma educação científica antirracista. Acho que ela ainda não existe, mas ela está em construção.

- **Jamal:** É possível [...] Agora também entendendo que a gente não vai resolver o problema amanhã, que não vai alcançar a todos da forma que a gente gostaria [...] Mas o importante é criar uma rede, sempre construir redes colaborativas [...] O que a gente está fazendo aqui, nós seis aqui nesse momento, discutindo esse momento, é uma oportunidade boa. A gente precisa estruturar essas redes para construir, para trocar material, para pensar, para pôr essa proposta [...] dentro da minha prática [...] eu consigo trazer, tento de alguma forma abordar a temática [...] Eu estou no contexto de maioria de alunos, que são alunos pretos, que são alunos periféricos, só alunos que vêm de outros contextos [...] Estar lá, pensando junto, me assemelhando a eles, por si só é uma abordagem antirracista, quando construo valorizando o que eles são. E para escutar eles também.

Tanto Isis quanto Jamal manifestaram em suas falas, que aquele momento Cartográfico representava para eles uma possibilidade de compartilhar experiências e pensar em possibilidades para uma educação científica antirracista.

Educar para as relações étnico-raciais trata-se de produzir novo olhar para as relações que são historicamente instituídas entre as pessoas brancas e negras, fruto do racismo estrutural enraizado em nossa sociedade, em nossas escolas. Um novo olhar que parte de não silenciar aquilo que nos atravessa também: a questão racial (Léo Neto; Fernandes, 2020, p. 110).

Um encontro que reunia professores de Biologia negros, se apresentou para os colegas como um espaço de escuta e compartilhamento de conhecimentos relacionados a ERER. Para Léo Neto e Fernandes (2020) quaisquer áreas do conhecimento podem fabricar olhares que efetive relações justas positivas não baseadas em pressupostos hierarquizantes racistas, destarte a área das ciências da natureza também pode contribuir para efetivação dessas relações étnico-raciais positivas através de uma educação antirracista.

5.3 “A nossa negritude não pode ser só associada às violências diárias, às microagressões. Existe a cultura, existem os nossos hábitos, existe a nossa comunidade...”

Na escola o preconceito, discriminação racial e até mesmo racismo explícito podem ser manifestados, porém no ambiente escolar, também é possível desenvolver um debate racial positivo por meio de uma educação antirracista valorizando, por exemplo, a estética e a cultura negra, que historicamente é carregada de estereótipos negativos. A partir da escola podemos trilhar caminhos para vivermos futuramente em uma sociedade mais justa e democrática.

A partir do enfrentamento do racismo em suas diversas faces, é necessário pensar em caminhos possíveis para efetivar uma educação antirracista na educação básica. Ao falar sobre as possibilidades de se opor aos esquemas de perpetuação do racismo no ambiente escolar Jamal nos diz:

– **Jamal** : Também algo que eu acho que a gente também precisa pensar, que a nossa negritude não pode ser só associada às violências diárias, às microagressões. Existe a cultura, existem os nossos hábitos, existe a nossa comunidade, o quilombo sendo formado diariamente, então a gente também tem que pensar nas partes que nos fortalecem, que nos potencializam [...]

Quando olhamos para o contexto social do Brasil, é fato que a cultura africana e afro-brasileira por muito tempo foi negada e silenciada. Para Gomes (2012), a mudança estrutural proposta pela Lei nº 10.639/03 abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Para a autora abordagem da questão racial deve ser pautada no diálogo intercultural:

aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros (Gomes, 2012, p. 105).

Almeida (2019, p.48) nos diz que “se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas.” Diante do exposto, apresentei como a terceira pergunta no encontro: **Quais caminhos possíveis para a efetivação de uma educação antirracista ou para a efetivação de uma educação científica antirracista?**

- **Jamal:** Então a gente precisa também trazer dispositivos legais, também estrutura e mecanismo punitivos para órgãos educacionais que não cumprem a lei, porque o não cumprimento não existe uma represália [...] Então isso é um passo que é importante pra fortalecer também essa política. Ninguém vai achar que uma escola tradicionalmente [...] aprovando alunos de elite brasileira, média, média alta, vai pensar, vamos implementar agora uma abordagem antirracista no nosso projeto pedagógico, por que a gente acha importante. Eu acho que dificilmente [...] os meninos, alguns, vêm de uma realidade que se desloca completamente do que acontece com quem está sofrendo esse racismo estrutural. Então já vai ver que estruturalmente essas pessoas não vão nem pensar, e eu acho que a escola não vai pensar. Um dispositivo legal que realmente estructure medidas que façam isso ser implementado de forma efetiva é importante [...] No campo formativo [...] Então a gente precisa também fazer que esse processo contínuo, para que ele de fato aconteça, formação continuada para todos os educadores, não falando só da rede pública mas da privada também [...] Acesso a recursos consolidados, pra gente conseguir trazer isso pra sala de aula. A gente precisa ter uma estrutura que faça a gente ter acesso a isso facilmente.

- **Julia:** O ambiente escolar é um ambiente tão diverso, se o professor não pode debater temas antirracistas na escola, em qual ambiente que ele vai poder estar debatendo, se o próprio ambiente escolar já está anulando o ensino antirracista? Então, as leis precisam ser cumpridas para poder você ter um ensino realmente antirracista. [...] Mesmo que não tivesse a lei, já era algo para ser debatido, porque

racismo é algo perverso [...] As pessoas que estão ali em um cargo de chefia nas escolas, precisam ser monitoradas para poder estar efetivando realmente, para ser cumprido [...] todos os educadores da escola devem falar, debater com os seus alunos, de forma segura, não se sentindo mal como se estivesse cometendo um crime, falar sobre questões antirracistas. Se os seus alunos saírem dali e não for debatido, se os seus alunos não tiverem debate no ambiente escolar, como é que vai ficar essa formação deles? se nem na escola não houver o debate. Já que poderia ser algo também que, na minha opinião, já deveria, o ensino doméstico, de casa, já deveria também ter essas discussões, mas a gente sabe que não tem, mas pelo menos na escola você tem abrir a mente do aluno, se dentro de casa eles enfrentam questões racistas, pelo menos no ensino escolar, a escola mostra outra opinião para que as pessoas tenham mais amor ao próximo, mais um pouco de empatia [...]

Jamal e Julia trazem críticas em relação à aplicabilidade da Lei nº 10.639/03. Para ele a obrigatoriedade de aplicação não é garantia quando não existem punições para as instituições escolares que não seguirem o que é determinado em Lei. Julia se refere a um ambiente escolar que segundo ela por vezes anula um ensino antirracista. Tais comentários de professores, nos fazem refletir sobre a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03, como já foi dito, infelizmente o debate racial em muitas escolas ainda se concentra no mês de Novembro.

- **Isis:** Acho que a primeira coisa que viria é a questão da formação. Então, ter formação acho que é essencial pra gente começar a fazer alguma coisa [...] A segunda coisa é a questão dos materiais. Eu acho que tem sim que ter material pra disciplina específica, tem que ter material interdisciplinar, tem que ter material transdisciplinar. Tem que ser pensado esses conteúdos pra que seja mais simples [...] é vital, pra que realmente consiga ter uma generalização da educação antirracista, a educação científica antirracista também [...] E eu acho que também no currículo, já devia vir lá dizendo, talvez, as sugestões de conteúdos para as disciplinas.

A formação de professores na graduação, bem como a formação continuada foi um dos caminhos possíveis apontado por Isis para a efetivação de uma educação antirracista na educação básica. A colega também citou o currículo, que segundo Gomes (2012):

a demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas da educação básica exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade (Gomes, 2012, p. 100).

Materiais didáticos voltados para ERER, tais como livros didáticos, também foram citados pelos colegas. Em seu relato Pedro também citou as mídias sociais, que segundo o colega tem o potencial de canalizar a informação para os alunos, aqui destaco que as mídias sociais também tiveram um papel importante em minha trajetória. A produção independente de materiais em torno da ERER que possam ser compartilhados por parte dos alunos e a

parceria entre escola e universidade, também foram possibilidade de efetivar uma educação antirracista citadas pelo colega.

- **Pedro:** Então, eu acho que o que falta muito é essa informação ser canalizada para o caminho certo [...] Eu acho que, nesse mundo conectado [...] Instagram, TikTok, esses vídeos curtos, eles curtem muito isso e eles são muito atraídos em relação a isso. Eles são muito inteirados. Muita informação que eles recebem, têm em mãos, não vem de artigo, não vem do próprio texto do livro porque quando eu paro pra ver, eles passam por cima de textos, de curiosidades que tem ali, de informações, inclusive, que relacionam ao conteúdo, por exemplo, de biologia, de química, de ciências, com outras áreas [...] a partir dessas informações rápidas, a gente pode, de fato, atrair [os estudantes] [...] eu vejo a possibilidade desse caminho possível pra efetivação de uma educação antirracista. Que não inclui somente essa questão física, mas todo esse aparato documental, toda essa questão de falas de pessoas negras, de vivências, e eu acho que isso é muito importante, acho que isso agrega muito valor aos meninos que estão nesse processo de formação [...] Então, o Instagram tem um potencial muito grande pra que esse material, ele seja, de fato, disponibilizado e alcançar muito mais pessoas ainda, inclusive, professores.

Maria Flor (chat do Google Meet): não basta está na lei é preciso fornecer materiais que auxiliem no cumprimento do que está escrito na lei. A Formação continuada como já citado, materiais escolares disponíveis aos professores [...] livros didáticos e o incentivo da produção independente por parte dos alunos em criar materiais que possam ser compartilhados.

- **Pedro:** E, ao meu ver, essa questão da construção de materiais, ela não vai envolver somente uma questão física, [...] mas também trazendo pesquisadores, pessoas que trabalham na área, pessoas que estão dentro da academia do mestrado, do doutorado, para conversar um pouco com os meninos. Então eu vejo que existe essa possibilidade, essa contribuição também, que pode ser feita, esse link entre a escola, o fundamental, o ensino médio, e também as pesquisas que estão sendo desenvolvidas, porque são temas, por mais que eles não conheçam [...] já tem um tempo que está sendo discutido dentro da academia.

No quarto encontro cartográfico, a partir das questões mobilizadoras eu tive a oportunidade de ouvir os colegas que estão atuando nas salas de aula da educação básica, que enfrentam as situações cotidianas da escola. A partir desse encontro foi possível socializar os caminhos possíveis para uma educação antirracista.

Os Encontros Cartográficos me permitiram ter um olhar mais atento para o que estava sendo sinalizado pelos colegas, que muitas vezes ultrapassava o que estava sendo proposto nos objetivos. Ao finalizar a etapa do Encontros Cartográficos eu percebi que juntos conseguimos vivenciar uma experiência cartográfica, conseguimos mapear as nossas vivências coletivas, as questões que se mostram mais emergentes na sociedade e no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu vim de uma formação, em que na graduação aprendi a pesquisar dentro dos moldes metodológicos tradicionais. Quando cheguei à pós-graduação, me deslumbrava a ideia de trabalhar com uma metodologia que me permitia escrever falando mais sobre a minha história, sobre os meus atravessamentos e as minhas subjetividades. Porém, nessa caminhada descobri que quando escrevemos sobre nós, quando assumimos a nossa escrevivência estamos sujeitos a experimentar diversas emoções, desde as mais belas as mais tristes. E foi assim durante a escrita dessa dissertação.

A Cartografia Escreviente nasceu das minhas experiências da graduação, do desejo de discutir o que me atravessou: o racismo científico, mas enveredou por um caminho em que a nossa escrevivência coletiva se tornou o centro das nossas discussões. Durante o percurso dissertativo, o meu papel enquanto pesquisadora era promover os Encontros Cartográficos, para mapearmos a partir das questões mobilizadoras (em nossos encontros e nos diários de bordo): as escrevivências do corpo-território negro e docente de Biologia, as percepções em torno do racismo e do racismo científico e os caminhos possíveis para uma educação antirracista na educação básica. Os Encontros Cartográficos se materializaram em momentos em que eu tive a oportunidade de compartilhar experiências, ouvir desabafos e aprender muito com os meus colegas.

em nosso mapeamento foi possível responder a questão problema: Quais as tensões provocadas pela temática do racismo científico no corpo-território negro e docente de Biologia e quais os caminhos para um ensino de Biologia antirracista? Para nós pessoas negras, ouvir os relatos de racismo científico que marcaram a história da ciência é tão doloroso quanto assistir aos casos de racismo que são divulgados na mídia atualmente: estranhamento, desconforto, descoberta, raiva, angústia, impotência, ódio, apreensão, tristeza são as tensões provocadas no corpo-território negro e docente de Biologia ao ouvir os casos de racismo científico. Por isso afirmo que nesse processo aprendi que não basta ser negra para propor questionamentos que perpassam a temática das relações étnico-raciais, é preciso ter coragem de tocar nas nossas próprias feridas.

Em contrapartida nesse percurso, também foi possível identificar que existe a possibilidade de ressignificar esses sentimentos negativos que apresentamos ao ter acesso ao

conteúdo do racismo científico. Como compartilhei nessa escrita, quando ouvi pela primeira vez um caso de racismo científico, o meu sentimento foi de tristeza, eu me senti enganada. Mas ao ter contato com as contribuições dos meus colegas no encontros cartográficos, pude refletir que quando partimos do pressuposto de que hoje, após 135 anos de abolição da escravatura no Brasil, nós que somos descendentes de pessoas que foram escravizadas: temos acesso à educação superior, temos a oportunidade de discutir um conteúdo que por muito tempo foi silenciado da história da Ciência e podemos ressignificar esses sentimentos a partir do enfrentamento do racismo científico, assim como as demais faces do racismo. Enquanto docentes temos a oportunidade de educar para que as próximas gerações, os nossos alunos negros tenham um percurso menos doloroso no que se refere ao enfrentamento do racismo.

Ao escolher dialogar com os meus pares, encontrei e me (re)encontrei com diversas dores. Dores das quais eu fugia, mas no traçar da cartografia era necessário enfrentar. A partir dos Encontros Cartográficos foi possível cartografar as escrevivências do corpo-território negro e docente de Biologia, refletir sobre o colorismo, a identidade racial e como o processo de embranquecimento e o mito da democracia racial, que não ficaram apenas na história do país, interferem no reconhecimento racial e refletem no racismo que nos atravessa cotidianamente. Nesse mapeamento dos nossos corpos-territórios, infelizmente me deparei com o racismo e suas diversas faces, o racismo nos atravessa. Ser negro no Brasil é carregar marcas fenotípicas e perpassar por situações racistas, a sociedade nos inferioriza e o principal marcador do racismo é a cor da pele e o cabelo crespo. Ao mapear juntamente com os cartógrafos as nossas histórias de vida, também foi possível compartilhar como interpretamos e enfrentamos as diversas faces do racismo.

Ao relacionarmos o debate racial com a prática docente, foi possível traçar caminhos possíveis para uma educação antirracista, tais como: formação de professores que contemple a EREER, formação continuada de professores voltada para a EREER, aplicabilidade das Leis de forma efetiva, punição para as instituições escolares que não cumprirem a Leis, produção e utilização de material didático que contemple a EREER tais como livros didáticos, canalização de informações para os alunos por meio das mídias sociais e debates que tenham o intuito de valorizar a cultura negra.

A cartografia e a escrevivência enquanto aparatos metodológicos me permitiram alcançar todos os objetivos propostos, bem como me possibilitou abranger a discussão não me restringindo apenas ao que estava planejado. Assim como no rizoma, nesta

Cartografia Escrivivente fomos criando percursos e estávamos sendo (re)direcionados a outros caminhos, a todo momento. Em diversos momentos, foi necessário expandir a discussão: no mapeamento dos participantes da pesquisa, foi necessário ter um olhar mais atento a autodeclaração; ao mapear as escrevivências do corpo-território negro, foi necessário aprofundar o debate a respeito do racismo e suas diversas faces; ao debater sobre o racismo, foi necessário pensar na formação docente.

A literatura escolhida nos deu suporte para desenvolver as discussões que se desenvolveram ao longo da pesquisa, mas julgo que alguns temas merecem aprofundamento, como o debate que se refere à educação antirracista e a EREER na escola básica e educação superior.

A partir do contato com os colegas, da partilha de experiências, dos atravessamentos gerados nos encontros cartográficos e nas leituras dos diários de bordo, seguir os percursos da Cartografia Escrivivente foi extremamente desafiador e gratificante. No início, eu temia que os colegas não abraçassem a pesquisa, mas ao findar os nossos encontros muitos deles me agradeceram por proporcionar essa experiência.

Nesse percurso, eu precisei amadurecer o meu olhar como pesquisadora. Foi necessário estudar sobre o meu povo (sobre mim), sobre a nossa história e os diferentes processos a que somos submetidos historicamente. Hoje acredito que para ter fôlego, enquanto docente que se propõe a atuar e pesquisar na EREER, era inevitável sentir o desconforto que é tocar nas nossas dores. Entendo que todo desconforto proporcionado por essa “travessia” me permitiu sair do “engano” em direção a um letramento racial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.
- BARROS, L. M. R. de; BARROS, M. E. B. de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal**, v. 25, n. 2, p. 373-390, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Hs8c7HWZpMkjNX6Z75LkYHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30. set. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica Estadual 2019** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF, jan 1989.
- BRASIL. **Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, jan 2003.
- BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".Brasília, DF, mar 2008.
- BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela união. DF, jun 2014.
- BRASIL. **Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (lei do crime racial), e o decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (código penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Brasília, DF, jan. 2023.
- BENTO, C. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIOLOGIA DO OPRIMIDO. **É necessário falar sobre racismo científico!** 05 de março de 2020. Instagram: @biologiadooprimido. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B9WgKX1lqxG/?utm_medium=share_sheet. Acesso em: 30. set. 2023.

CAMISOLÃO, R. C. **Cartografia do acolhimento**: escrevivências do estudante negro na UFRGS. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/210231>. Acesso em: 30. set. 2023.

CARNEIRO, S. **Negros de pele clara por Sueli Carneiro**. Portal Geledés, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro>. Acesso em: 30. set. 2023.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

DAMASCENO, J. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote. *In*: FAZENDO GÊNERO, 8. 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008, p. 1-7. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/o-corpo-do-outro-construc3a7c3b5es-raciais-e-imagens-de-controle-do-corpo-feminino-negro-o-caso-da-venus-hotentote-janaina_damasceno.pdf. Acesso em: 30. set. 2023.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia, v.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs). **Escrevivência, a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In*: MOREIRA, N.; SCHNEIDER, L. (Orgs.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. 2. Ed. João Pessoa. Ed. do CCTA, 2020.

FELISBERTO, F. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. *In*: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs). **Escrevivência, a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 02. out. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos domicílios e dos moradores 2020-2021. Rio de Janeiro, jul. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 02. out. 2023.

GASTALDO, D. Pesquisador/a desconstruído/a e influente? Desafios da articulação teoria-metodologia nos estudos pós-críticos. *In*: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 9-13.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrXrHf5nTC7r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30. set. 2023.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**. 2003, v. 29, n.1, p.167-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30. set. 2023.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p.98-109, jan./abr., 2012. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pdf. Acesso em: 30. set. 2023.

GOMES, N. L. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, Edição Especial, p. 141–162, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/687>. Acesso em: 30 set. 2023.

GONÇALVES, C. A. Reconhecer-se Negra: A construção de uma subjetividade em luta. *In*: PINHO, C. MESQUITA, T. V. de L. (Orgs). **Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações**. São Paulo: Veneta, 2022.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Editora Vozes. 5. ed. 1986.

GUEDES, C. Uma mulher negra, suas células e alguns desafios da ética em pesquisa. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. v. 20, nov. 2013, p. 1413-1416. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/xgc8756kWcKnwxC6PgwwBKg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01. out. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro. Cabogó, 2019.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30. set. 2023.

LÉO NETO, N. A.; FERNANDES, K. M. Mulheres negras nas ciências: experiência participativa de uma narrativa expográfica. *In*: FALEIRO, W; SANTOS, S. P; SANGALLI, A. (Orgs.) **Ciências da natureza para a diversidade**. Goiânia: Kelps, 2020. Disponível em: https://kelps.com.br/wp-content/uploads/2020/11/6_Ciencia-da-natureza-para-a-diversidade_EBOOK.pdf. Acesso em: 30. set. 2023.

- MATTOS, I. G. de. Educação física e o corpo negro. **Espaço Plural**, v. 7, n. 14, p. 4–7, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944357001.pdf>. Acesso em: 30. set. 2023.
- MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MELLO, M. B. C. de. O diário de bordo: criando uma linha de fuga sobre uma linha de montagem. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 25, p. 192-209, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4798/4372>. Acesso em: 30. set. 2023.
- MEYER, D. E. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, D. E.; PARAISO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.
- MEYER, D. E.; PARAISO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.
- MIRANDA, E. O. **O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral**: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Male. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) - Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Departamento de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, p. 180, 2014. Disponível em: <http://200.128.81.65:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%20de%20Eduardo%20Miranda.pdf>. Acesso em: 30. set. 2023.
- MIRANDA, E. O. **Corpo-território & educação decolonial**: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb**, v. 5, p. 16-34, 2004.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed.- Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NOGUEIRA, I. B. **Significações do Corpo Negro**. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, T. R. M. de. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em Educação. In: MEYER, D. E.; PARAISO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.
- PAIVA, A.; SOUSA, H. C.; SEPULVEDA, C. de A. S. e; SÁNCHEZ-ARTEAGA, J. Baartman, Lacks e o corpo da mulher negra como paradigma de alteridade na história da biologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIENCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: SBHC, 2016, p.

- 1-17. Disponível em: https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1473966260_ARQUIVO_Artigo__Sarah_Lacks_versao_submissao_final.pdf. Acesso em: 30. set. 2023.
- PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PINHEIRO, B. C. S. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 19, p. 329-344, 2019. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/13139/11886>. Acesso em: 30. set. 2023.
- PINHEIRO, B. C. S. Educação para as relações étnico-raciais e o racismo científico em tempos de COVID-19. **Revista Sergipana de Educação Ambiental | REVISEA**, v. 9, n. 2, p. 1-14. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/18093/13199>. Acesso em: 30. set. 2023.
- PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 30. set. 2023.
- RAVEN, P. H; EVERT, R. F; EICHHORN, S. E. **Biologia Vegetal**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2014.
- ROSA, G. O. N da. **História que a história não conta: Art. 26-a LDBEN no caminho do trem!** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232600> Acesso em: 30. set. 2023.
- SANTOS, L. H. dos. A Biologia tem uma história que não é natural. In: COSTA, M. V. (Org.) **Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- SANTOS, M. L. B. dos; SILVA, U. R. da; CAMPELLO, R. L. G. Notas: uma cartografia; suspeitas e possibilidades acerca do corpo. **RELACULT – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, V. 04, ed. especial, fev., 2018.

SÁNCHEZ-ARTEAGA, J. M.; EL-HANI, C. N. Othering processes and STS curricula: From nineteenth century scientific discourse on interracial competition and racial extinction to othering in biomedical technosciences. **Science & Education**, v. 21, n. 5, p. 607-629, 2012.

SEPULVEDA, C. O racismo científico como plataforma para educação das relações étnico-raciais no ensino de ciências. In: CUSTÓDIO, J. F.; COSTA, D. A. da; FLORES, C. R.; GRANDO, R. C. (Orgs.). **Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT): contribuições para pesquisa e ensino**. São Paulo: Livraria da Física, 2018, p. 243-270.

SILVA, L. A. **Mulheres negras e suas representações nas coleções de livros didáticos de biologia aprovados pelo PNLD – 2015**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/24159/3/MulheresNegrasRepresentacoes.pdf>. Acesso em: 30. set. 2023.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOUZA, M. de.; VERRANGIA, D. Educação em Ciências e escolha da carreira em C&T: o que nos dizem jovens negros/as sobre o papel de sua escolarização. In: FALEIRO, W; SANTOS, S. P; SANGALLI, A. (Orgs.) **Ciências da natureza para a diversidade**. Goiânia: Kelps, 2020. Disponível em: https://kelps.com.br/wp-content/uploads/2020/11/6_Ciencia-da-natureza-para-a-diversidade_EBOOK.pdf. Acesso em: 30. set. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

TRALCI FILHO, M. A. Corpos atléticos e força bruta: a dicotomia corporal racializada na supremacia branca esportiva. **Áskesis**, v. 7, n. 1, p. 7-25, 2018. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/273/pdf>. Acesso em: 30. set. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Corpo negro e biologia: Implicações para o cotidiano escolar”, que tem como pesquisadora responsável Maria de Lourdes Santos Pinto Neri, estudante do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sob orientação da profa. Dra. Alessandra Alexandre Freixo do Departamento de Educação da UEFS. Este projeto tem como objetivo mapear a produção de sentidos e significações que a biologia escolar desenvolve em torno dos corpos negros a partir das narrativas de egressos do curso de licenciatura em ciências biológicas. A pesquisa teve início em Abril de 2021, com previsão de término em Março de 2023. Qualquer alteração do cronograma desta pesquisa será informada aos participantes. Esta pesquisa será realizada com egressos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UEFS, autodeclarados negros, formados entre os semestres 2018.1 e 2021.1. Vale salientar que os participantes dessa pesquisa não estão vinculados com nenhuma instituição. A proposta deste projeto, que apresenta uma natureza qualitativa, busca utilizar como metodologia o método cartográfico de pesquisa. Para alcançar os objetivos propostos neste projeto, pretende-se promover encontros, que chamaremos de Momentos Cartográficos. Todos os encontros serão realizados na plataforma de videoconferências *Google Meet*, com duração máxima de 120 minutos. Nestes Momentos Cartográficos, pretendemos abordar questões relevantes ao racismo científico e ao protagonismo negro, por meio de leituras e reflexões em torno de cards do Instagram, obras artísticas e produções textuais, visando um registro dos sentidos e significações produzidas em torno dos corpos negros na biologia escolar. Durante a pesquisa, os participantes serão convidados a produzir um diário de bordo, em que poderão registrar de modo criativo os momentos cartográficos e como estes afetam seus modos de entender seus corpos negros. Para a realização deste trabalho, nós necessitaremos gravar (em áudio e/ou vídeo) todos os Momentos Cartográficos e fazer algumas fotografias. Como esta pesquisa envolve a produção imagética, individual ou coletiva, informamos que é possível que sua identidade seja revelada. Contudo, esclarecemos que será respeitado seu direito ao anonimato, se assim o desejar. Desse modo, caso você concorde em divulgar sua imagem ou imagens por você produzidas ao longo da pesquisa, solicitamos que assine o termo de autorização de uso de imagem, que segue abaixo neste formulário. Esclarecemos ainda que será garantido o sigilo quanto aos dados de identificação dos participantes que não concordarem em expor suas imagens em vídeo ou fotografias. Esta pesquisa pode oferecer alguns riscos, tais como a exposição de suas imagens, a revelação de sua identidade e algum constrangimento ao expressar suas opiniões, contudo nos comprometemos a não registrar, caso não se sinta confortável em expor suas imagens e ideias. Todo o material produzido nesta pesquisa será guardado por cinco anos, nos arquivos do grupo de Pesquisa Carta-Imagem, na UEFS. Dentre os benefícios dessa pesquisa está a possibilidade dos participantes perceberem os sentidos que vem sendo produzidos aos corpos negros na escola, contribuindo para sua formação continuada, de modo a atuarem na produção de uma escola mais igualitária e menos racista. Informamos que eventuais custos decorrentes desta pesquisa serão ressarcidos e você terá direito buscar indenização no caso de eventual dano decorrente da mesma. Você tem o direito de desistir de colaborar com a

pesquisa a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. Os resultados finais da pesquisa poderão ser publicados em eventos ou periódicos científicos e serão socializados com todos os participantes da pesquisa no momento da defesa desta dissertação de mestrado. Desde já nos disponibilizamos a esclarecer dúvidas antes, durante e após a realização desta pesquisa. Querendo entrar em contato conosco, estaremos disponíveis pelo endereço eletrônico: mallupintto@gmail.com. Tendo dúvidas sobre os princípios éticos desta pesquisa, indicamos contato do Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS, órgão criado para defender os interesses dos sujeitos envolvidos em uma pesquisa com seres humanos: cep@uefs.br

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO (Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. (Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador)

() Declaro que concordo em participar da pesquisa

APENDICE B- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente, você autoriza o uso da sua imagem, ou de imagens por você produzidas, no âmbito da pesquisa “CORPO NEGRO E BIOLOGIA: IMPLICAÇÕES PARA O COTIDIANO ESCOLAR”, a ser desenvolvida pela mestrandia Maria de Lourdes Santos Pinto Neri do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sob a orientação da professora Dra. Alessandra Alexandre Freixo, do Departamento de Educação da UEFS.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens acima mencionadas, exclusivamente para fins acadêmicos, artísticos e culturais, nas seguintes formas: (I) em vídeos educativo-culturais; (II) eventos acadêmicos, exposições e/ou mostras culturais divulgadas em diversos espaços; (III) mídias de divulgação de massa, em ambientes privados, coletivos, institucionais, virtuais, dentre outros; (IV) relatórios do projeto de pesquisa; (V) em relatos de experiência de quaisquer membros d equipe executora do projeto, seja professores ou estudantes, eventualmente publicados em reuniões e/ou periódicos científicos; (VI) em eventos acadêmicos e culturais na qual a equipe do projeto participe; (VII) possíveis eventos academicos que envolvam a temática dessa pesquisa.

Por esta ser a expressão de sua vontade, você autoriza o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à sua imagem.

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

- () Autorizo o uso de minha imagem, retratada em forma de ilustração, fotografia ou audiovisual.
- () Autorizo o uso das imagens por mim produzidas, em forma de ilustração, fotografia ou audiovisual.
- () Não autorizo o uso de minhas imagens, mas concordo em participar da pesquisa.